

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Luciana de Mesquita Engel

**Paisagem e Lugar:
impactos do turismo na Vila de Ibitipoca/MG (1970-2020)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientador: Profa. Rachel Coutinho Marques da Silva

Rio de Janeiro
Março de 2020



Luciana de Mesquita Engel

**Paisagem e Lugar:
impactos do turismo na Vila de Ibitipoca/MG (1970-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Profa. Rachel Coutinho Marques da Silva

Orientadora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Prof. Fernando Esposito

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Prof. Sergio Moraes Rego Fagerlande

FAU-UFRJ

Prof. Rodrigo Rinaldi de Mattos

FAU-UFRJ

Profa. Patricia Menezes Maya Monteiro

PROURB-FAU/UFRJ

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Luciana de Mesquita Engel

Graduou-se Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2009). Coursou como aluna especial as disciplinas Produção Arquitetônica e Meio Ambiente (2010-1) e Arquitetura Contemporânea Paulista (2010-2) na Universidade de São Paulo – USP. Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) desenvolveu sua dissertação de mestrado na linha de pesquisa de métodos e processos de projeto. Ao forma-se atuou em projetos de arquitetura em escritório em São Paulo e no Rio de Janeiro. Desde 2016 está à frente do seu escritório, no Rio de Janeiro, onde desenvolve projetos de arquitetura e interiores.

Ficha Catalográfica

Engel, Luciana de Mesquita

Paisagem e lugar : impactos do turismo na Vila de Ibitipoca/MG (1970-2020) / Luciana de Mesquita Engel ; orientador: Rachel Coutinho M. da Silva. – 2020.

142 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2020.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo - Teses. 2. Lugar. 3. Paisagem. 4. Turismo. 5. Memória. 6. Ibitipoca. I. Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

A meus avós, Afrânio Caiafa,
Glaucia Botega e Leda Engel (*in memoriam*).

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Professora Dra. Rachel Coutinho, pela parceria e atenção, mesmo nos seus momentos de grande volume de trabalho com a coordenação do curso.

À Renata Dias, da secretaria da PPArq, que, por tantas vezes, socorreu-me com as diversas burocracias, sempre, com muita disponibilidade e alegria.

Ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio e a CAPES, pelos auxílios concedidos.

À Professora Dra. Patrícia Maia, minha orientadora de TFG, e que, cinco anos depois da formatura, fez-se presente me ajudando a lapidar o meu projeto de mestrado para ingresso neste programa.

Ao Professor Dr. Fernando Espósito, que, desde a minha primeira tentativa de ingresso no programa, vem acompanhando o meu trabalho e sobre o qual fez tantas contribuições importantes.

Aos professores Prof. Dr. Sergio Moraes Rego Fagerlande e ao Prof. Dr. Rodrigo Rinaldi de Mattos, integrantes da minha banca, que tanto colaboraram para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Professor Dr. Wether Holzer - UFF, pelo empréstimo da bibliografia que determinou a direção do meu trabalho.

À professora Dr. Lígia Saramago, que me abriu a sua biblioteca para a busca de material para o desenvolvimento desta pesquisa.

A toda a comunidade de Ibitipoca, que me recebeu e permitiu-me conhecer um pouco da sua rotina, e, em especial, a todos aqueles que contribuíram para esta pesquisa compartilhando suas impressões sobre o lugar.

À Taciana, da Secretaria de Turismo de Lima Duarte, pela intensa disponibilidade e pelo material fornecido.

Ao Flávio Assis e à Luciana, que me receberam em Ibitipoca e auxiliaram-me a dar os primeiros passos dentro da comunidade.

Ao Manuel Rezende e à Mônica, do Ibitipoca Off Road, pela longa conversa e pelas fotos cedidas.

À AMAI e aos seus integrantes.

À Dona Dina, pela deliciosa tarde e por me permitir conhecer um pouco da sua história e da história do lugar.

Ao Gabriel Fortes, pelo interesse nesta pesquisa e pelo passeio que iniciou a delimitação desta análise.

Ao Israel, pela disponibilidade e pelo longo passeio pela vila, que foi tão importante para esta análise.

Aos meus companheiros de classe, pelas ricas discussões em sala de aula e nos corredores, pelas reflexões e incentivos sobre o meu trabalho.

À minha amiga Carolina Trotta, que me apresentou o principal aporte teórico-metodológico deste trabalho, ouviu as minhas angústias e ajudou-me com o desenvolvimento da minha metodologia de pesquisa e de análise.

À minha amiga Bethy Garcia, pelas conversas e pelos incentivos durante o processo.

Às minhas amigas queridas, Samia Casella e Paula Meurer, pela atenção e afeto que, mesmo a distância, foram essenciais para a conclusão desta dissertação.

À minha melhor amiga desta vida, a pessoa que me fez amar a arquitetura e a fenomenologia, minha mãe, Mônica Mesquita, pelo apoio e incentivo durante o processo.

Aos meus irmãos, minha segurança desde sempre e para sempre.

À minha cunhada, Viviane Fernandes, pelo incentivo para ingressar neste programa e na vida acadêmica.

À minha família e à família do Lucas pelo apoio incondicional e pela compreensão aos longos momentos de ausência.

E, por último, mas não menos importante, agradeço à minha fonte de calma e segurança, meu companheiro de vida, de terra e de mar, Lucas Soares, que entendeu cada momento deste processo e ajudou-me a passar por ele com leveza e alegria.

Resumo

Engel, Luciana de Mesquita. Coutinho Marques Da Silva, Rachel. **Paisagem e Lugar: impactos do turismo na Vila de Ibitipoca/MG (1970-2020)**. Rio de Janeiro, 2020. 142p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os usos e significados de um espaço estabelecem o sentido de lugar o qual é composto pela história, natureza, memória coletiva e formas de apropriação do espaço - todos elementos da paisagem. A noção de fruição da paisagem estimulou o desenvolvimento da atividade turística. Tal atividade, sem coordenação, impacta a vida social, econômica e a paisagem urbana e natural das localidades. Diante disso, este trabalho utiliza o sentido de lugar para apreender, em uma cidade turística, de que maneira as transformações na paisagem, acarretadas pelo desenvolvimento do turismo, alteram a percepção do sentido de lugar desses espaços. A Vila de Conceição do Ibitipoca escolhida para a análise está situada na Zona Leste do Estado de Minas Gerais, pertencente ao município de Lima Duarte. Esta localidade possui uma paisagem bucólica conformada pelos prédios históricos e sua paisagem natural. Junto da Vila há o Parque Estadual do Ibitipoca, o qual abriga cursos d'água que formam quedas e corredeiras e possui ampla visitação turística. A presente pesquisa investiga os impactos da atividade turística na Vila e no parque tendo como foco específico a paisagem e a alteração do sentido de lugar. Espera-se que os seus resultados possam contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, ambientais e urbanas, e para o entendimento do papel fundamental do sentido de lugar como valor intrínseco para a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades, preservando suas paisagens natural, construída e cultural.

Palavras-chave:

Lugar; Paisagem; Turismo; Memória; Ibitipoca.

Abstract

Engel, Luciana de Mesquita. Coutinho Marques Da Silva, Rachel. **Landscape and Place: impacts of tourism in the Village of Ibitipoca / MG (1970-2020)**. Rio de Janeiro, 2020. 142p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The uses and meanings of a space establish the sense of place which is composed of history, nature, collective memory and forms of appropriation of space - all elements of the landscape. The notion of enjoying the landscape stimulated the development of tourist activity. Such activity, without coordination, impacts social, economic life and the urban and natural landscape of the localities. Therefore, this work uses the sense of place to apprehend, in a tourist city, how the transformations in the landscape, caused by the development of tourism, change the perception of the sense of place in these spaces. The Vila de Conceição do Ibitipoca chosen for the analysis is located in the East Zone of the State of Minas Gerais, belonging to the municipality of Lima Duarte. This locality has a bucolic landscape shaped by historic buildings and its natural landscape. Next to the Vila there is the Ibitipoca State Park, which houses water courses that form falls and rapids and has wide tourist visitation. The present research investigates the impacts of tourist activity in the Village and in the park with a specific focus on the landscape and the change in the sense of place. It is hoped that its results may contribute to the improvement of public, environmental and urban policies, and to the understanding of the fundamental role of the sense of place as an intrinsic value for the preservation of the communities' material and immaterial heritage, preserving their natural landscapes, built and cultural.

Key words:

Place; Landscape; Tourism; Memory; Ibitipoca.

Sumário

1 Introdução	20
2 Turismo na Sociedade Contemporânea	35
2.1. O turismo na modernidade e pós-modernidade	35
2.1.1. Novas práticas sociais, cultura e consumo	37
2.1.2. Historicismo pós-moderno	40
2.1.3. Globalização, mídias digitais e novos olhares	42
2.2. Desenvolvimento situado – o olhar face a face	44
2.3. Conclusão	46
3 Paisagem e Lugar	47
3.1. Paisagem	47
3.1.1. Paisagem, natureza e apreciação	50
3.1.2. Paisagem cultural	51
3.1.3. Paisagem e turismo	52
3.1.4. Paisagem, experiência e lugar	54
3.2. Lugar e Sentido de Lugar	54
3.2.1. Lugar	54
3.2.2. Sentido de lugar	60
3.3. Conclusão	62
4 Vila de Conceição de Ibitipoca – turismo e <i>sentido de lugar</i>	64
4.1. Vila de Conceição do Ibitipoca e Parque Estadual do Ibitipoca	66
4.1.1. História e transformação do <i>sentido de lugar</i>	69
4.1.2. Conclusão	88

4.2. Paisagem construída e sentido de lugar	91
4.2.1. Setor histórico	92
4.2.2. Setor comercial	92
4.2.3. Setor nativo e região da tapera	93
4.2.4. Setor de veraneio	94
4.2.5. Nova Ibitipoca	95
4.2.6. Entorno do Parque	95
4.2.7. Conclusão	95
4.3. Análise dos núcleos de sentido	96
4.3.1. Grupo 1 – Identidade, turismo de massa e desenvolvimento	99
4.3.2. Grupo 2- Turismo, atratividade e experiência	101
4.4. Tabela de metodologia e resultados concluída	105
5 Considerações finais	107
6 Referências	110
Apêndices I – Detalhes sobre a pesquisa de campo e perguntas das entrevistas semiestruturadas	118
Apêndices II – Relatório fotográfico complementar ao subcapítulo 4.2	121
Setor Histórico	122
Setor Veraneio	127
Figura 45 - Rua que dá acesso a Igreja Matriz. Fonte: Autor,2019.	127
Setor Nativo	131
Setor Comercial	135
Nova Ibitipoca	138

Lista de figuras

Figura 1 - Vista da Vila de Conceição do Ibitipoca.

Fonte:<http://www.uaexploire.com.br/destination/ibitipoca/> , 2018..... 20

Figura 2 – Vista do Parque Estadual do Ibitipoca.

Fonte:<http://altodosmanacas.com.br/ibitipoca>, 2018..... 20

Figura 3 - Diagrama de organização dos conceitos do trabalho. Fonte: Autor, 2019
..... 26

Figura 4 - Esquema do Sentido do Lugar segundo Relph (1976) desmembrado,
definindo as subcategorias de análise do trabalho. Fonte: Autor, 2019 30

Figura 5 - Esquema de composição do lugar e sentido de lugar segundo Relph
(1976, 2007). Fonte: Autor, 2019..... 61

Figura 6. Mapa da localização de Lima Duarte e de Conceição do Ibitipoca na
Microrregião de Juiz de Fora. Fonte: Plano Diretor de Ibitipoca (2000). 67

Figura 7 - Foto da Cachoeirinha - Circuito da Janela do Céu. Fonte: Autor, 2019.
..... 68

Figura 8. Mapa do município de Lima Duarte e adjacências e a localização do
parque. Fonte: Creston (2014, p. 45) adaptado de Barbosa e Fraga (2013).. 68

Figura 9 - Cruzeiro, espaço sagrado para a comunidade localizado no Circuito da
Janela do Céu. Fonte: Autor, 2019. 71

Figura 10 - Igreja Matriz e parte da praça. Fonte: Autor, 2019..... 72

Figura 11 - Perímetro urbano de Ibitipoca- Mapa de localização das Igrejas e suas
Igrejas. Fonte: Adaptado Prefeitura de Lima Duarte, 2019..... 73

Figura 12. Igreja da Vila de Conceição do Ibitipoca..... 74

Figura 13 - Imagem antiga da Vila. Fonte: Acervo de Eugênio Scannavio -	
https://amaiibitipoca.org.br/a-vila/historia/galeria-de-fotos/ , 2020.....	76
Figura 14 - Centro histórico da Vila demarcado. Fonte: Creston, 2014, p. 44.....	78
Figura 15 - Foto área da Vila em 1988. Fonte: Acervo Florêncio -	
https://amaiibitipoca.org.br/a-vila/historia/galeria-de-fotos/ , 2020.....	79
Figura 16. Frequência de visitantes no PEIb 88-95.....	80
Figura 17. Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google)	82
Figura 18 - Construção vernacular em comparação a construção nos moldes atuais. Fonte: Autor, 2019.	84
Figura 19- Gráfico de visitação no Parque Estadual do Ibitipoca - 2006 a 2014. Fonte: Adendo ao Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca, IEF(2004, Anexo V).....	84
Figura 20 - Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000 e 2010.Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google)	85
Figura 21 - Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000, 2010 e 2015.Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google)	86
Figura 22 - Gráfico do número de alvarás fornecidos desde 2001 até o ano de 2019, onde se pode observar um aumento exponencial do número de edificações regulares desde 2017 Fonte: Prefeitura de Lima Duarte – MG (2019).	87

Figura 23 - Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000, 2010, 2015 e 2018. Fonte:Google Earth, 2018.	
Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google).	88
Figura 24 - Mapa de setorização de usos e ocupação observado na vila e na sua zona rural. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google).	91
Figura 25 - Mapa dos Sentidos de Lugar percebidos na Vila. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2020 (elaborado a partir do Google).	96
Figura 26 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido. Fonte: Autor, 2019.	98
Figura 27 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido.	98
Figura 28 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido.	98
Figura 29 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido.	98
Figura 30 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido.	98
Figura 31 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido.	98
Figura 32 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido.	98
Figura 33 - Vista janela do Céu. Fonte: Dois passos, 2020.	103
Figura 34 - Mapa da área urbana da vila com os trajetos realizados na pesquisa de campo. Fonte: Prefeitura da Lima Duarte adaptado pelo autor, 2020.	121

Figura 35 - Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.....	122
Figura 36 - Rua lateral a praça da Matriz, na foto um exemplar de arquitetura vernacular ao fundo. Fonte:Autor, 2019.....	122
Figura 37 - Igreja Matriz. Fonte: Autor, 2019.....	123
Figura 38 - Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.....	123
Figura 40 - Continuação da Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.	124
Figura 39 - Rua lateral a praça da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Autor, 2019.....	124
Figura 41 - Arquitetura vernacular na lateral da Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.	125
Figura 42 - Arquitetura vernacular no entorno da Praça da Matriz.Fonte: Autor, 2019.	125
Figura 43 - Arquitetura vernacular na lateral da Igreja Matriz. Fonte: Autor, 2019.	126
Figura 44 - Rua abaixo da rua da foto anterior, edificação com um modelo de construção bem distante do vernacular. Fonte: Autor, 2019.	127
Figura 45 - Rua que dá acesso a Igreja Matriz. Fonte: Autor,2019.....	127
Figura 46 - Edificação fora dos padrões construtivos normativos vigentes. Fonte: Autor, 2019.....	128
Figura 47- Outro ângulo da edificação anterior. Fonte: Autor, 2019.....	128
Figura 48 - Arquitetura fora do padrão construtivo normativo. Fonte: 2019.	
Figura 49 - Casa de veraneio. Fonte: Autor, 2019.....	129
Figura 50 - Edificações nativas em meio a edificações hoteleiras. Fonte: Autor, 2019.	130

Figura 51 - Residência desrespeitando o padrão normativo construtivo. Fonte:	
Autor, 2019.....	130
Figura 52 - Início do setor de nativos, vista de uma das poucas pousadas da	
região. Fonte: Autor, 2019.....	131
Figura 53 - Edificação no início do setor de nativos. Fonte: Autor, 2019.	131
Figura 54 - Edificação na zona de nativos. Fonte: Autor, 2019.	132
Figura 55 - Expansão urbana mais recente da zona de nativos. Fonte: Autor, 2019.	
.....	132
Figura 56 - Rua do setor de nativos que acessa o setor de veraneio.Fonte: Autor,	
2019.	133
Figura 57 - Expansão urbana mais recente da zona de nativos. Fonte: Autor, 2019.	
.....	133
Figura 58 - Setor de nativos, ao fundo e no alto setor de veraneio. Fonte: Autor,	
2019.	134
Figura 59 - Setor de nativos, fim da área calçada e quadra poliesportiva. Fonte:	
Autor, 2019.....	134
Figura 60 - Uma das lojas de material de construção da cidade. Fonte: Autor,	
2019.	135
Figura 61 - Trecho que segue para o Parque Estadual do Ibitipoca. Fonte: Autor,	
2019.	135
Figura 62- Bares e lojas. Fonte: Autor, 2019.	136
Figura 63 - Bares e lojas. Fonte: Autor, 2019.	136
Figura 64 – Edificação comercial abaixo de um hotel Fonte: Autor, 2019.....	137
Figura 66 - Vista da Nova Ibitipoca da zona de veraneio. Fonte: Autor, 2019...	138
Figura 65 - Vista da Nova Ibitipoca da zona de veraneio. Fonte: Autor, 2019...	138

Figura 67 - Construções de veraneio na Nova Ibitipoca. Fonte: Autor, 2019.....	139
Figura 68 - Adensamento urbano na região da Nova Ibitipoca. Fonte: Autor, 2019.	139
Figura 69 - Subdivisão de lotes. Fonte: Autor, 2019.....	140
Figura 70 - Adensamento na região da Nova Ibitipoca. Fonte: Autor, 2019.	140
Figura 71 - Trecho com casas de veraneio e de nativos. Fonte: Autor, 2019.....	141
Figura 72 - Residências de nativos. Fonte: Autor, 2019.	141
Figura 73 - Casa de veraneio, condomínio rural. Fonte: Autor, 2019.....	142
Figura 74 - Entrada de um condomínio rural. Fonte: Autor, 2019.....	142

Lista de Tabelas

Tabela 1 - 10 UCs mais visitadas de MG	23
Tabela 2 - Metodologia e Resultado. Fonte: Autor, 2019.	32
Tabela 3- Aumento da população urbana da Vila.Fonte: Bedim, 2008.	81
Tabela 4 - Tabela resumo da análise da transformação do sentido de lugar com base na trajetória histórica da vila.	90
Tabela 5 - Metodologia e Resultados concluídos. Fonte: Autor, 2020.	105

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. (CALVINO, 2008, p. 44)

1 Introdução

Utilizando os conceitos de *lugar e paisagem* como meios de análise da cidade, esta pesquisa estuda os impactos da atividade turística na Vila de Conceição do Ibitipoca, em Minas Gerais (distrito no município de Lima Duarte, na região leste do Estado).

A Vila possui sua base econômica atual no ecoturismo já que a três quilômetros está o Parque Estadual do Ibitipoca - PEIb. Situado em uma área montanhosa, o parque possui trilhas, grutas, cachoeiras e corredeiras (Figura 2). Além disso, a Vila oferece uma atmosfera bucólica conformada por edificações antigas e ruas de pedra (Figura 1). A soma desses dois fatores criou um ambiente favorável ao crescente desenvolvimento turístico.



Figura 2 – Vista do Parque Estadual do Ibitipoca.
Fonte:<http://altodosmanacas.com.br/ibitipoca>, 2018



Figura 1 - Vista da Vila de Conceição do Ibitipoca.
Fonte:<http://www.uaieexplore.com.br/destination/ibitipoca/> , 2018.

O estudo da localidade foi iniciado no trabalho final de graduação intitulado “Da montanha ao mar - Vivenciando diversas paisagens” (ENGEL, 2009), apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mais tarde, a observação do crescimento da infraestrutura para o turismo na localidade despertou uma inquietação a respeito da sua influência na conformação do *lugar*. E, através dela, delimitou-se a questão central desta pesquisa: identificar o impacto do crescimento da atividade turística no desenvolvimento urbano de Ibitipoca, o seu impacto na paisagem natural e construída dessa cidade e na conformação do *lugar*.

Enfatizando a importância do *lugar*¹ e, conseqüentemente, do *sentido do lugar* no estabelecimento dessa localidade enquanto destino turístico refletiu-se quanto aos impactos do turismo sobre este sentido. Nessa perspectiva, os elementos descritos como compositores desse *sentido de lugar* são itens essenciais para esta análise: a paisagem natural e construída, os usos e práticas no espaço e suas relações com as experiências de seus usuários - visitantes e moradores (RELPH, 1976).

O cenário da Vila, formado pela sua paisagem construída e histórica em interação com a paisagem natural, também composta pela área resguardada pelo Parque Estadual do Ibitipoca, é o objeto da pesquisa, que analisa: (a) o crescimento da Vila; (b) as alterações na sua paisagem construída e natural e usos e ocupações do solo; (c) o impacto das transformações na paisagem da Vila no sentimento das pessoas em relação ao *lugar*. Entende-se aqui que, alterações destoantes na paisagem construída podem destituir a autenticidade e desestruturar o *sentido de lugar* da localidade.

¹ O *lugar* é concebido pelo espaço vivido, o espaço que abriga qualidades, significados e práticas. Ele é conformado pelas características físicas, pelos usos e memória de um espaço (RELPH, 1976). A partir deste conceito extrai-se a noção de *sentido de lugar*.

Por *sentido de lugar* entendem-se as noções subjetivas de viver em um lugar, que somadas às relações sociais e ambientais desse espaço definem uma noção de *lugar* característica que é apreendida através da sua inter-relação com a vivência de quem a experimenta (RELPH, 1976).

As tradições da comunidade, os eventos turísticos - agora habituais - os usos dos espaços públicos - naturais e urbanos - pelos turistas e moradores igualmente intervêm na composição do *sentido de lugar*. Por isso, esta pesquisa teve como objetivo analisar o modo como são utilizados os espaços públicos e a sua importância, e de seus possíveis eventos, na estruturação da paisagem cultural² da Vila. Além de compreender de que maneira os rituais e modos de vida remanescentes da comunidade - antes agrária - moldam esse *sentido de lugar*, mesmo depois de anos da economia baseada no turismo.

Finalmente, este trabalho visou aprofundar em quem são as pessoas que frequentam essa localidade e o que exatamente as atrai. Considerou-se, inicialmente, que a paisagem, a natureza e a história são atrativos primários, porém ao aprofundar essa composição de interesses relacionando-a com os perfis de visitantes e moradores, ampliou-se a discussão sobre o *sentido do lugar* na localidade turística. Desta forma, a captação da organização do *sentido do lugar* poderá promover a sua expansão, tanto entre os moradores como entre o poder público e os turistas, em prol de um engajamento em torno da sua preservação em paralelo ao desenvolvimento do turismo.

² Paisagem cultural é a interação entre a paisagem natural de um local, a comunidade e cultura do mesmo. Isto é, paisagem cultural é a paisagem que é modificada pelo homem, através de sua cultura, seu modo de vida (SAUER, 1998).

As questões levantadas podem contribuir para a promoção de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento urbano sustentável, assim como favorecer pesquisas no campo do turismo e da análise do espaço urbano e da paisagem baseadas na apropriação dos espaços, auxiliando assim na manutenção do turismo como prática econômica importante para a comunidade.

A atividade turística em Ibitipoca floresceu a partir da década de 1960,

10 UCs mais visitadas de MG

Unidade de Conservação (UC)	2014	2015	2016	2017	2018
Parque Estadual do Ibitipoca	79.720	95.294	88.837	104.657	86.410
Parque Estadual do Biribiri	73.252	67.548	54.621	37.692	56.785
Monumento Natural Peter Lund	51.733	54.423	46.583	44.684	42.013
Monumento Natural Várzea do Lageado	31.680	48.631	38.841	18.382	31.096
Parque Estadual do Sumidouro	33.355	40.333	34.158	27.412	26.793
Parque Estadual da Serra do Rola-Moça	16.349	25.670	33.656	36.261	35.152
Monumento Natural Rei do Mato	23.483	16.401	19.599	18.321	19.642
Parque Estadual Serra Nova	0	33.080	29.969	45.683	47.187
Parque Estadual do Rio Doce	18.223	17.391	13.707	7.642	9.139
Parque Estadual do Itacolomi	11.774	13.288	21.419	9.635	9.083

Tabela 1 - 10 UCs mais visitadas de MG

Fonte: G1. Globo.com, 2019 Apud Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.

mas se consolidou com a criação do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), que se deu em 1973 (Tabela 1). O parque ocupa uma área de 1.488 hectares (BEDIM & TUBALDINI, 2006) em um relevo montanhoso, cortado por cursos de água que formam cachoeiras e corredeiras que têm uma cor escura pela presença de matéria orgânica na água (ADENDO AO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA, 2014, p.4). Além disso, abriga um enorme número de grutas, resultado de formações rochosas dessa região. O parque é hoje a unidade de conservação mais visitada de Minas Gerais (Figura 3 - Tabela I).

Após a sua implantação verificou-se um expressivo crescimento turístico acarretando o crescimento urbano da localidade. Mesmo que o parque e a Vila tenham controle institucional, há muito a ser feito a respeito do manejo do

turismo, tanto para a paisagem natural e construída, quanto para a comunidade, o que só reforça a importância desse trabalho.

Apoiado pelas pesquisas já existentes sobre o objeto de estudo e o aporte teórico, esta investigação contribui para destacar a importância de estudos e pesquisas voltados ao ambiente natural e urbano, com foco na paisagem e no *sentido de lugar* de localidades sob forte impacto da atividade turística. Assim como de estudos que avaliam a história e memória de localidades turísticas.

A fim aprofundar no objeto de estudo foi feito um mapeamento de trabalhos acadêmicos no qual foram encontradas pesquisas em diversos campos: turismo, biologia, engenharia florestal, geociência, geografia, psicologia social e arquitetura e urbanismo.

Entende-se que vários dos campos citados acima irão contribuir para o enriquecimento dessa pesquisa, entre os quais o de arquitetura e urbanismo – no qual foram encontradas duas pesquisas: “*Turismo e Preservação em Ibitipoca/MG: Olhares diversos*” (CRESTON, 2014), “*Da paisagem cultural à cultura da paisagem: uma leitura integral do ambiente construído da Vila Conceição de Ibitipoca – MG*” (GONZAGA, 2017). A primeira pesquisa investiga o crescimento pelo turismo com foco na preservação da ambiência e na sustentabilidade do turismo como prática econômica importante para a Vila. Por meio de entrevistas com os diversos agentes do arraial (moradores, investidores, visitantes e poder público) procura levantar se há descaracterização acarretada pelo turismo, propondo novas formas de gestão centrada na participação comunitária com base no TBC - Turismo de Base Comunitária³. A pesquisa conclui que tanto os moradores quanto os turistas veem o turismo como um ponto positivo na vida da comunidade, mas destaca a observação de uma mudança na cultura da população local, determinando, pois, uma nova identidade (CRESTON, 2014). Já a segunda pesquisa, tendo como foco as alterações na paisagem construída que foram acarretadas pelo turismo, propõe uma metodologia para a leitura da paisagem cultural de Ibitipoca. Nesta leitura, foi feita uma análise dos métodos construtivos empregados através da evolução turística de Ibitipoca,

³ O Turismo de Base Comunitária destaca o desenvolvimento como forma de promover o turismo em conjunção com os valores da comunidade local. Ou seja, ele entende o desenvolvimento como algo a ser desenhado de acordo com o local e os valores da comunidade e não como um modelo padrão a ser replicado (BURSZTYN, et. al., 2009, p.86).

concluindo que ainda há a preservação de parâmetros construtivos tradicionais, e propondo formas construtivas complementares, aos diversos elementos de uma edificação, a fim de colaborar com a manutenção da identidade local (GONZAGA, 2017). Ambas as pesquisas contribuíram para o aprofundamento da compreensão sobre o objeto e a evolução das discussões colocadas por elas, que estão contidas nesta pesquisa.

No campo do turismo, foram relacionadas várias pesquisas de grande relevância. Encontraram-se pesquisas sobre o perfil do visitante do PEIb (LADEIRA, et al., 2007;); estudos que tratam da efetividade da gestão do PEIb objetivando elencar os principais focos de investimento e oportunidades (JEANNOT, et al., 2016). Tais pesquisas foram úteis para o entendimento da estruturação do turismo da Vila e possíveis pontos de evolução.

No campo da psicologia social, uma investigação se destaca com grande representatividade para a compreensão da comunidade preexistente ao turismo, suas práticas e modos de vida: “*O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “paraíso do capital”*” (BEDIM, 2008). Esse estudo tem como foco compreender a mudança na estrutura social da comunidade com a transição de uma economia baseada na agricultura de subsistência para uma economia com base no turismo. Lançando mão da história oral reescreve a história da criação do PEIb, agora pelas palavras dos nativos – e não pelo poder público, e, pelas entrevistas redesenha os modos vidas tradicionais da comunidade local.

Outros trabalhos também se detêm na compreensão da comunidade e de suas tradições. Um deles busca analisar a qualidade de vida dos moradores do Arraial de Conceição do Ibitipoca-MG (ALVES, 2014) e outro fala sobre a tradição do pão de canela na Serra do Ibitipoca e a sua importância na manutenção da transmissão dos saberes orais (DUTRA, 2012).

Nas áreas relacionadas ao meio ambiente e à biologia foram identificados estudos que tratam da educação ambiental em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (BELTRÃO, 2007); estudos sobre o impacto da criação de áreas de conservação nas atividades no entorno do PEIb, entendendo a comunidade como um agente importante para a aplicação das políticas de conservação da biodiversidade (REZENDE & VALLEJO, 2017).

No setor de geoecologia há várias pesquisas, o que destaca um potencial turístico ainda pouco explorado na região, que é o geoturismo. Um dos estudos distingue as unidades geoambientais entre a Fazenda Serra Negra e o Parque Estadual do Ibitipoca (OLIVEIRA, 2016); outros se detiveram nas potencialidades do geoturismo dentro da área do PEIb, destacando a expansão do ecoturismo como uma possibilidade de educação dos turistas para esta, ainda pouco explorada, vertente (BENTO & RODRIGUES, 2014; NUMMER, et. al., 2012).

Os estudos sobre os impactos do turismo no patrimônio construído, na comunidade, sobre o perfil do turista, sobre a estruturação do turismo e as suas facetas ainda não exploradas em interação com a abordagem da pesquisa reforçam o seu valor.

Ampliando a discussão teórica, segue-se uma breve explanação sobre o aporte teórico-metodológico. Para tanto, é necessário esclarecer de que forma os conceitos centrais estão organizados (figura 3). Conceitos estes que serão detalhados nos capítulos posteriores. Nesta introdução trata-se apenas de uma síntese.

Inicia-se a investigação do campo mais abrangente, traçando uma análise do turismo enquanto evento social e econômico e seus desdobramentos atuais, aprofundando a relevância da paisagem para o seu desenvolvimento e, ao fim, penetrando no conceito de *lugar* e de *sentido de lugar* e suas inter-relações com os o turismo e a paisagem.



Figura 3 - Diagrama de organização dos conceitos do trabalho.
Fonte: Autor, 2019

O turismo, sendo o conceito mais abrangente, engloba a necessidade da compreensão do seu estabelecimento e a paisagem é parte importante no estímulo

ao crescimento dessa atividade. A paisagem como objeto de apreensão turística surge a partir de uma visão do romantismo sobre a natureza, que sugeriu que o homem poderia se emocionar com o meio ambiente natural e deu à paisagem um status contemplativo (URRY,1996). Na Inglaterra do século XIX, como coloca Urry (URRY,1996), o romantismo estimulou a frequência dos trabalhadores às cidades litorâneas, fazendo com que eles se sentissem privilegiados por poder contemplar a natureza, gerando assim o que ele chama de “turismo da paisagem”.

Ao transformar a natureza em paisagem o homem a transforma em um objeto de apreciação estética, dando a ela um valor de uso e exploração econômica e comercial (MALPHAS, s.d.). Neste caso, a exploração econômica se dá através do “*olhar do turista*”⁴, algo que se realiza em instantes, mas que é central dentro do funcionamento da indústria do turismo, e que coloca os demais serviços envolvidos neste processo como secundários, já que o primordial para o consumo é a “captura do olhar” (URRY,1996).

O “olhar do turista” (URRY,1996) nasce da compreensão particular do observador sobre a paisagem, que no sentido aqui empregado, não é apenas uma cena vista pelo observador, mas uma composição de cenas individuais (SAUER, 1998). Essas cenas individuais têm as suas lentes formadas pela cultura, que define a nossa interpretação sobre os espaços e suas paisagens agindo como um elemento determinante para a sua valoração. Porém, como Urry coloca, o mundo cultural tem um funcionamento particular em relação ao capital econômico (URRY, 1996). E, por isso, o capital cultural não é apenas uma questão de conhecimento teórico abstrato, mas a competência simbólica necessária para apreciar obras de “arte” ou até mesmo de “antiarte” (URRY,1996).

O entendimento de Urry sobre o capital cultural diz que a base cultural do turista determina o interesse dele por este ou aquele roteiro. Isto inclui, além da própria definição de paisagem e entretenimento, a compreensão deste por manifestações específicas e a sua vinculação às paisagens e o seu consequente interesse por elas. A vinculação de uma leitura específica de uma determinada paisagem e seus usos e significados para a cultura que a ocupa define o conceito de paisagem cultural. Sobre isto, Corner diz que a paisagem

⁴ Conceito que Urry desenvolve em seu livro “O olhar do turista”. URRY,1996.

é inseparável de maneiras particulares da visão e da ação. Nesse sentido, paisagem é um meio constante de troca, um meio que é embebido e envolvido dentro das práticas imaginativas e materiais de diferentes sociedades em momentos diferentes (CORNER, 1999, p. 5)⁵.

A paisagem cultural como atrativo turístico agrega mais um elemento à composição de valor de um determinado destino. O arraial de Ibitipoca apresenta uma paisagem cultural, destacadamente, pitoresca – paisagem rural, bucolismo, interação com a natureza e modos tradicionais de vida.

Por isso, entende-se que a valorização desta paisagem cultural é também a valorização do *sentido do lugar* despertado e abrigado por essa localidade. Lugares que despertam um *sentido de lugar*, consciente ou inconsciente, são lugares que carregam consigo autenticidade. Autenticidade esta que está ligada principalmente à identidade dos lugares (RELPH, 1976). A assimilação dessa identidade se manifesta tanto através de percepções e experiências subjetivas quanto no aspecto das edificações e cenários e, não é apenas a separação entre lugares autênticos e não autênticos, mas a semelhança entre lugares diferentes (RELPH, 1976).

A percepção das características semelhantes, nas diferentes paisagens, memórias e usos desta paisagem, e a apreensão de suas identidades nos ajudam a reconhecer os espaços e a nos sentirmos acolhidos dentro deles. O espaço que gera em nós a sensação de acolhimento e reconhecimento representa para nós um *lugar*.

O *lugar* - enquanto conceito nos campos da arquitetura e urbanismo, geografia e filosofia - é entendido como um espaço vivido, que carrega consigo significados. Um conceito que reúne no seu cerne a noção de tempo junto à de espaço e à maneira como se experimenta a realidade (OLIVEIRA, 2016). Dentro da noção de *lugar* está embutido o conceito de *sentido do lugar*.

O *sentido do lugar* significa como as pessoas se apropriam do sentimento provocado pela ambiência dos espaços que para elas configuram *lugares*. Reúne as direções subjetivas do viver em um *lugar* somadas às relações sociais e ambientais, estabelecendo e modificando as relações com outros meios físicos (RELPH, 1976). É um sentimento sinestésico e pessoal, amplamente ligado à

⁵Tradução nossa: “is inseparable from particular ways of seeing and acting. In this sense, landscape is an ongoing medium of exchange, a medium that is embedded and evolved within the imaginative and material practices of different societies at different times.”

comunidade e à capacidade de admirar e compreender as qualidades de um espaço (RELPH, In: JR, et al.,2016).

Mas afinal, nessa perspectiva, um turista que permanece por pouco tempo em um lugar pode perceber o *sentido de lugar* de uma localidade? Relph (2007) pensa que sim. Segundo ele, o homem contemporâneo tem o *seu sentido de lugar* mais amplo já que, na Pós-Modernidade, as pessoas se apegam menos a um único lugar, pois elas podem se deslocar rapidamente entre eles. Por isso, o *sentido do lugar* contemporâneo é mais raso, porém mais amplo, posto que engloba uma infinidade de lugares. O *sentido do lugar* hoje é menos profundo que o dos nossos ancestrais, mas mais *bem informado e mais compreensível às diferenças* (RELPH, 2007).

Ao preconizar o *sentido do lugar* como conceito central para análise do estudo de caso propõe-se que, através dos elementos descritos por Relph como seus compositores (figura 4), se possa organizar a pesquisa da localidade mapeando os pesos de cada elemento e as relações com cada um dos atores presentes na cidade (morador – nativo ou “forasteiro”⁶, visitante e poder público). Já que, como o próprio Relph (2007) destaca, a compreensão do *sentido do lugar* pode ser aprendida e desenvolvida em comunidade, agindo, assim, como um instrumento de engajamento.

⁶ Termo usado por Bedim e Tubaldini para descrever os habitantes que vêm de outras cidades e se estabelecem na Vila (BEDIM & TUBALDINI, 2006).



Figura 4 - Esquema do Sentido do Lugar segundo Relph (1976) desmembrado, definindo as subcategorias de análise do trabalho. Fonte: Autor, 2019

A hipótese que se pretende defender é que a paisagem como objeto de fruição e uso, a sua interação com a história e a cultura (tanto do visitante com a cultura local), determinam a conformação do *sentido do lugar*. Imagina-se que o *sentido do lugar* da atualidade, como definido por Relph (2007), possa trazer à discussão um conceito mais amplo no qual o turismo se localiza. Um conceito que envolveria, hoje, várias referências importantes a um grupo de pessoas, habitantes ou não, de um determinado espaço. E, com o intuito de amplificar essa análise, faz-se aqui uma breve descrição dos caminhos metodológicos a serem trilhados, que foram determinados segundo a definição de Relph (1976) para a real captação do *lugar*, concentrando-se “nas pessoas e seus atos”.

Desta forma, além de estudos para uma melhor apreensão dos aspectos socioeconômicos da localidade, a coleta de dados geográficos, de dados que atentam para as questões de sua formação histórica, social e urbana, adotou-se o método qualitativo para o desenvolvimento da pesquisa. Tal método se mostrou apropriado visto que se propõe à compreensão do universo dos significados, algo que precisa ser interpretado perante a realidade específica do recorte selecionado (MINAYO, et al., 2016).

Ademais, no campo da geografia cultural, importante aporte teórico-metodológico deste trabalho, a contribuição da pesquisa de observação sobre o objeto representa a consciência geográfica, “um modo de se relacionar espontaneamente ou conscientemente com a realidade terrestre, que encontra seu fundamento essencialmente na operação do olhar” (BESSE, 2006).

Diante do exposto e do subsídio teórico-metodológico já citado, algumas técnicas de pesquisa formaram contribuições essenciais a essa pesquisa. A primeira delas foram as entrevistas semiestruturadas, que proporcionaram um amplo entendimento sobre a comunidade, os habitantes e os visitantes, adentrando nos valores de memória coletiva e compreensão do espaço, de seus usos e práticas.

Através das pesquisas de observação aprofundou-se em elementos ainda não identificados que compõem o *sentido do lugar* que, somadas às entrevistas semiestruturadas, concorreram também para interpretar os usos e apropriações dos espaços.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos objetivos e técnicas aplicadas e dos resultados esperados (Tabela 2).

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	TÉCNICAS DE PESQUISA	RESULTADOS ESPERADOS
Identificar o impacto do crescimento da atividade turística no desenvolvimento urbano desta localidade e, por conseguinte, o seu impacto na paisagem natural e construída dessa cidade e a sua consequente influência no sentido de lugar da localidade.	Análise do crescimento urbano e uso e ocupação do solo	Paisagem/Natureza/Arquitetura	Pesquisa documental e iconográfica e pesquisa de Observação.	Mapamento do uso e ocupação do solo da Vila.
	Análise geral das alterações na paisagem construída.	Paisagem/Natureza/Arquitetura	Pesquisa documental e iconográfica e pesquisa de Observação.	A paisagem construída condiz com a paisagem cultural que a Vila carrega?
	Análise do uso e apropriação dos espaços públicos, naturais e urbanos, pelos moradores e turistas.	História Identidade/ Memória	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	Como ocorre o uso dos espaços públicos da Vila e do Parque.
	Elencar a valoração afetiva dos espaços públicos da Vila e do Parque para visitantes e moradores.	Usos e práticas Espaciais	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	Entender quais são os espaços de valor para turistas e moradores.
	Análise dos eventos promovidos pelo turismo. Qual a importância deles na apropriação/valorização dos espaços públicos pelos turistas?	História Identidade/ Memória	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	Compreender se realmente há uma promoção da apropriação do espaço através dos eventos.
	Análise e levantamento dos rituais e modos de vida rurais ainda presentes na rotina da Vila.	Usos e práticas Espaciais	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	A paisagem cultural conformada por eles, é lida pelos turistas? Ou permanece fechada na comunidade? Qual a importância desses rituais na apropriação/valorização dos espaços?
	Traçar um perfil do visitante e morador.	Usos e práticas Espaciais	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	Compreender quem são as pessoas entrevistadas e cruzar com os dados acima.
	Elencar os principais atrativos e identificar novos atrativos.	História Identidade/ Memória	Cruzamento de dados de outras pesquisas já realizadas. Entrevistas semi-estruturadas.	Enumerar os atrativos principais, e analisar sua congruência com os espaços afetivos a serem identificados.
		Sinestesia/ Cultura		
		Sinestesia/ Cultura		

Tabela 2 - Metodologia e Resultado. Fonte: Autor, 2019.

Através da Tabela de Metodologia e Resultados (Tabelas 2) e do aporte teórico-metodológico apontado foram desenvolvidas as perguntas realizadas no trabalho de campo, apresentadas no Anexo I. A metodologia e técnicas de pesquisa somadas ao aporte teórico foram de extrema importância para a compreensão do *sentido de lugar* na Vila e, para esta análise, a pesquisa se dividiu em três partes: “fase exploratória, análise de campo e análise e tratamento do material empírico e documental” (MINAYO, et al., 2016, p.25). A fase exploratória, foi explicitada nos capítulos dois e três, promovendo um aprofundamento no aporte teórico proposto.

O capítulo dois investiga os estudos sobre o turismo como um evento social e econômico pós-moderno. Tomando como base teórica os escritos de Urry e Larsen (1996, 2011) e os conceitos de modernidade de Giddens (1991), conceitua-se o turismo e compreende-se melhor o tipo de sociedade em que ele se desenvolve na atualidade e suas possibilidades.

Divide-se em quatro subcapítulos, sendo os três primeiros relacionados à trajetória do turismo de massa e sua relação com as alterações sociais da modernidade. O último traz a exposição de formas de turismo alternativas ao modelo de massa e trata especificamente da abordagem sobre o desenvolvimento situado, baseando-se nos estudos reunidos por Bartholo, Burszty, Sansolo (2009).

O capítulo três analisa os conceitos de *Paisagem e Lugar* com o propósito de compreender suas interpelações e as relações destes conceitos com o turismo. Dividido em dois subcapítulos, o primeiro busca compreender as discussões acerca da paisagem delimitando seus diversos tipos - natural, cultural, e detalhando a sua relevância para a configuração de destinos turísticos e de *lugares*. Enquanto o segundo, em uma primeira parte, localiza o conceito de *lugar* na discussão acadêmica contemporânea e explana os níveis de interação com o *lugar* e a experiência baseado nos estudos de Relph (1976) - conceituações caras para o desenvolvimento desta pesquisa. Na outra parte da análise, aprofunda o conceito de *sentido de lugar* baseado nas discussões de Relph (1976), discutindo as suas formas de estabelecimento, as quais essa pesquisa se remete para a análise do estudo de caso.

No capítulo quatro – uma soma de produtos obtidos na fase exploratória e na pesquisa de campo - apresenta-se o caso selecionado para estudo, a Vila de

Conceição de Ibitipoca. Dividido em quatro subcapítulos, tem no primeiro o foco em estabelecer a sua formação histórica e social, permeado por questões de uso e ocupação do solo e crescimento físico e territoriais da Vila, apropriação de espaço, história e memória e relacionando-as ao *sentido de lugar*. No segundo subcapítulo detém-se sobre a análise da paisagem construída da vila e a suas formas de produção e o seu *sentido de lugar*. Na terceira parte, utilizando-se das entrevistas e observações realizadas em campo, criou-se dois núcleos de sentido analisando a interação de turistas e moradores com o espaço, a captação do *sentido de lugar* e suas alterações. Na quarta parte, expõe-se o quadro de metodologia e resultados apresentado na introdução da pesquisa, com uma síntese dos resultados obtidos.

Concluindo, no capítulo cinco, tecem-se as considerações finais a respeito do estudo.

2Turismo na Sociedade Contemporânea

O turismo é prefigurativamente pós-moderno, devido a sua particular combinação do visual, do estético e do popular. (URRY, 1996, p.123)

O visual, o estético e o popular moldam o turismo como conhecemos na atualidade, mas, afinal, como esse movimento iniciou? Que transformações ele trouxe para a nossa sociedade e para as nossas cidades? Buscando responder a essas perguntas, este capítulo propõe uma análise da pós-modernidade em paralelo ao desenvolvimento turístico e, ao final, busca compreender possibilidades para um modelo de turismo mais integrado a realidades específicas.

Os escritos de Urry (1996) sobre turismo e suas atualizações ao longo do aprofundamento da pós-modernidade (URRY; LARSEN, 2002, 2011) são importantíssimas contribuições a esse campo de conhecimento. Por isso, neste capítulo, ele é utilizado como bibliografia central, sendo a esta somada, no seu desfecho, Bartholo, Bursztyn e Sansolo (2009), que contribuem à discussão no que concerne ao turismo situado.

Apresentadas as intenções deste capítulo, segue uma breve introdução sobre turismo acompanhando o desenvolvimento de suas interações com as transformações na modernidade e pós-modernidade.

2.1.O turismo na modernidade e pós-modernidade

O turismo, como prática, surgiu com os peregrinos religiosos que viajavam em busca do sagrado, tendo como polo atrativo uma centralidade. Hoje, o turista ainda presta homenagem a uma centralidade, mas ela se desloca de acordo com as suas intenções, ou seja, o ponto fixo do turista é mutável (URRY, 1996). Esse deslocamento para uma veneração – pré-moderna, moderna e pós-moderna – é feito em troca de uma experiência enobrecedora. Além de vivenciar novas experiências, o turista busca também se desligar das ações cotidianas mediante um

desmonte da rotina tradicional com a instauração de uma licença para a diversão (URRY, 1996).

Em relação à desvinculação da rotina tradicional (residência/trabalho) e a associada busca do turista por autenticidade, Urry diz ser, na verdade, uma necessidade para suprir o que ele chama de o “olhar do turista”, que é a base da exploração econômica dessa autenticidade. O “*olhar do turista*”⁷ é instantâneo, mas se apresenta como o principal meio para o desenvolvimento deste setor, colocando os demais serviços como complementares, pois o objetivo central é a “captura do olhar” (URRY, 1996).

A organização dos serviços em torno desse olhar e dos acontecimentos que o cercam configura parte importante da prática turística, que, na modernidade, estabeleceu-se, de forma predominante, em algumas cidades, com isso, criando espaços especializados para o atendimento dessa nova demanda. Tal demanda consolidou a forma de lazer em massa (URRY, 1996). A esse tipo de turista Urry denomina o “olhar coletivo”, para o qual a escolha de um destino é completamente influenciada pela decisão do grupo (URRY, 1996); o lazer, neste caso, é uma fruição coletiva.

O estabelecimento de um momento de lazer a ser gozado coletivamente mostra-se intimamente relacionado aos sistemas de organização social do trabalho, cuja criação de regras para os momentos de trabalho aplicou-se também aos momentos de lazer (URRY, 1996). Urry (1996) esclarece que houve padrões, no século XIX, que perceberam, nesse período de férias em massa, um estímulo produtivo a seus funcionários.

A sensação de se estar distante do trabalho foi um importante objeto de deleite dos trabalhadores no início da modernidade, hoje, porém, não há essa separação tão reforçada quanto no contexto analisado por Urry⁸, visto que qualquer espaço pode ser lugar da diversão, especialmente após o crescimento das mídias digitais (URRY, 1996).

A separação clara entre os espaços e momentos de trabalho e lazer pode ser analisada como consequência da separação do espaço-tempo ocorrida na modernidade. Segundo Giddens (1991), a força transformadora da modernidade é

⁷ Conceito o qual Urry desenvolve em seu livro “O olhar do turista”, de 1996.

⁸ Urry (1996) analisa o turismo do litoral na Inglaterra do século XIX.

fruto dessa separação e as suas diversas possibilidades de associações, que deram à vida social determinado planejamento tempo-espacial.

Em tempos pré-modernos, já havia diversas formas de se controlar o tempo, mas, de maneira geral, esse controle ainda era muito vinculado ao espaço: “'quando' era quase, universalmente, ou conectado a 'onde' ou identificado por ocorrências naturais regulares” (GIDDENS, 1991). Já na modernidade, como coloca Bauman (1998), essa separação ocorre com a “*destemporalização do espaço social*”, isto é, o tempo passou a ser organizado, setorizado e direcionado como o espaço. O tempo agora tinha direção, antes e depois, e isso trouxe à época Moderna um destino e uma ordem clara.

A separação do tempo e do espaço ao longo da modernidade e sua consequente coordenação geraram três importantes mudanças na ordem social: a primeira delas foi mais liberdade dos costumes e das práticas sociais; a segunda foi uma conexão entre o local e o global pela organização das instituições no tempo e no espaço; e, em terceiro lugar, a historicidade completa associada à modernidade – possibilitada pela organização e conformação da história mundial (GIDDENS, 1991).

2.1.1. Novas práticas sociais, cultura e consumo

A organização do tempo, e, conseqüentemente, da história, causou, na contemporaneidade, um aprofundamento da “destemporalização” do espaço. Esse aprofundamento substituiu um mundo feito de objetos estáveis por um mundo composto por objetos programados para a direta obsolescência (BAUMAN, 1998). Esta é, segundo Giddens (1991), umas das descontinuidades que dividem as organizações sociais modernas das tradicionais, o forte “*ritmo da mudança*” que a modernidade traz.

O ritmo da mudança, ou melhor, o deslocamento do tempo causado por ela reforça o sentimento de “*desencaixe*” de Giddens. Segundo ele, esse sentimento é o deslocamento do contato social local para dimensões incertas de tempo-espaço (GIDDENS, 1991).

Para o desenvolvimento dessa teoria, Giddens (1991) divide o “desencaixe” em dois mecanismos: as “*fichas simbólicas*” e os “*sistemas peritos*”. Porém, a fim de focalizar os temas mais inerentes às questões deste

trabalho, aqui, o estudo concentra-se no debate do primeiro mecanismo. Ele representa os meios de troca que podem circular entre os indivíduos sem distinção de características específicas deles e das instituições que o utilizam, uma dessas “fichas” é o dinheiro (GIDDENS, 1991).

O dinheiro como um mecanismo de desençaixe “é um meio de distanciamento do tempo-espço” (GIDDENS, 1991). Ele não se liga ao tempo em forma de fluxo, ele é uma forma de conectar o tempo-espço agregando “instantaneidade e adiamento, presença e ausência” (GIDDENS, 1991). E esse meio possibilitou organizar o trabalho e realizar transações globais que modificaram profundamente o consumo e o turismo.

No turismo, ele expandiu as possibilidades, tanto facilitando os sistemas de troca quanto – somado ao avanço na tecnologia dos transportes e da informação – expandindo os destinos e as interações provocados. Ampliando, portanto, a possibilidade de consumo e as possibilidades do “olhar do turista”.

O consumo ampliado e farto na sociedade contemporânea é a chancela do sucesso (BAUMAN, 1998). No caso do turismo, pode-se compreender não só a sua abundância no que diz respeito a serviços e destinos variados, mas também no que concerne à exclusividade. Tal exclusividade é valorizada pelo turista de perfil “romântico”, segundo Urry (1996). E é esse turista que mais consome, um turismo que Urry chama de “turismo de bens posicionais”, ou seja, um turismo no qual o seu objeto – destino – de consumo só tem valor em relação ao destino e consumo de outras pessoas. Os destinos desse tipo de turismo denotam também *status* e/ou bom gosto (URRY, 1996).

A estratificação do consumo é um fenômeno claramente pós-moderno. Para comprovar tal tese, Urry (1996) separa o consumo em duas formas: *consumo de massa* e *consumo pós-fordista*.

No *consumo de massa*: o produtor se destaca como dominante no processo produtivo, tendo, em alguns setores, um só produtor do seguimento; as mercadorias não têm alteração umas das outras de acordo com a moda e as sazonalidades do mercado (URRY, 1996).

No *consumo pós-fordista*: o consumidor domina o processo produtivo e a demanda; a criação de novos sistemas de crédito estimula o consumo e gera grandes níveis de endividamento; a vida social, em suas várias perspectivas, torna-se parte do mercado e os padrões de consumo agora possuem níveis muito

diferenciados; o consumo torna-se também um ato político e as mercadorias têm menor duração e são cada vez mais direcionadas (URRY, 1996).

Percebe-se, então, que o *consumo pós-fordista* (URRY, 1996) e o turismo de bens posicionais são consequências de uma nova configuração social que dá mais liberdade às práticas sociais e destaca as identidades individuais. Essa configuração não é mais uma busca pela identidade em uma sociedade que prioriza a construção da ordem – sociedade moderna. É agora a busca por uma identidade quase esquizofrênica, que precisa se recompor o tempo todo porque vive diante das incertezas, ou dos desencaixes do mundo contemporâneo. E a isso Bauman (1998) denomina “*identidade palimpsesto*”, ou seja, uma identidade construída em camadas que nem sempre conversam entre si e que se sobrepõem todo o tempo.

O mesmo ocorre com as instituições pós-modernas as quais – diferentemente do que ocorre na modernidade – misturam-se, assim como as demais esferas da sociedade que se embaralham e não possuem mais o seu código de conduta rígido. Urry (1996) refere que “a cultura pós-moderna é antiaurática”, isto é, um determinado universo da vida se mistura com o outro e não há uma aura e uma idiossincrasia em cada um deles.

A miscigenação das instituições modernas, a confusa construção de identidade e a consequente mudança nos padrões de consumo refletem-se no turismo contemporâneo e no seu caráter mutante (URRY, 1996). Esse caráter é representado pela necessidade e pelo estímulo a constantes adaptações do turismo a novas demandas, interações e serviços que vêm tanto dos visitantes como das novas tecnologias.

O pós-modernismo aceita a fragmentação e o efêmero e faz disso seu meio de expansão, tornando-os parte ativa de sua evolução (HARVEY, 1992) e, assim como o turismo, a esfera cultural também é alterada. Nesse contexto, ambos são estimulados principalmente pela mídia e pela cultura da imagem (URRY, 1996).

A cultura de massa no turismo e nas cidades causa um enfraquecimento da identidade dos *lugares* ao ponto de eles não só serem semelhantes, mas parecerem-se semelhantes e oferecem a mesma mistura de experiências (RELPH, 1976). Essa inautenticidade transmitida pela mídia, que difunde cultura de massa, corrói o *sentido de lugar* e produz “paisagens que não fazem nada para manter significativos e diversos os lugares” (RELPH, 1976).

A massificação dos lugares e dos meios de comunicação e a sua consequente influência já eram claras na modernidade e, na pós-modernidade, elas se reforçam ainda mais. O mundo contemporâneo saiu de um sistema que era anteriormente “baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado centralmente com a informação” (GIDDENS, 1991). Porém a centralidade da informação, não necessariamente, traz à tona o cientificismo moderno, pelo contrário, ela prioriza agora uma constelação de reivindicações de diferentes fontes do conhecimento (GIDDENS, 1991).

Além disso, a própria natureza da comunicação e da linguagem é alterada nesse novo contexto. O valor dado ao significado dos sinais e símbolos era estático na modernidade, quando um significante tinha apenas um significado. Já na pós-modernidade, um significante tem diversos significados que são dados de acordo com as suas combinações (HARVEY, 1992).

As diversas combinações de um mesmo significante geram, portanto, a fragmentação de uma mensagem que antes era uniforme. Essa nova forma de aplicar a linguagem influenciou também o universo das artes e da arquitetura, assim, dissolvendo as fronteiras entre o popular e o erudito, entre o novo e o antigo.

2.1.2. Historicismo pós-moderno

Dissolver as fronteiras entre os universos culturais é a característica de um tempo que abdica da noção de progresso e, por isso, usa a história como uma citação e a reorganiza como bem entende (HARVEY, 1992). Além disso, a autoridade do produtor cultural é reduzida e abre o objeto cultural para participações mais democráticas de criação (HARVEY, 1992). A produção cultural passa a integrar a produção mercadológica e a história, agora, deslocada de seu tempo, e torna-se um objeto de fruição.

A história como objeto de fruição amplia ainda mais o espectro turístico. Urry, em sua análise da Inglaterra, cita diversos exemplos da luta popular pela preservação de edificações variadas – incluindo indústrias e máquinas desativadas, além do interesse pelo próprio trabalho como objeto turístico. Segundo ele, essa ocorrência é “[...] uma notável ampliação dos objetos

considerados dignos de serem preservados. Isso se deve à mudança de um conceito de história” (URRY, 1996).

O engajamento popular nos movimentos de preservação demonstra uma nova forma de entender a história, fazendo dela também uma mercadoria (URRY, 1996) e trazendo à tona uma cultura museológica típica deste tempo, na qual tudo pode ser um objeto turístico (URRY, 1996).

Nessa lógica, desenvolve-se a indústria da tradição, que, segundo Urry, reforça valores antidemocráticos e exalta a decadência pela inibição à cultura do presente. Esse movimento ampliou a abrangência da preservação das edificações, assim, ativando a discussão sobre o valor da tradição, porém esse valor é muitas vezes questionado pelo seu excesso. Por isso, Urry (1996) infere que “do que se necessita é uma cultura baseada na compreensão da história, e não de um conjunto de fantasias em torno da tradição”.

A valorização da tradição no turismo é a tematização dos lugares, sobre isso, Fagerlande (2015) alega que o enaltecimento da história e das tradições pode ser também uma forma de resgatar a cultura local já esquecida, fortalecendo os vínculos da comunidade com o *lugar* e ampliando as possibilidades de consumo do turismo.

Ao analisar a integração das novas tendências de consumo – estudadas supra, na qual o público determina o foco do produtor – e o crescimento dos museus na Inglaterra, Urry (1996) avalia a sua popularização. Segundo ele, os museus tornaram-se acessíveis a outras camadas da sociedade, deixando de ser exclusivos da elite, e representam, hoje, centros geradores de capital cultural para esta população, principalmente, pela popularização de sua linguagem.

Como se pôde averiguar, a popularização da linguagem e o culto à história e à tradição são citados como características da pós-modernidade. Porém Giddens (1991) aduz que tal historicidade não é um elemento restrito deste momento, há, portanto, um aprofundamento da historicidade já existente na modernidade. Para ele, a compreensão sobre a historicidade deve ser cuidadosa, pois ela pode ser uma forma de utilizar o passado para compor o presente, mas não necessariamente representa uma consideração pelo passado (GIDDENS, 1991).

No campo da cultura, a dissolução dos limites temporais e a obsessão com a instantaneidade e a sua inerente aproximação às culturas populares trouxeram à produção cultural a utilização de novas tecnologias, da mídia e da multimídia

(HARVEY, 1992). As novas tecnologias redirecionam o olhar do turista e alteram seu foco e sua direção, que modificam também a indústria do turismo (LARSEN, s.d.).

2.1.3. Globalização, mídias digitais e novos olhares

O turista hoje não precisa sair de casa para vê-lo, pois a evolução tecnológica permite conhecer os lugares de dentro da sua casa. E, como a experiência turística está relacionada ao enquadramento das cenas, assisti-las em casa não modifica completamente essa concepção de delimitação, pois ela já possui tal enquadramento na televisão (URRY, 1996) ou no aparelho celular. Segundo Urry (1996), o tipo de turista que tem consciência dessa – e de outras – possibilidade e do seu papel de turista é o pós-turista.

O pós-turista também compreende vários outros itens da sua posição: ele tem consciência das diversas possibilidades de escolha e diverte-se com isso; ele sabe que não está preso aos limites tradicionais impostos pela “alta cultura”, ao mesmo tempo que estabelece uma espécie de busca constante pelo prazer; e, o último e mais importante, ele possui a consciência de que o turismo é um jogo, ou mesmo vários jogos, com possibilidades variadas, e não uma vivência única (URRY, 1996).

O pós-turista é o turista pós-moderno, e, neste novo momento, não há separação entre a representação e a realidade. Vivemos em uma sociedade baseada na imagem, na qual as simulações são pre

dominantemente mais animadoras do que a realidade, por isso, consumimos gradativamente mais sinais e simulações dessa própria realidade (LARSEN, s.d.). Num mundo de mídias digitais, as pessoas são turistas o tempo todo, e o olhar do turista, sendo virtual ou corporal, é frequentemente delimitado pelo prazer de se admirar lugares que são autênticos (LARSEN, s.d.).

O olhar do turista é hoje restabelecido pela globalização do turismo – ou turismo global (URRY, 2002 apud LARSEN, s.d.) – possibilitado pela democratização das viagens de longas distâncias realizadas de avião e navio e reforçado pela presença digital, que permite também o olhar digital. Porém não há comprovação de que o olhar digital tenha substituído a experiência corporal do olhar. A experiência corporal do olhar é uma vivência multissensorial que

reconhece os espaços, também, a partir do movimento e dos demais sentidos (LARSEN, s.d.). Além da experiência multissensorial do olhar do turista, o turista contemporâneo conhece também o olhar mútuo, isto é, olhar que é devolvido/recebido de/por outros turistas e que modifica o modo como se vê (LARSEN, s.d.).

Há, no entanto, outros olhares em direção ao turista e que ele não pode controlar. O flunar, um exercício tão comum entre turistas, hoje já não é mais anônimo. Vive-se em um pan-óptico eletrônico, pelo qual cidades, ruas, hotéis e aeroportos estão repletos de câmeras para proteger do crime, da violência e do terrorismo (LARSEN, s.d.).

Esse novo olhar de proteção vem coibir a ação do que Bauman (1998, p.54) chama de os “estranhos”. Ele afirma que, em uma sociedade baseada no consumo, os indivíduos que não têm acesso a ele – e, portanto, aos prazeres da vida – são “estranhos”, diante do olhar daqueles que podem exercer o seu consumo inteiramente, visto que podem oferecer algum tipo de ameaça.

A exceção ao padrão de consumo estratificou ainda mais a sociedade, que agora possui o seu espaço diluído e o tempo comprimido entre o digital e o real. O conceito de presença se ampliou, sendo possível estar presente (digitalmente) em vários lugares. Com as diversas presenças, a quantidade de tarefas se multiplicou, e o tempo se achatou, e a separação entre o tempo e o espaço aumentou ainda mais.

As mídias digitais e seus algoritmos influenciam o consumo, e a estratificação se aprofunda. A separação do tempo-espaço, já bastante reforçada pelas mídias digitais e pela internet, expande-se à medida que os sistemas de crédito se alargam e democratizam-se, com isso, possibilitando maior número de viagens aéreas ou de ferramentas de presença digitais, que permitem conhecer novos lugares virtual e presencialmente.

Hoje a diversão e o entretenimento não estão mais relacionados às férias e às folgas do trabalho. Durante todo o tempo estamos consumindo informação e entretenimento pelo celular, computador, TV, etc. O nosso olhar é constantemente influenciado por essas interações e, como já mencionado anteriormente, a alteração do olhar do turista modifica toda a cadeia produtiva do turismo.

O que se vê hoje na interação entre o olhar do turista, mídias digitais e a indústria do turismo, portanto, é uma atitude reflexiva que Giddens (1991)

menciona que ocorre nas ciências sociais, durante a modernidade, e é a “base da reprodução do sistema” moderno. Essa atitude consiste na constante alteração das práticas sociais, que são repetidamente analisadas e revisadas pelas informações sobre as mesmas práticas, criando uma espiral de renovação infinda (GIDDENS, 1991). Na relação olhar do turista, mídia e indústria do turismo, o olhar do turista e a indústria representam essas práticas sociais, e a mídia, a informação.

Se a mídia pode mudar a maneira como se produz turismo mediante sua influência na cultura e nas práticas sociais, acredita-se que um modelo de turismo sustentável, que seja aplicado e divulgado, possa trazer um novo entendimento sobre o turismo, em menor escala. Um turismo que não se integra ao turismo de massa e que se molda às necessidades e à rotina da comunidade que o abriga.

2.2. Desenvolvimento situado – o olhar face a face

Esta seção se dedica a compreender outras experiências e possibilidades de turismo que sejam sensíveis à comunidade e ao *lugar*, desse modo, atuando como alternativa ao turismo de massa.

O ecoturismo, modelo de turismo estudado nesta pesquisa, absorve boa parte das mudanças citadas no subcapítulo precedente. E essas transformações se agravam, principalmente, quando o ecoturismo ocorre em comunidades rurais ou pequenos distritos. Essas localidades, muitas vezes, não têm amplo acesso à informação, e as transformações culturais impostas pelo turismo de massa são mais lentas. Todavia, como mencionado, a velocidade da informação e as atitudes reflexivas da própria indústria têm acelerado cada vez mais esse processo, que altera os modos de vida das comunidades e desestrutura sua autenticidade.

A vila analisada sofreu importantes modificações em sua estrutura urbana e sociocultural desde a implantação do turismo. Mudanças essas que motivaram este estudo e que serão mais bem explicitadas no capítulo 4. Essas transformações alteraram a identidade dessas comunidades.

A identidade dos lugares está ligada à capacidade destes de representarem autenticidade, contudo, para Relph (1976), a inautenticidade é o modo operante da sociedade de massa. Essa inautenticidade é causada, muitas vezes, por um olhar pouco sensível às individualidades do lugar, na implantação de empreendimentos e políticas públicas.

Bartolo (2009) coloca que o dinheiro e a mercantilização têm invadido os espaços relacionais, em que o cidadão vem transformando-se em um consumidor/espectador. Segundo ele, essa alteração dos espaços cria estruturas que transmitem irrealidades, isto é, criam experiências produzidas por um especialista que não está inserido no *lugar*, e, por isso, replica moldes de uma cultura massificada, destituindo o *lugar* de suas características intrínsecas, pasteurizando-o (BARTOLO, 2009). Esses projetos são, muitas vezes, implantados por governos e não promovem os benefícios esperados às comunidades locais. No Brasil, esse modelo segue sendo replicado, homogeneizando os destinos turísticos, erradicando os espaços para reforço das particularidades e enraizamento sociais dos empreendimentos (BURSZTYN et al., 2009).

Uma alternativa a esse processo seria uma política de valorização dos sítios simbólicos, que são os lugares de pertencimento, as *comunidades de sentido*. Eles são elementos imateriais que abastecem os indivíduos e as instituições sociais de orientação (BARTOLO, 2009). Um projeto insensível ao sítio aborda o desenvolvimento como um modelo replicável e genérico; já um projeto de desenvolvimento receptivo ao sítio contextualiza-se.

Um projeto de desenvolvimento situado vê os fins – e não apenas os meios – e exige que haja um reconhecimento do tipo de vida do local. Esse projeto objetiva ampliar a capacidade da população de manter o modelo de vida que valoriza (BURSZTYN et al., 2009).

O modelo de desenvolvimento turístico situado entende o espaço de ação como algo que se adapta ao lugar de maneira dinâmica. Ele se caracteriza pela participação da população como agentes e sujeitos da transformação. Ele exige um empenho que vincule passado e inovação, desestruturando a ideia de se transpor modelo de desenvolvimento entre tempos e espaços diversos (BURSZTYN et al., 2009).

O Turismo de Base Comunitária é um modelo de desenvolvimento situado, que entende o desenvolvimento como uma forma de evolução econômica sensível ao lugar e às comunidades. Ele se contrapõe ao turismo de massa, pois não necessita de grande densidade infraestrutural e de serviços, valorizando a ligação com o *lugar*. Ele propõe outro modo de visita e hospitalidade, mesmo que se coloque o mesmo objetivo do turismo de massa.

Além disso, ele reverencia os legados culturais e as tradições do sítio e pode funcionar como forma de restabelecer as ligações entre a comunidade e o local. E, para que ele seja viável, sugere uma relação dialógica entre habitantes e turistas, pela qual nenhum deles se submeta ao outro, eles se veem como partes iguais de um mesmo processo de troca (BURSZTYN et al., 2009). Esse modelo de desenvolvimento pode ser elaborado das mais diversas formas, sempre, respeitando a especificidade da comunidade.

2.3.Conclusão

O turismo como evento social e de consumo se modificou e enraizou-se na sociedade contemporânea de maneira a alterar os modos de vida das comunidades. Ele se utilizou da separação tempo-espacial da modernidade e pós-modernidade para expandir seu alcance e abrangência integrando quase tudo ao espectro de fruição. O amplo alcance do turismo o fez questionar os meios de produção e a própria valorização da autenticidade – muitas vezes, replicada e não realmente autêntica – estabelecendo assim novos modos de exploração turística mais sensíveis ao lugar e às suas especificidades.

Respeitar a especificidade das comunidades é respeitar o seu *lugar*. E, compreender de que maneira o turismo se estabeleceu como atividade econômica e social na sociedade contemporânea, auxilia a desenhar as relações possíveis desse evento com as alterações na paisagem e, consequentemente, no *lugar*. Afinal, o *lugar* é consequência da forma de vivenciar os espaços e essa valoração passa pelo entendimento de cada um sobre a história, mobilidade e cultura.

Produzir lugares reais que tenham uma atividade turística sustentável, pede o entendimento das comunidades tradicionais diante de todos esses estímulos da sociedade contemporânea. E não há como compreender uma comunidade sem compreender a paisagem à qual ela pertence e as relações que com ela estabelece. Por isso, o capítulo que segue analisa o conceito de paisagem e de *lugar* que, em interação com as dinâmicas do turismo, vem configurando e reconfigurando o *sentido de lugar* de destinos turísticos.

3 Paisagem e Lugar

Em suma, não há paisagem sem profundidade, uma profundidade que se dá a ver sob a forma de uma presença nos longes, de um ser na distância que significa o espaço da vida. A profundidade da paisagem é a da existência. (BESSE, 2006, p.92)

Este capítulo, tendo o *sentido do lugar* como objeto de análise final, investiga os conceitos de paisagem e de *lugar*. Iniciando pela paisagem e suas diversas camadas, pretende-se compreender sua ação na determinação de um destino turístico e sua influência na formação do *lugar*. E, ao final, aprofunda-se na composição do *sentido de lugar* e sua forma de organização que resultou na estruturação desta pesquisa.

3.1. Paisagem

Assim como no turismo, a base da definição de paisagem é o visível, que é fixado pelo olhar. Ele age como algo revelador, que representa e comunica (BESSE, 2006, p.65). E a comunicação se dá, muitas vezes, pela relação entre os elementos de um espaço dentro da área de visão de um olhar.

Essa comunicação é a harmonia, algo essencial, segundo Bertrand (2004), para que vários objetos dispersos sejam lidos como um todo. Esses objetos se organizam e reorganizam de forma dinâmica e inconstante e são compostos por elementos biológicos, físicos e antrópicos, dessa forma, acabando por compor a paisagem. Eles estabelecem entre si uma relação dialética que compreende, portanto, a paisagem, um elemento inseparável e em constante transformação (BERTRAND, 2004).

Conectar itens de um mesmo espaço e estabelecer sobre eles uma leitura de coerência é usar a razão. A razão é, para Cauquelin (2007), elemento essencial também para reconhecer, em uma pintura exposta em uma parede, um artefato representador da realidade. Porém não é possível ler uma pintura se não se pode compreender os artifícios usados nela, que, no caso da paisagem, significa compreender o artifício da perspectiva (CAUQUELIN, 2007).

O advento da perspectiva, no Renascimento, revolucionou o modo de representar o mundo. Ela se tornou o padrão expressivo na composição figurativa da pintura e do desenho e concebe o espaço em partes iguais, estabelecendo um arranjo baseado em uma hierarquia organizacional (RAMA,2012). Tal organização educou o olhar do homem moderno e definiu o significado de paisagem. Ela estabeleceu, também, que o observador e o observado estão separados, estando o observador em uma posição beneficiada em relação ao observado (RAMA, 2012). Essa separação permaneceu arraigada no estudo da paisagem até a mudança de paradigma da geografia, na década de 1960 – como se apresentará ulteriormente – e, influência até hoje, a forma de interagir com a paisagem.

A pintura e a perspectiva educaram o olhar da modernidade à medida que utilizaram da representação para dar uma leitura sobre a realidade. Elas formam a percepção (CAUQUELIN, 2007,) e ilustram uma realidade. Um léxico de informações prontas para ser utilizado, e as conexões estabelecidas entre elas foram – e ainda são – determinadas pela “*istória*”. Conexões essas que são vistas pelos olhos, mas apenas são enxergadas pela razão (CAUQUELIN, 2007), que vê e utiliza a pintura – e a conexão entre os objetos que ela estabelece – como forma de construir um elo seguro entre o que se observa – o visual – e o que se compreende (CAUQUELIN, 2007) – o real.

Contudo, hoje, a paisagem não é definida, apenas, pelo que os olhos veem. O reconhecimento de uma paisagem e sua apreensão específica vêm embebidos, também, em um processo cultural. Para Ducan (2004), a paisagem age na criação e interpretação de signos em que as práticas sociais são propagadas, refletidas, vivenciadas e esmiuçadas. Ela depende de uma questão hermenêutica, em que “a paisagem significa para aqueles que a produzem, a reproduzem ou a transformam” (DUCAN,2004). Compreendendo, assim, que tanto a leitura como a produção da paisagem estão sujeitas à bagagem cultural e histórica de cada espectador, isto é, suas interpretações sobre o que veem e suas transformações como usuário da paisagem/espço que vivenciam.

Por isso, Relph (1976) afirma que as paisagens não são somente um cenário, elas são o local que manifesta e molda as práticas culturais e os costumes; e qualquer grande alteração neste cenário não é realizada sem modificar a interação social. Para que se possa compreendê-la de maneira ainda mais profunda, é

necessária, muitas vezes, uma leitura das relações e de jogos de poder embutidos nos seus usos e práticas.

Diante dessa ampliação de campo é que o aporte teórico-metodológico da geografia humanista/cultural ganha corpo, em que entram, por exemplo, as contribuições da filosofia, dos saberes locais, dos não peritos e das artes (SOUZA, 2015). Por essa abordagem, a paisagem é algo que a assimilação humana percebe, apenas, a condição exterior, mas ela possui muitas outras camadas (BESSE, 2006).

Sob tal perspectiva, para estudá-la, a geografia utiliza a fenomenologia, que se desenvolveu como uma resposta crítica à abordagem científica positivista. Na leitura da paisagem, a interpretação fenomenológica contribuiu na própria compreensão do real, pois, para a fenomenologia:

A realidade, a exterioridade, a existência do objeto percebido e o seu próprio caráter de objeto dependem das estruturas da consciência intencional, estrutura graças às quais a consciência ingênua vê o objeto como o vê – portanto aqui como real, exterior, existente – mas sem saber que é graças a essas estruturas que ela o vê assim. (DARTIEGUES, 1973, p.30).

No recorte fenomenológico, ver o exterior é perceber a *fisionomia da paisagem*, conceito que está na raiz dos estudos da geografia humanista/cultural do século XX e que compreende não apenas o visível na paisagem, mas sua expressão ou característica através de uma apreensão subjetiva. E apreendê-lo exige aprofundar-se em fatos práticos que delimitam o território aos quais é preciso demarcar, distinguir tanto física como qualitativamente (BESSE, 2006). Conectando os elementos visíveis de uma paisagem, compreendendo os sinais que essas conexões representam e relacionando-os a manifestações específicas de saberes, trajetórias e modos de vida locais. Interpretar a paisagem, para a geografia humanista, é compreender as relações sociais, econômicas, políticas e históricas implícitas no visível (BESSE, 2006).

Diante disso, percebe-se que, como tantas outras esferas do conhecimento e das instituições contemporâneas⁹, o conceito de paisagem se expandiu e integrou-se incorporando outros saberes, entre eles está também a noção de meio ambiente (CAUQUELIN, 2007).

⁹ Como bem se viu no capítulo anterior, as barreiras entre as instituições foram diluídas, e a mescla delas define o nosso tempo.

Segundo Holzer (1997), esta noção se liga a um aporte físico ou um esquema de objetos que cercam as pessoas e são percebidos por elas, no qual, são estas, apenas, espectadoras. Por isso, ele destaca que o conceito de paisagem na geografia se mostra muito mais abrangente, visto que engloba o meio ambiente como um aporte físico marcado pela ação humana, reconhecendo também, no homem, um agente, e não apenas espectador sobre o espaço.

3.1.1. Paisagem, natureza e apreciação

A partir do reconhecimento da ação e participação do homem sobre ambiente e a paisagem, onde entraria, portanto, a natureza? Para Simmel (2011), a paisagem é a própria natureza demarcada e recortada pelo olhar, o que, ele conclui, representa uma contradição em si, pois, por natureza, entende-se um todo, não cabendo, portanto, reconhecer num recorte, este próprio todo.

De certa forma, Cauquelin (2006) também reconhece isso quando, ao tratar da história da paisagem no ocidente, refere que as ideias de paisagem e de natureza se misturam, sendo a paisagem parte da natureza, mas sendo a própria natureza, agora, validada pelo recorte criado e reproduzido pela paisagem. Mas, mesmo validada pelo recorte, reconhece-se na natureza um valor, ainda quando não há espectador. Por isso ela é entendida como algo exterior ao humano, ela possui uma “autonomia ontológica” (SÁ in *FAP*, 2012).

Reconhecer a natureza como um elemento independente reforça em nós a noção de experiência estética ao fruir, através de uma paisagem, do natural. Por isso, que Sá afirma que “é na paisagem que experiência do natural acontece” (SÁ in *FAP*, 2012). E a valoração do natural ocorre diante de uma abordagem particular sobre ele, sendo determinada, portanto, pela própria cultura (BUDD in *FP*, 2011); já que se pode reconhecer que há uma emoção quando se experimenta um cenário ou objeto natural, e esta emoção está também no fato do cenário ou objeto fazer parte da natureza (BUDD in *FP*, 2011).

Apreciar a natureza é reconhecer nela formas de vida que não são humanas e admirar-se com elas. Budd (2011) acredita que a apreciação estética da natureza seja mais popular que a apreciação estética da arte porque ela é livre das amarras da cultura e da definição do que é belo. O seu valor está no fato de ser natureza e representar vida (BUDD in *FP*, 2011).

3.1.2. Paisagem cultural

A paisagem, sendo vida, sendo cultura ou sendo história, sempre, carrega valores que determinam que ela seja admirada e fruída desta ou daquela maneira. No caso da paisagem natural, conforme mencionado, é o fato de ela representar a vida fora da humanidade. Entretanto essa mesma paisagem natural pode representar muito além da própria vida quando habitada e transformada pelo homem e, a isso, nomeia-se paisagem cultural.

A paisagem cultural tem, para Sauer (1945, p.42), na paisagem natural, a sua base morfológica, o seu sítio, o seu ambiente. Ela é formada por fatores geognósticos e climáticos que influenciam no vegetacional (SAUER, 1945). Ademais, o próprio tempo age sobre eles e interfere nas formas, modelando as superfícies.

As ações antrópicas expressam-se pela paisagem cultural – elas são o homem expondo o seu local na natureza, acrescentando, assim, mais um agente no sistema de influência das formas naturais (SAUER, 1945). Por isso, ela possui um sistema ativo de transformação e que está submetido à cultura e às suas mudanças. Ela forma uma nova condição natural da paisagem, que é do mesmo modo modificada pela cultura, conformando uma nova paisagem cultural (SAUER, 1945).

Entretanto é importante ressaltar que uma paisagem cultural não é formada só pelo meio físico alterado pelo homem. A ela combina-se um patrimônio cultural imaterial dos “saberes tradicionais relativos aos manejos da natureza, vinculando-se as dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio” (CASTRIOTA, 2017). A paisagem cultural toca, portanto, no campo do patrimônio, propondo formas mais integrativas de reflexão do que constitui sua alçada (CASTRIOTA, 2017).

No âmbito imaterial da paisagem, percebe-se que o *sentido do lugar*, conceito tão caro a este estudo, é um elemento compositor desse âmbito da paisagem. Já que ele é composto por vários elementos que também integram a paisagem cultural.¹⁰ Destacando-se, nesse sentido, para alguns autores, que tanto o

¹⁰ No próximo subcapítulo, aprofundar-se-á mais sobre esses elementos.

lugar como a paisagem são formas espaciais que auxiliam na compreensão das diversas formas de vida, na sua relação com a trajetória histórica local e suas interpelações com o meio ambiente natural (NOR, 2013).

Entende-se ainda que a paisagem cultural é também histórica e representa uma fonte muito rica para a compreensão da sociedade. Ela é estabelecida pelas diversas camadas de paisagem natural e construída; e, para interpretá-la, é necessário um conhecimento sobre a sua trajetória histórica (MEINING, 2002).

Em suma, a paisagem cultural é a junção de vários elementos de uma mesma paisagem: seu ambiente natural, seus usos e suas práticas espaciais – patrimônio imaterial, sua história impressa na natureza ou nas construções e o seu modo de produção local. Por isso, ela é o principal elemento de exploração do turismo, e sua análise e decodificação são os alicerces da implementação do produto turístico (QUEIROZ in FAP, 2012).

3.1.3. Paisagem e turismo

A cultura, que conforma uma paisagem, é o substrato da exploração turística e engloba, também, o turista. Este substrato contém o universo de símbolos e representações internos e externos para o observador. E esse mesmo universo de símbolos compõe, simultaneamente, o mundo do turismo – um mundo de percepções imagéticas e de concepções de significado cultural, que é estabelecido pelo viajante antes mesmo da vivência do lugar (CORIOLANO, 2001).

A percepção antecipada sobre um lugar é o que Ronai (2015) nomeia de “paisagedade generalizada”, que é, para ele, um fenômeno que cria zonas turísticas de acordo com o interesse que a sua paisagem desperta – balneário, montanhas, etc. Ela massifica a estima por determinado destino e, dentro dessa massificação, está embutida outra noção de paisagem mais específica, a “paisagedade restrita”. Ela é um código cultural reduzido e rigoroso e pede determinado grau de erudição de quem a frui (RONAI, 2015).

Segundo Ronai (2015), esses dois tipos de paisagem constroem a “paisagedade turística”, que é constituída por um pequeno número de paisagens que são procuradas por um enorme número de pessoas, isto é, a paisagem do turismo de massa. E, neste contexto, ela se torna obrigação ao invés de, apenas, fruição cultural/estética, pois o turista entende que, para que as paisagens

continuem existindo, é necessário que sejam vistas (RONAI, 2015), de forma real ou virtual.

A busca pela visada da paisagem – a real ou a virtual – é, portanto, um evento cultural e de consumo. E, como todo objeto de consumo, ela possui os seus níveis de estratificação e exclusividade, a essa estratificação, na atividade turística, Urry (1996) designa “turismo de bens posicionais”. Ele configura um modelo de turismo que valoriza a exclusividade do destino e da paisagem que se observa, e a essa paisagem Ronai (2001) denomina “paisagedade eventual”. Conforme visto anteriormente, ela é a “paisagedade restrita” renovada de maneira elitista e exclusiva, sendo que sua fruição ocorre sempre por um determinado grupo antes que as grandes massas cheguem.

Tanto as grandes massas quanto os grupos que buscam exclusividade consomem a paisagem de maneira simbólica e identificam nela signos relevantes que têm significados nos seus universos. Esses símbolos/signos fazem parte do imaginário que vai ser revelado na realização do trajeto/viagem e, nessa mesma viagem serão redesenhados. Esses símbolos podem ser distribuídos em dois grupos: o primeiro se ocupa do real e manifesta-se nos espaços turísticos repletos de possibilidades e potências ou mesmo nos espaços de vulnerabilidades e ameaças; o segundo está no campo do imaginário e do simbólico e desvela os cânones acerca desses locais, bem como aborda questões virtuais que não, continuamente, encontram-se com o real (CORIOLANO, 2001).

Ao perceber esses dois grupos de símbolos/signos como formas de uma mesma paisagem, pode-se considerar que o primeiro se liga mais ao espaço físico, e o segundo se relaciona mais com a ação da cultura sobre esse espaço; sendo que essa composição de símbolos/signos em uma mesma paisagem age, portanto, conformando o que Sauer (1925) define como paisagem cultural.

A paisagem cultural, sendo a soma das ações naturais e antrópicas, configura um elemento central para a atração turística relacionada à fruição da paisagem e é também reconfigurada por essa mesma prática, visto que ações turísticas reorganizam comunidades e cidades modificando o seu modo de vida e a própria paisagem. A “paisagedade” de cada localidade, por conseguinte, não é estática, ela está sempre subordinada a um sistema cultural ativo que a modifica e inclui ou exclui grupos de interesse, de acordo com as suas demandas e escusas, e esse sistema cultural é também o próprio turismo.

3.1.4. Paisagem, experiência e lugar

A *paisagedade*, como já visto, é o que Ronai (2011) entende entre a interação do ambiente que conforma a paisagem e seus níveis de valoração sociocultural. E, como analisado, o que valora essas paisagens é a cultura, o mesmo fator que define também a experiência do ser na paisagem. Por isso, é que Relph (RELPH, 1976) ensina que as paisagens são compostas pela associação das suas características físicas e as possibilidades de visão/interação daqueles que as experimentam. Essa experiência define qual o seu caráter e significado. Define a experiência de cada observador, o que é real para aquele que a experimenta, e, sobre quais elementos da paisagem, ele fará a sua leitura. Portanto, a identidade da paisagem se altera de acordo o nosso modo de vivenciá-la (RELPH, 1976).

Vivenciar uma paisagem e reconhecer nela uma identidade já é um processo de construção do *lugar*, tanto que Relph (1976) reconhece que as paisagens são a forma visual dos lugares. Elas reúnem uma base física e representam valores culturais que fazem as pessoas a estabelecerem o *lugar*.

A paisagem também é, para Malpas (s.d.), um elemento para a composição do *lugar*. Ele entende a paisagem como uma combinação de elementos que se interconectam modificando os seus significados através de sua combinação, desse modo, formando uma unidade. Esta combinação, segundo ele, traz à tona uma relação topográfica entre os elementos e o observador, e essa relação funciona, de forma análoga, ao caráter do espaço e, portanto, ao entendimento de *lugar*.

3.2. Lugar e Sentido de Lugar

3.2.1. Lugar

O *lugar*, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1993), diz respeito a uma posição, a uma situação, a um espaço ocupado por um objeto ou coisa. Na geografia, o conceito inicial de *lugar* é o de localização e, segundo Holzer (1999),

ele é “definido como a relação entre o arranjo interno de traços, ou sítio (*site*) com o seu entorno (*environs*)”. Já para Relph (2016), a localização é uma propriedade comum, mas não essencial ao *lugar*.

Porém o *lugar*, no seu sentido amplo, como se utiliza neste trabalho, envolve também a noção de tempo. Para Oliveira (2016), o entendimento contemporâneo de *lugar* é de “tempo em espaço; ou seja, *lugar* é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o *lugar*”. A “lugarização” do tempo, como Oliveira coloca, provoca, portanto, um reconhecimento daquele espaço, ocupando-o.¹¹

Por isso, entende-se aqui que ele está conectado à visão de Tuan sobre *lugar* como sendo a pausa, a segurança, isto é, o espaço reconhecido. Em oposição, o conceito de espaço representa, para ele, a oscilação, a liberdade. Ambos fazem parte do mundo vivido, mas o conhecimento do espaço e a cessão de valor a ele o conformam como *lugar* (TUAN, 2001, p.3;6). Um *lugar* é, assim, um espaço, uma estrutura, que agrupa experiências e significações de nossa vivência imediata (RELPH, 2016).

Significar um espaço e torná-lo *lugar* pode ser um processo de “lugarização”, segundo Souza, e fazendo um paralelo com os conceitos de território¹² e territorialização, ele apresenta o termo “lugarizar”, que é valorar por meio de determinado tipo de experiência, não necessariamente cotidiana, um espaço (SOUZA, 2015).

É ver essa conexão, também, na relação entre memória, tradição e *lugar*. Para Rossi (2016), o *lugar*, ou *locus*, é conformado também pela memória coletiva. Este *lugar* representa, então, um valor dado pela coletividade a um aspecto – que, no caso da análise de Rossi, é arquitetônico. Sobre esse valor, ele cita o exemplo das “praças dos pintores do Renascimento onde *lugar da arquitetura*, a construção humana, adquire um valor geral, de *lugar* e de memória, ao estarem fixados assim num momento único” (ROSSI, 2016).

¹¹ Esse conceito será importante na análise da paisagem da Vila de Conceição do Ibitipoca, visto que sua paisagem natural, construída e cultural remete a outro tempo, que não é mais o tempo do agora.

As cidades e seus lugares de memória são, portanto, para Rossi (2016), um conformador do *lugar*. E, sendo a cidade um “manufato que cresce no tempo”, ela representa uma construção coletiva que tem, nas vicissitudes do tempo, marcas, representações do próprio tempo que podem ser experimentadas agora e, a essas representações – monumentos – Rossi chama de “elementos de permanência” (ROSSI, 2016).

Os “elementos de permanência” são uma vontade coletiva de expressar a memória. E, a partir da memória coletiva conformadora do *lugar*, Rossi (2016) reforça o valor da cultura e da tradição. Segundo ele, a cultura histórica da humanidade e a sua forma de habitar as paisagens construídas faz com que se busquem situações análogas em outras paisagens a fim de encontrar um reconhecimento em outros espaços.

Tal reconhecimento é a memória coletiva, a mesma que, quando contada na forma de história oral e relatos, é, para Certeau (2005), uma forma de conformação do *lugar*¹³. Entendendo os relatos como efetivadores dos espaços em lugares, e os lugares em espaços, esse autor entende que a oralidade constrói o *lugar*¹⁴ através da bricolagem de histórias e de espaços¹⁵ (CERTEAU, 2005, p.208).

Diante das definições de *lugar* já apontadas, vê-se que o *lugar*, enquanto valor de afetividade e reconhecimento, possui, em cada uma das abordagens, uma característica de destaque, seja a situação, a memória histórica, oral ou física, sejam os significados dados pelo uso e pela rotina. Porém, para Relph (2007), o *lugar* vai além, ele é uma conjunção de vários fatores: o espaço físico, composto pela “paisagem de edifícios, ruas, colinas, rios e outras características”; as atividades e a rotina ligada à comunidade, que ocorrem nesse espaço físico; o sentimento de pertencimento a um espaço, uma ligação identitária com as atividades e a paisagem que conformam esse valor.¹⁶

E, mesmo compreendendo a importância dos elementos do ambiente físico, bem como das atividades realizadas nele para o estabelecimento dessa

¹³ Segundo ele, o espaço.

¹⁴ Para ele, espaços ou lugar praticado.

¹⁵ Para ele lugares.

¹⁶ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “landscape of buildings, streets, hills, rivers and other features” (RELPH, 2007, p.18).

relação, Relph (1976) acredita que o *lugar* não seja apenas do domínio do ambiente, mas sim das pessoas que o vivenciam, das suas intenções e experiências.

3.2.1.1. Experiência e níveis de interação com o lugar

A experiência define a maneira que a pessoa interage com o *lugar* e as significações desse *lugar* para quem o vivencia, ela define a essência do *lugar*. Por isso, pertencer ou não a um *lugar* determina sua visão sobre ele; sobre seus componentes básicos; sobre o que é o espaço e o que é *lugar*, define se o usuário é um “pertencente” ou um “forasteiro”¹⁷ (RELPH, 1976).

O usuário “pertencente” é parte do *lugar* e experimenta-o dessa forma, este é o seu cosmos, sua proteção e segurança, já o “forasteiro” experimenta o lugar com distância (RELPH, 1976). E esse dualismo determina a essência da experiência do *lugar*, que possui diversos níveis em cada um dos polos de interação. Tais níveis são definidos pelas intenções e pelo interesse do usuário no *lugar* (RELPH, 1976).

Esses níveis de interação se mostram especialmente importantes neste trabalho porque auxiliam na delimitação da percepção dos usuários no que tange às transformações na paisagem do estudo de caso e sua relação com o *sentido de lugar* da localidade. Por isso, explana-se, a seguir, sobre os níveis que Relph (1976) propõe e de que maneira são sentidos e explorados pelos usuários.

3.2.1.1.1. “Externalidade existencial”¹⁸

Usuários de um espaço vivenciam o *lugar* com distância, não compreendem seus significados. Para eles, não há diferenciação entre lugares e seus diversos significados, eles identificam apenas os atributos aparentes e expressam intenso *afastamento* em relação ao *lugar* (RELPH, 1976).

¹⁷ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “inside” e “outside” (RELPH, 1976, p. 50).

¹⁸ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “existencial outsiness” (RELPH, 1976, p. 50).

3.2.1.1.2. “Externalidade objetiva”¹⁹

Os usuários de um espaço percebem o espaço de maneira seletiva seja por sua localização ou pela distribuição dos componentes no espaço, mantendo separadas as pessoas e os *lugares*. Essa é uma atitude comum a intelectuais, planejadores e organizadores do espaço (RELPH, 1976).

3.2.1.1.3. “Externalidade accidental”²⁰

Nesta abordagem, “externalidade ocidental” os usuários também concebem o espaço de maneira superficial, identificando-o apenas como um cenário para suas atividades, por isso, esse tipo de interação funciona apenas em locais nos quais se é visitante (RELPH, 1976).

3.2.1.1.4. “Interioridade vicária”²¹

Mesmo como visitante, neste nível de interação, “interioridade vicária” os usuários podem compreender melhor os significados do *lugar*, pois captam o espaço real por meio de uma representação. Seja por fotografia, música, literatura, artes plásticas, etc., podendo sentir por eles um profundo envolvimento, pois tal representação pode revelar suas conexões mais profundas (RELPH, 1976).

¹⁹ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “objective outsideness” (RELPH, 1976, p. 50).

²⁰ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “insidental outsideness” (RELPH, 1976, p. 51).

²¹ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “vicarious insideness” (RELPH, 1976, p. 51).

3.2.1.1.5. “Interioridade comportamental”²²

Este nível de interação “interioridade comportamental” já exige uma presença física no espaço, e os usuários notam todos os elementos do espaço, sua configuração física, suas atividades e suas qualidades; sendo que essa interação se dá de forma mais densa quando o usuário experimenta espaços definidos por limites, paredes ou cercas, visto que os seus padrões são mais visuais (RELPH, 1976).

3.2.1.1.6. “Interioridade empática”²³

A presença física é também um elemento importante neste nível, “interioridade empática” assim como o usuário que experimenta a “interioridade comportamental”, mas estes usuários têm mais consciência de suas qualidades porque dedicam um esforço maior na compreensão do espaço (RELPH, 1976).

Eles estão abertos aos significados do *lugar* e sua percepção sobre a identidade do *lugar* é mais profunda do que a do usuário que experimenta a “interioridade comportamental” (RELPH, 1976).

3.2.1.1.7. “Interioridade existencial”²⁴

Neste nível a interação e conexão com o *lugar* “interioridade existencial” são profundas. Os usuários sentem o espaço como um todo, conhecem suas qualidades, seus defeitos, identificam seus padrões físicos, leem seus significados e têm, neste espaço, a sua segurança. Ele é parte do *lugar* (RELPH, 1976), é pertencente, é nativo.

²² Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “behavioural insideness” (RELPH, 1976, p. 52).

²³ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “empathetic insideness” (RELPH, 1976, p. 54).

²⁴ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “existential insideness” (RELPH, 1976, p. 55).

Os níveis de interação com o *lugar* são uma maneira, portanto, de delimitar a experiência de cada usuário em determinado espaço. Essa delimitação auxilia a compreender de que maneira este espaço/*lugar* se apresenta para aqueles que o experimentam, definindo, assim, de que forma o visitante ou morador interage com o espaço.

3.2.2. Sentido de lugar

As interações com o espaço delimitam as experiências humanas nele e, a partir delas, conecta-se as pessoas a novos espaços, configurando, nestes, *lugares*. A ampliação da experiência e da compreensão – geográfica e cultural – dos *lugares* é uma forte característica da contemporaneidade, que tem sua marca na imensa mobilidade de pessoas através dos espaços – tanto de forma virtual como real. Tal mobilidade faz com que haja um armazenamento de experiências, desse modo, ampliando as possibilidades de conexão das pessoas com os diversos espaços que vivenciam (RELPH, 1976).

Essa vivência influencia na experiência de outros *lugares* e conforma o *sentido do lugar*, que, diferentemente do *lugar*, não está relacionado somente aos sentimentos que se há por um espaço, mas também de que forma esse sentimento auxilia a compreender outros *lugares* (RELPH, 1976, 2007).

Por isso, Relph (2007) vê no *sentido do lugar* um termo mais sinestésico, que envolve os cinco sentidos, a memória e a imaginação. Sendo, também, mais pessoal porque é determinado pela capacidade de alguém de captar e admirar as qualidades de um *lugar*. Assim, ele define o *sentido de lugar* pela soma de compreensões, geográficas, topológicas, históricas e fenomenológicas (RELPH, 2007).

A partir das definições de Relph (1976, 2007) de *lugar* e *sentido de lugar*, desenvolveu-se o esquema que segue (figura 5), no qual se ilustra a procura por decompor os compositores de ambos a fim de auxiliar no desenvolvimento metodológico deste trabalho.



Figura 5 - Esquema de composição do lugar e sentido de lugar segundo Relph (1976, 2007). Fonte: Autor, 2019.

Pelo esquema supraexposto, compreende-se que o *lugar* – como conceito de espaço vivido e sendo composto pela paisagem, pelos usos e pelas práticas e pela história/memória – é um elemento central na determinação do *sentido do lugar*. E que o *sentido de lugar* – sendo permeado pela cultura, vivência e experiência pessoal – é fruto dessa relação com o *lugar*, ou mesmo da soma das diversas relações com os *lugares*. Por isso, o *sentido de lugar* é também estratificado em níveis de interação, sendo, então, experimentado de formas diferentes por “pertencentes” (RELPH, 1976) ou “forasteiros” (RELPH, 1976) e pode ser despertado ou excluído.

3.2.2.1. Sentido de lugar inconsciente e autoconsciente

Esses níveis de conformação do *sentido de lugar* são: o “*sentido de lugar inconsciente*” e o “*sentido de lugar autoconsciente*” (RELPH, 1976). O primeiro demanda uma compreensão e um pertencimento completos sobre determinado *lugar*, nele, o usuário percebe-se tanto como integrante da comunidade quanto

como indivíduo do *lugar*, conhecendo-o de forma totalmente inconsciente sem racionalizar essa relação (RELPH, 1976).

Já o segundo é produzido conscientemente, ele é autoconsciente. E é fruto de um projeto, de um desenho, pelo qual a finalidade é propor respostas inovadoras para os problemas, sendo a sua base a compreensão do “homem e sua relação com os deuses, a natureza e suas possibilidades de expressão em um contexto particular”²⁵ e, ao final desse processo, geram-se locais que se encaixam em seu meio e representam equilíbrio interno (RELPH, 1976).

Lugares inconscientes são construídos por uma completa interação de clima, geografia, cultura e pessoas. A sua implantação ocorre de maneira espontânea, e não há reflexão sobre esse processo. Eles resultam em locais que se ajustam completamente aos seus contextos e usos e às intenções de quem os constrói (RELPH, 1976).

Enquanto lugares produzidos de maneira autoconsciente, por sua vez, tendem a representar significados apenas para uma parcela da população que os utiliza, eles são produzidos de forma mais elitista e não refletem os valores de toda a comunidade de forma profunda (RELPH, 1976). Essa forma de produção do espaço prioriza determinada identidade do lugar, portanto, ignorando as outras, e pode esvaziar a autenticidade dos lugares.

Por isso, em uma experiência inconsciente do *lugar*, os *lugares* são vividos exatamente como o são, enquanto no processo de experiência autoconsciente, há uma compreensão que pode ser, muitas vezes, menos densa, pois o usuário não se sente parte do espaço, entendendo-se como um elemento à parte, mas que, ao final, estabelece conexões com o *lugar* (RELPH, 1976).

3.3. Conclusão

As conexões que são estabelecidas com um *lugar* são frutos da vivência e determinam a leitura pessoal da paisagem cultural, construída e natural dos *lugares*. Um *sentido de lugar* amplo e bem informado se consegue ler e

²⁵ Tradução nossa. O texto em língua estrangeira é: “man and his relationship to the gods and nature, and on the possibilities of expressing this particular settings” (RELPH, 1976, p. 67).

aprofundar na diversidade de paisagens culturais, mas não há como produzir um *sentido de lugar* autêntico sem se sentir pertencente a um *lugar*.

Por isso, em um *sentido de lugar inconsciente*, a paisagem cultural é criada e nutrida pela comunidade que se sente parte do *lugar*. Esse sentido de lugar é produzido por um “pertencente”, por um nativo, para atender a um sistema cultural, econômico e social ao qual pertence e a uma paisagem específica, a seus usos e práticas.

Já em um *sentido de lugar autoconsciente*, a paisagem cultural pode ser alterada e restringida a uma só abordagem, não representando os valores de um grupo diverso. Em uma cidade turística, o *sentido de lugar autoconsciente* se confunde com a “paisagedade turística”, onde o sistema cultural ativo não é apenas o da comunidade, visto que o lugar é permeado por muitos outros sistemas culturais; e, alguns deles, terminam por determinar o seu *sentido de lugar* porque direcionam a forma como o espaço é produzido e utilizado.

Posto isto, segue-se com a análise do estudo de caso a fim de relacionar as diversas camadas da paisagem, do lugar e do sentido de lugar e as alterações na paisagem e no *sentido de lugar* da localidade.

4Vila de Conceição de Ibitipoca – turismo e *sentido de lugar*

Neste capítulo, apresenta-se a Vila de Conceição do Ibitipoca, objeto de estudo desta pesquisa, a fim de compreender de que forma as alterações na paisagem – natural, construída e cultural – trazidas pelo turismo impactaram na constituição do *sentido de lugar* da Vila.

A pesquisa foi desenvolvida nos três níveis definidos por Relph (1976) para a compreensão do lugar, são eles: “lugar, pessoa e ato”. Para tanto foi necessário, prioritariamente, um aprofundamento no lugar, isto é, no objeto. Nesta etapa, realizou-se uma análise da sua história, da alteração social, econômica, paisagística e infraestrutural trazida pelo turismo.

Ainda foram realizadas leituras de base teórica e conceitual, além de pesquisas documentais acerca do objeto de estudo (DELGADO, 1962; BEDIM, 2008; CRESTON, 2014; GONZAGA, 2017) e, posteriormente, a partir do estudo qualitativo – realizado durante duas visitas à Vila de Conceição do Ibitipoca –, desenvolveu-se uma análise relacionando o *sentido de lugar*, a trajetória histórica e paisagística da vila com o material coletado no campo.

Em etapa posterior, procurou-se compreender as pessoas e a sua interação e percepção com o *lugar*, pois essa percepção define a experiência e a vivência dessas pessoas e a sua consequente compreensão sobre o *sentido do lugar*.

Para isso foram utilizados os dados coletados na pesquisa de campo. A pesquisa ocorreu em duas visitas, nos meses de agosto e setembro de 2019, com duração de cinco e dez dias, respectivamente. Durante as visitas foram realizadas coleta de material, documental e iconográfico; pesquisa de observação; entrevistas semiestruturadas aos moradores – nativos ou forasteiros –, ao poder público, a investidores e a turistas. A forma como ocorreram as entrevistas e as perguntas realizadas estão indicadas no anexo Apêndice I deste trabalho.

A coleta do material documental e iconográfico ocorreu por meio de funcionários da Prefeitura de Lima Duarte e de caminhadas pela vila e pelo

parque, durante as quais foram realizados, também, um levantamento fotográfico (Apêndice II) e a pesquisa de observação.

Durante as duas visitas ao arraial, hospedei-me em uma pousada que aluga chalés individuais e na qual eu já havia me hospedado no *réveillon* de 2018 para 2019 e, por isso, já conhecia o dono. Ele é da região e frequenta a vila há 30 anos, há dois, mudou-se para Ibitipoca. A partir dele e da sua namorada, que é nativa dali, foi possível contatar diversos moradores nativos e forasteiros²⁶, os quais conduziram, por sua vez, a outras pessoas. A sua namorada tinha dois filhos, que auxiliaram a compreender ainda melhor a rotina daquelas pessoas no lugar.

Como a hospedagem foi sempre na vila, durante o campo, fui e voltei ao parque sempre de carona e, em todas essas oportunidades, foi viável conversar com as pessoas e saber um pouco sobre a sua visita ou moradia em Ibitipoca. Em apenas uma dessas passagens, a carona foi dada por um morador, todas as outras foram turistas dos mais variados perfis. As visitas ao parque aconteceram, predominantemente, aos finais de semana.²⁷

No parque, abordei pessoas e conversei informalmente com estas, sempre, considerando as perguntas que já tinha delimitado previamente e tentando entender um pouco de onde vinham e que interesses as levaram até lá. Durante as entrevistas no parque, na maioria das vezes, a conversa se desenvolveu com turistas, com raras exceções o contato foi com moradores²⁸.

Nos dias de semana, dediquei-me a caminhar pela localidade e a observar usos e dinâmicas do espaço, ainda, procurando pessoas que queria entrevistar. Além de fotografar e observar o uso dos espaços na área central e comercial, foi possível conversar com: empreendedores, em sua maioria, pessoas de fora da vila – os chamados forasteiros; guias turísticos; nativos; pessoas do poder público –, funcionários da Prefeitura de Lima Duarte; além de ter conversado, por telefone, com a diretora do parque, que assumiu o cargo no meio de 2019. Além dessas entrevistas, deu-se a oportunidade de participar de uma reunião da Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca (AMAI).

²⁶ A população nativa de Conceição do Ibitipoca se refere aos moradores que vieram de outras cidades para viverem na vila como tal. Esta pesquisa resolveu adotar essa nomenclatura, já que este é um tipo de morador específico, que possui interação profunda com o lugar, mas não tem nele a sua origem genuína. Gerando, portanto, uma interação específica com o lugar, demarcando uma diversidade nesta interação.

²⁷ Foram realizadas cinco visitas ao parque, sendo apenas uma delas em uma sexta-feira.

²⁸ Para mais detalhes ver Apêndice I.

Após a realização das entrevistas, as caminhadas e as observações, foram feitas anotações que sustentam as análises indicadas nos primeiros subcapítulos (4.1 e 4.2) e que geraram o quadro dos núcleos de sentido, examinado na segunda parte deste estudo (4.3).

Na primeira parte do capítulo (4.1), procurou-se compreender, de maneira breve, a história da Vila de Conceição do Ibitipoca e a criação do Parque Estadual do Ibitipoca, dando destaque às transformações trazidas pelo turismo e permeando a análises relacionadas aos conceitos que guiam a pesquisa e a dados coletados no campo.

Como supracolocado, essa relação entre material coletado no campo e leitura das pesquisas no que tange ao objeto se manteve também na segunda parte da análise (4.2), delimitando-se de que forma a paisagem atual da vila tem, nos seus diferentes espaços, *sentidos de lugar* diversos. É importante destacar que nesta etapa o foco foi mantido na produção da paisagem construída da vila e, por isso, utilizou-se como base prioritária a pesquisa de Gonzaga (2017).

Na terceira etapa de análise (4.3), utilizaram-se as pesquisas de observação e as entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo para a delimitação de dois núcleos de sentido que organizaram a análise sobre as transformações do *sentido de lugar* da localidade captado por meio das pessoas.

Ao final apresenta-se o quadro de metodologia e resultados apresentado na introdução deste trabalho, desta vez indicando os resultados encontrados.

4.1.Vila de Conceição do Ibitipoca e Parque Estadual do Ibitipoca

A Vila de Conceição do Ibitipoca pertence ao município de Lima Duarte (Figura 6 e 7), do qual dista 27km. Ele se localiza na Zona da Mata Mineira, na Microrregião de Juiz de Fora, estando a 320km de Belo Horizonte e a 265km do Rio de Janeiro. Ela é o único distrito – dos três que a cercam – que possui acesso público ao Parque Estadual do Ibitipoca e está localizada a 3km deste.

O Parque Estadual do Ibitipoca (figura 7 e 8) foi criado em 1973 – recorte temporal que este trabalho utilizou – e está localizado na Serra do Ibitipoca, nos ramais da Serra da Mantiqueira. Ele possui uma formação geológica rochosa, que concebeu grutas, as quais são permeadas por rios, que, por sua vez, formam cachoeiras e córregos. Com 1.488 hectares, sua área abrange dois municípios:

Santa Rita do Ibitipoca e Lima Duarte, porém apenas o último tem acesso público ao parque.



Figura 6. Mapa da localização de Lima Duarte e de Conceição do Ibitipoca na Microrregião de Juiz de Fora. Fonte: Plano Diretor de Ibitipoca (2000).

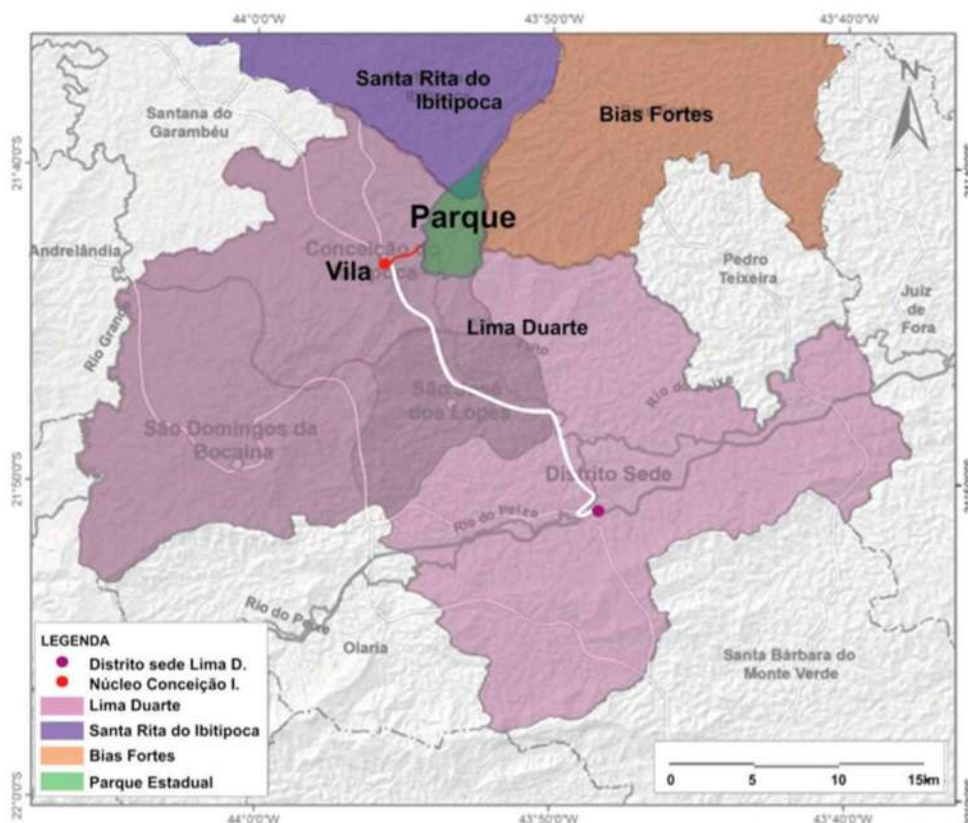


Figura 8. Mapa do município de Lima Duarte e adjacências e a localização do parque. Fonte: Creston (2014, p. 45) adaptado de Barbosa e Fraga (2013).



Figura 7 - Foto da Cachoeirinha - Circuito da Janela do Céu. Fonte: Autor, 2019.

O município de Lima Duarte possui 16.149 habitantes (IBGE, 2010) e é um dos primeiros municípios de Minas Gerais (DELGADO, 1962, p. 13). A Vila de Conceição do Ibitipoca possui apenas mil habitantes do total de habitantes do município, mas a sua ocupação é ainda mais antiga que a sede.

4.1.1.História e transformação do *sentido de lugar*

A vila tem a sua primeira menção datada de 1692, pela “bandeira” que tinha à frente o Padre João de Faria Fialho (DELGADO, 1962). Localizada na rota do Caminho Velho – trecho que dava acesso a Minas Gerais, que fora aberto por Fernão Dias (DELGADO, 1962) –, ela foi estabelecida pelo potencial de exploração aurífera da região. E, pouco tempo depois da primeira menção à Vila, em 1715, foi relatada uma próspera exploração, tendo os seus impostos pagos à Fazenda Real (DELGADO, 1962).

Tal exploração deixou marcas nas serras da região (DELGADO, 1962), e a paisagem de Ibitipoca começa a ter os seus primeiros registros formais²⁹ de transformação pela mão do homem. Essa paisagem foi alterada por diversas mãos em momentos diferentes: pelos índios, que utilizaram as suas furnas como habitação (DELGADO, 1962); pelos bandeirantes, que exploraram o ouro e a terra (DELGADO, 1962); pelo manejo para agricultura e pastoreio da população remanescente (BEDIM, 2008); no entanto, mais recentemente, com a criação do Parque Estadual do Ibitipoca, que reestabeleceu sua flora e fauna nativas, agora, é tocada pelo homem apenas nas pegadas pelas trilhas, nos banhos de rio e no ruído.

Essas alterações configuraram e reconfiguraram a paisagem cultural, e, conseqüentemente, o *sentido de lugar* da região, bem como representam o homem deixando sua marca no meio, mesmo que essa marca seja, como ocorre hoje, a ausência, a minimização da ação humana. Preservando algo que, ainda assim, é uma paisagem cultural, mas agora por uma exploração diferente, baseada no visível e no valor dado à natureza intocada como representação da vida fora da humanidade (BUDD in FP,2011).

Até meados do século XX, a Igreja representava também uma entidade política e, por isso, tinha a tutela das terras da vila, que pertenciam à Nossa

²⁹ Já houve antes ocupações indígenas, porém esta pesquisa não encontrou informações detalhadas sobre tais ocupações.

Senhora da Conceição. Por isso, os moradores do arraial que quisessem construir casas deveriam pagar à Igreja e tais transações eram registradas no livro da instituição.³⁰ Além da área ocupada pela freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, pertencia a essa entidade, também, uma porção de terra na Serra do Ibitipoca (DELGADO, 1962).³¹

Tal distribuição de terras, ainda hoje, tem impacto na legalização de construções no centro urbano local porque, em 1999, as terras do arraial foram repassadas para a Prefeitura de Lima Duarte, que deveria repassar as propriedades às pessoas ocupantes a partir do reconhecimento do direito adquirido sobre a propriedade e legislar sobre a expansão urbana. Porém a falta de fiscalização da Prefeitura sobre a expansão urbana da vila levou o Ministério Público, em 2014, a impor um embargo a quaisquer construções no perímetro urbano da vila, remanescente das terras da Igreja (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2014).

Assim, retomando a trajetória histórica da vila, a exploração aurífera na região acabou não prosperando e muitos dos que foram em busca de ouro acabaram por fixar moradia no arraial e arredores, vivendo principalmente da agropecuária. Essas pessoas levavam uma vida bastante pobre e simples e concentravam-se, principalmente, na zona rural da região.³² Em visita à região, em 1822, Saint-Hilaire descreve a vila como um cenário de bastante abandono e pobreza:

Atravessamos primeiro a Vila de Ibitipoca, que conhecia mal e julgava ainda mais insignificante do que realmente é. Fica como já expliquei, situada numa colina e compõe-se de pequena igreja e meia dúzia de casas que a rodeiam, cuja maioria está abandonada, além de algumas outras igualmente miseráveis construídas na encosta de uma outra colina. Não estranha, pois que inutilmente haja eu procurado, ontem nesta pobre aldeia os gêneros mais necessários à vida (SAINT-HILARI, ano apud DELGADO, 1962).

4.1.1.1. Religiosidade, rituais e a terra

³⁰ O qual, ainda hoje, é utilizado para a conferência de propriedade no processo de legalização em curso dentro da área urbana da vila.

³¹ Essas terras, posteriormente, foram doadas ao governo estadual criando-se o Parque Estadual do Ibitipoca.

³² Informação que pode ser encontrada em diversos trabalhos sobre Ibitipoca (BEDIM, 2008; GAIA, 2017).

A religião era um item essencial na rotina dos nativos. Toda a população da região tinha, na chamada “Serra Grande”³³, um espaço sagrado (BEDIM, 2008), que representava um espaço de conexão com Deus, já que, no decorrer da história, ele abrigou alguns locais sagrados.³⁴ Dois deles se conservam até hoje, são eles: o cruzeiro, localizado hoje na trilha para a Janela do Céu, e a Capela, que se localizava no Pico do Pião, e da qual resta apenas o altar (figura 9).



Figura 9 - Cruzeiro, espaço sagrado para a comunidade localizado no Circuito da Janela do Céu. Fonte: Autor, 2019.

Ambos concentravam festas populares em épocas diferentes do ano, ao cruzeiro era realizada uma procissão e à antiga igreja, no topo do Pico do Pião, ocorria uma festa popular que era realizada pelo Padre que a construíra (BEDIM, 2008). A igreja do Pião desabou porque foi construída de um material pouco resistente, mantendo-se apenas o altar, já o cruzeiro existe até hoje.

As procissões para o cruzeiro foram retomadas recentemente e foram analisadas no subcapítulo 4.3. O mesmo não aconteceu com as festas no Pico do Pião, que já não são mais realizadas, entretanto, mesmo sem as festas, durante as entrevistas aos nativos, pode-se observar que ainda há uma forte ligação com o *lugar*, visto que foram citadas promessas pagas no local em tempos mais recentes.

³³ Forma como a população local chamava a área do parque antes da sua criação.

³⁴ A própria história da “doação” das terras para a Santa ilustra esse cenário, pois os nativos acreditavam que a Serra Grande havia sido doada pelos índios à santa e, também, por isso, não ocupavam essas terras (BEDIM, 2008).

Além da área do parque, a própria centralidade da vila representa também um espaço sagrado, nele se localizam as igrejas e a Praça da Matriz, local de comunhão da comunidade.

4.1.1.1.1. Matriz de Nossa Senhora da Conceição

A Matriz de Nossa Senhora da Conceição (figura 10) foi implantada logo no início do arraial – exatamente no ano de 1768 (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 1997). Essa igreja foi tombada pelo Patrimônio Cultural de Lima Duarte - MG em 1997, que incluiu também, em 1999, a praça localizada em seu entorno. Porém, ainda em 1977, foram encontradas documentações em que a população local reconhece o valor desta praça e solicita ao governo que impeça a construção de edificações nos seus limites (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 1997). Tal solicitação denuncia uma importante valoração desse espaço pela comunidade e que pode ser comprovada por essa pesquisa, visto que ela representa um dos poucos espaços públicos livres dentro da área urbana da vila.



Figura 10 - Igreja Matriz e parte da praça. Fonte: Autor, 2019

Ela possui uma bela vista do trecho mais novo da vila – região da Nova Ibitipoca³⁵ e sua utilização, por turistas e por moradores, ocorre de diversas formas: como mirante; para se aquecerem ao sol durante o rigoroso inverno; para a realização de eventos turísticos (figura 11) e da comunidade; para jogos, na quadra de vôlei de areia localizada em frente à escola, e para brincadeiras.

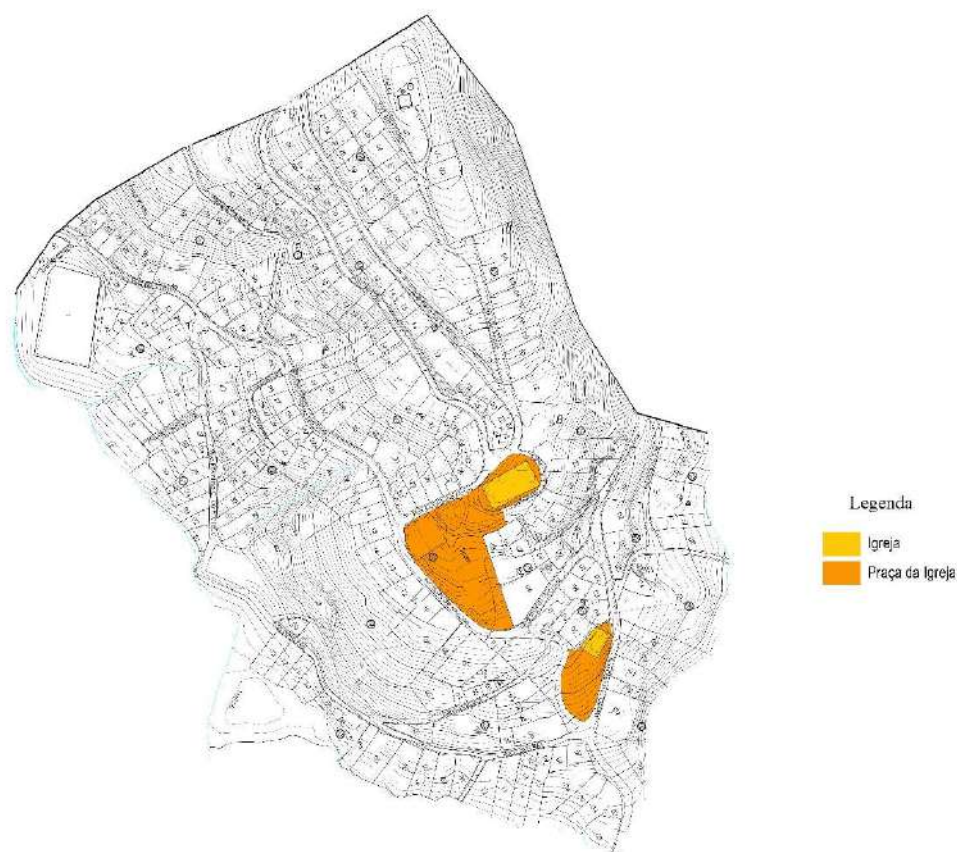


Figura 11 - Perímetro urbano de Ibitipoca- Mapa de localização das Igrejas e suas Igrejas. Fonte: Adaptado Prefeitura de Lima Duarte, 2019.

4.1.1.1.2.Capela de Nossa Senhora do Rosário

Além da Igreja Matriz, a vila possui outra igreja, a Capela de Nossa Senhora do Rosário, que foi construída de pau-a-pique, no século XIX, pelos negros. Porém, em 1915, por se apresentar em péssimo estado, foi demolida pelo

³⁵ Região que hoje é chamada pelo nome do primeiro condomínio construído nessa área por volta dos anos 2000.

então padre da vila, Padre Carlos Otaviano Dias. Em seu lugar foi construída uma nova Igreja, de mesmo nome (DELGADO, 1962), que também foi tombada no mesmo processo de 1997 pelo Patrimônio Cultural de Lima Duarte – MG. Esta Igreja localiza-se abaixo da Praça da Matriz (figura 12), também ao centro da vila. E, na frente dela, há também um extenso gramado utilizado pelas as crianças da vila e por turistas para descansarem.



Figura 12. Igreja da Vila de Conceição do Ibitipoca

Fonte: Acervo do autor, 2019

Como se pode observar, a igreja e a religião tinham uma forte influência na vida da população nativa. A chamada “Serra Grande” era considerada uma terra sagrada e, em suas terras, não eram estabelecidas habitações. As populações que habitavam o entorno da área da serra utilizavam a área para a pastagem dos animais, caça e coleta (BEDIM, 2008). Esta prática pode ser observada neste trecho citado por Saint-Hirali, ainda na visita de 1822:

Disse-me que ali estava, havia apenas um ano, e nunca sentira um único momento de tédio: os trabalhos caseiros, as galinhas e os animais domésticos tomavam-lhe o tempo todo. Havia, além disto, sempre algo novo em seu pequeno lar, era preciso ora plantar, ora colher: nasciam-lhe criações; o marido e o filho mais velho saíam para caçar e assim traziam ora um porco do mato, cuja carne assada comiam todos, ora um gato selvagem (SAINT-HILARI, 1822 apud DELGADO, 1962, p 116.).

Além disso, outra prática comum na região eram as queimadas, que estimulavam que brotassem os campos de macela. A macela era utilizada para fazer travesseiros e vendida por quilo na região e, mesmo possuindo um valor muito baixo, era de grande importância para a população nativa que, como já mencionado, era bastante pobre.³⁶ A partir da criação do parque, as caças e coletas, a pastagem de gado e as queimadas foram proibidas, e a região voltou a ter uma mata virgem e densa em algumas áreas. Por isso, a própria população nativa reconhece que a área da “Serra Grande” é, hoje, muito diferente do que era antes da criação do parque.

A conexão com a terra, tanto de forma religiosa quanto como provedora do sustento, explicita uma conexão como “pertencente” (RELPH, 1976) ao *lugar*. O nativo sentia-se parte deste, não via separação entre ele e a natureza – representada aqui pela “Serra Grande”, por isso, seu nível de interação com o lugar era de “interioridade existencial” (RELPH, 1976). A sua existência e a terra estavam totalmente conectadas e eram interdependentes. Por conseguinte, percebe-se aqui que o *sentido de lugar* na vila nesse período era um “sentido de lugar inconsciente”, visto que o lugar – a terra, as casas e a comunidade – era construído e manejado em total simbiose com o meio ambiente ao qual pertencia.

4.1.1.2. A chegada do turismo e novas percepções sobre o lugar

Em 1906, a Comissão Científica Nacional, composta por médicos, visitou Lima Duarte e Ibitipoca. A visita foi realizada a fim de verificar a possibilidade de criação de um sanatório aos moldes do que havia sido instalado na Serra de Barbacena, em 1903 (DELGADO, 1962). Porém esse projeto não seguiu adiante, mas já despertou no poder público o interesse sobre aquelas terras.

Somente em 1973, foi criado o Parque Estadual do Ibitipoca. As terras, pertencentes à Fazenda Ibitipoca, foram terras devolutas repassadas ao recém-inaugurado Instituto Estadual de Florestas - IEF – criado em 1965. O parque foi criado por grande interesse em explorar turisticamente as terras que, sob o ponto de vista dos políticos da região, “não tinham função econômica” (BEDIM, 2008).

³⁶ Informações obtidas durante a pesquisa de campo em entrevistas aos nativos.

Ponto bastante polêmico, pois, como já abordado, as terras eram utilizadas pela população local como área de manejo de gado, coleta e caça (BEDIM, 2008).

A comunidade, antes rural, foi aos poucos se desvinculando da agricultura e reorganizando-se economicamente em torno do turismo. Simultaneamente, houve um processo de perda das raízes folclóricas da comunidade, provocado pela influência das pessoas de fora – novos moradores e turistas – e dos novos atrativos à comunidade que substituíram a rotina rural – antes centrada na igreja e na terra, por uma rotina ligada ao calendário turístico (BEDIM; TUBALDINI, 2006). Os modos de vida dos nativos foram influenciados pelos visitantes e novos moradores³⁷, tornando-os mais ligados ao mercado de consumo urbano (BEDIM; TUBALDINI, 2006).

Entende-se que o modo de vida rural, próprio da comunidade nativa, é um importante elemento de conformação do *sentido de lugar* dessa localidade. Por isso, a alteração trazida pelo turismo atinge os espaços simbólicos da comunidade (BEDIM; TUBALDINI, 2006), com isso, iniciando um processo de alteração do *sentido de lugar*.



Figura 13 - Imagem antiga da Vila. Fonte: Acervo de Eugênio Scannavio - <https://amaiibitipoca.org.br/a-vila/historia/galeria-de-fotos/>, 2020.

³⁷ A vila recebe, além de turistas, pessoas de outras cidades e países que veem investir e tirar do turismo local a sua subsistência.

Mesmo sendo ainda pouca conhecida, a região da Serra do Ibitipoca já começou a atrair turistas ainda em 1960, antes mesmo da criação do parque. Esses turistas possuíam um perfil aventureiro e chegavam à vila mesmo com o acesso bastante difícil e a infraestrutura turística ainda insipiente.

Após a criação do parque, a divulgação pelo IEF, de uma terra exótica e mística, que tinha na dificuldade de acesso um valor, atraiu turistas jovens, aventureiros e muitos admiradores do movimento *hippie* (BEDIM, 2008). Esses turistas vinham em busca de uma conexão com a natureza e com um modo de vida (BEDIM, 2008) – aqui lido como paisagem cultural – que se distanciasse do modo de vida urbano.

A paisagem cultural (figura 13 e 14) e natural da região tornou-se, portanto, um atrativo para um perfil de turista que tem na solidão um valor e que, através da qual, acredita estabelecer uma relação “pessoal e semiespiritual com o objeto do olhar” (URRY, 1996), a esses turistas Urry chama de “românticos” (URRY, 1996). Eles possuem um entendimento do esvaziamento sobre os símbolos e signos do lugar, trazido pela expansão da visitação, e, por isso, valorizam o ambiente ainda inalterado pelas demandas do turismo de massa. Sobre isso, Urry (1996, p.66-67) coloca:

O turista que é sensível ao meio ambiente sabe que não existe nada mais a ganhar pelo fato de adiar uma visita ao lugar em questão, muito ao contrário. Existe forte incentivo para viajar o mais cedo possível, gozar da paisagem ainda intocada, antes que as multidões cheguem.

Entende-se aqui que os turistas do tipo “romântico”, que buscavam uma conexão mística com o *lugar*, tinham um perfil de “interioridade empática”, já que iam à região em busca de um simbolismo da natureza “intocada”, muitas vezes, diferente do lido pela população nativa, mas que, ainda assim, representa uma abertura para a leitura dos símbolos do *lugar*.

Durante a pesquisa de campo foi possível encontrar algumas pessoas que conheceram a vila na época – em sua maioria, nativos e pessoas da região –, porém, em uma das conversas com turistas já mencionadas, foi possível falar com uma turista que esteve na vila em 1979. Nessa época, o centro urbano da vila era bem menor e o parque não possuía guarita ou controle de acesso. Além disso, não havia controle sobre os locais de *camping* dentro do parque ou no arraial – com *campings* montados nas grutas dentro do parque e na Praça da Igreja Matriz.



Figura 14 - Centro histórico da Vila demarcado. Fonte: Creston, 2014, p. 44.

Na década de 1980, a exploração do turismo se manteve similar à década anterior, e poucas pessoas advindas de fora se instalaram na vila (BEDIM, 2008). Nesse momento, o *sentido de lugar* seguia com perfil “inconsciente” (RELPH, 1976), mas já sofrendo alterações devido ao cerceamento recente de uma terra tão importante à população nativa, a “Serra Grande”. Somente a partir de 1988 (figura 15), o número de visitantes iniciou o seu crescimento, como consequência da inauguração em 1987, das novas instalações turísticas do parque e da ampliação da divulgação do parque.



Figura 15 - Foto área da Vila em 1988. Fonte: Acervo Florêncio - <https://amaiibitipoca.org.br/a-vila/historia/galeria-de-fotos/>, 2020.

Até a chegada do turismo, a vila não possuía mercado, farmácia, posto de saúde ou posto policial, padaria e açougue, então, dispunha, apenas, de escola primária.³⁸ O acesso bastante difícil era ainda mais complicado, visto que, além da estrada muito acidentada, não havia de transporte público entre a sede o arraial (BEDIM, 2008).³⁹ Por isso, a população vivia bastante isolada e, para tratar da saúde, avançar nos estudos ou comprar mantimentos que não eram produzidos localmente, era necessário ir até a sede, Lima Duarte.

Na década de 1990, a exploração turística se intensificou, também, por divulgação das belezas do parque devido à ocorrência da Eco 92.⁴⁰ Na época, o aumento do turismo foi tanto, que saiu do controle, o número de visitantes ao parque atingiu números altíssimos, a produção de lixo e a distribuição de barracas pelo arraial foram intensas (BEDIM, 2008) (figura 16).

³⁸ Instalações que foram se estabelecendo somente a partir da expansão do turismo, na década de 1980 em diante.

³⁹ Já que hoje, mesmo sendo de terra, ela possui apenas um trecho calçado e recebe reparos com mais frequência do que antes.

⁴⁰ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992.

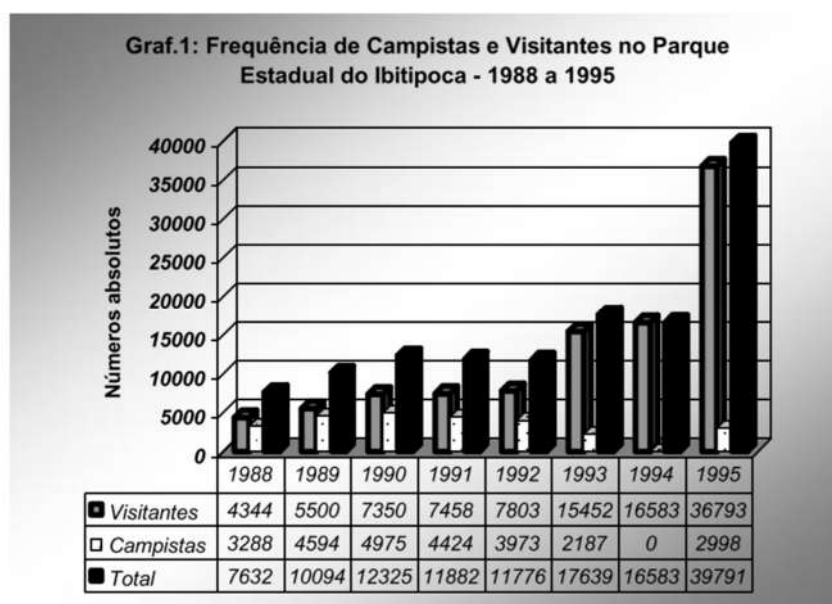


Figura 16. Frequência de visitantes no PEIb 88-95

Fonte: IEF (1996, p. 285). Elaboração: BEDIM 2007.

Nesta etapa, o que se vê é um momento de transição do *sentido de lugar* da vila, que já vinha sendo bastante alterado pelo cerceamento do uso das terras da “Serra Grande”. O “pertencente”, agora acuado com o excesso de “forasteiros” – turistas e novos moradores –, sente o seu *lugar* invadido e tem o seu local de segurança alterado. Os turistas, que, antes, mostravam-se empáticos aos símbolos do *lugar*, têm, agora, uma ligação superficial com ele. Já que o turista é atraído não só pelo próprio lugar, seus símbolos e signos, mas também pelo fato de neste lugar haver uma reunião de pessoas, o que Urry (1996) chama de o olhar “coletivo”. Esse olhar amplia o espectro de atração/interação sobre o lugar e por isso, o “sentido de lugar inconsciente” (RELPH, 1976) do nativo sente-se abalado, e o “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976) começa a ser vislumbrado, visto que a vila inicia a demandar por mais instalações turísticas.

A partir do aumento exponencial do número de turistas na década de 1990, ações políticas começaram a ocorrer. A primeira delas foi a criação da Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca (AMAI), que surgiu a fim de regulamentar a instalação de barracas de acampamento pela vila e iniciou a adoção de medidas de segurança para a proteção da população local (BEDIM, 2008). Já na década de

2000, o IEF regulamentou o controle do número de visitantes diários ao parque, o que regulou também a visitação bastante intensa da década anterior (BEDIM, 2008).

Portanto, a partir da década de 2000, o fluxo turístico segue intenso, mas agora mais regulamentado, tanto com relação às ocupações na vila quanto à visitação no parque. Nessa década, ocorreu também a chegada de diversos moradores novos atraídos pela oportunidade de investimento ou mesmo por um modo de vida mais próximo à natureza.

<i>DADOS DEMOGRÁFICOS – DISTRITO DE CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA (MG)</i>				
Ano	Censo Demográfico	População Rural	População Urbana	Total
1980	IBGE	1108	277	1385
1991	IBGE	743	293	1036
2000	IBGE	559	412	971
2005	AMAI	614	648	1262

FONTES: IBGE – Censos Demográficos (1980; 1991; 2000).
AMAI – Recenseamento demográfico do distrito de C.I. (2005)

Tabela 3- Aumento da população urbana da Vila. Fonte: Bedim, 2008.

A tabela (Tabela 3)⁴¹ mostra que a população urbana da vila mais que dobrou em 25 anos, destacando-se aqui que a maior alteração da população na área urbana ocorreu no censo dos anos 2000. Dados que esta pesquisa pôde confirmar durante o trabalho de campo, já que boa parte dos ditos “forasteiros”⁴² que colaboraram com a pesquisa chegou à cidade por volta dos anos 2000.

⁴¹ O dado de 2005 foi fornecido pela Associação de Moradores de Ibitipoca (AMAI).

⁴² Pessoas vindas de outras cidades que não são nativas do arraial.

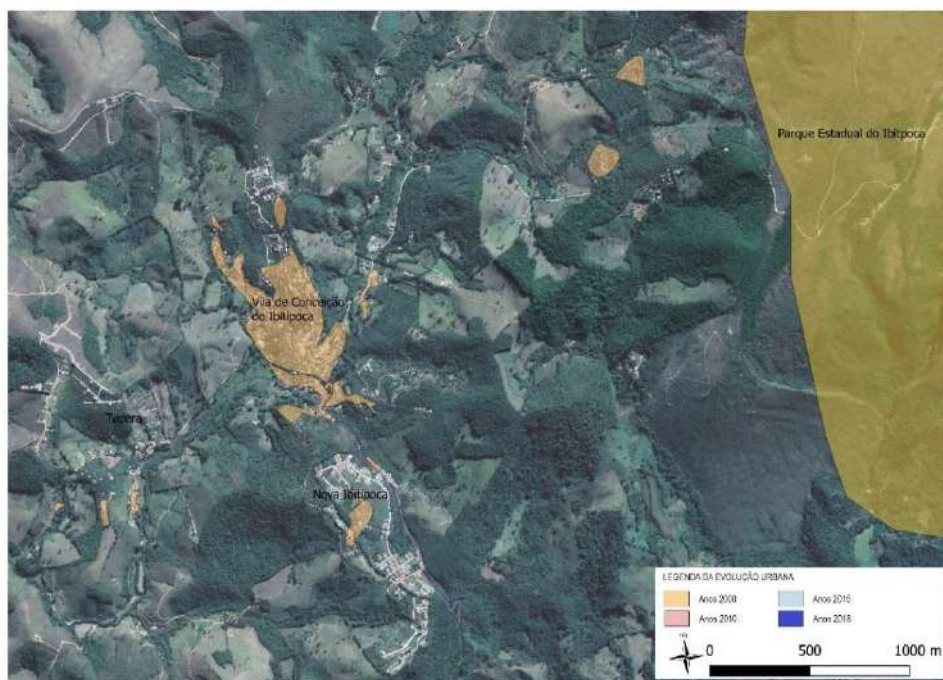


Figura 17. Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google)

Na década dos anos de 2000, o que se viu foi um ponto de inflexão relacionado ao *sentido de lugar* na vila, que foi alterado tanto pela expansão dos eventos para o turismo⁴³ – intensificando o olhar coletivo (URRY, 1996) e ampliando o espectro de turistas que visitam o *lugar* – quanto pelos investimentos em infraestrutura para o turismo. Um desses investimentos foi a criação do primeiro condomínio para a construção de casas de veraneio, o Nova Ibitipoca (Figura 21). Neste âmbito, percebe-se a inserção da vila em um modelo ainda mais específico de turismo, que neste caso se associa ao ecoturismo, é o chamado turismo de veraneio. Onde é gerada uma infraestrutura específica para a fruição do *lugar* que se realiza pela estadia, não necessariamente relacionada ao gozo dos espaços do Parque, que configuram o atrativo inicial para o estabelecimento da atividade.

Ademais, no final da década de 1990, foi aberta a primeira⁴⁴ loja de material de construção da vila, que, mesmo com uma população bastante reduzida, viu esse mercado crescer muito aquecido pelas construções de

⁴³ Como, por exemplo, o “Ibitiblues”, evento de música realizado no mês de agosto, na vila, há 20 anos.

⁴⁴ Hoje, existem duas lojas de material de construção.

instalações hoteleiras. Outro ponto que demonstra a importância da construção civil como um vetor de crescimento para a vila foram as pessoas entrevistadas por esta pesquisa, dois dos chamados “forasteiros”, residentes na vila, chegaram ao local por volta dos anos de 2000, inicialmente, para um trabalho temporário na construção civil e acabaram por estabelecer moradia ao vislumbrar o cenário econômico local.

Além disso, foi nessa mesma época que a Fundação João Pinheiro desenvolveu o Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento Turístico em Ibitipoca (2000). O plano focalizou-se no planejamento territorial da vila a fim de amenizar os impactos causados pelo desenvolvimento turístico na paisagem urbana e natural da região. E, ainda, em 2001, foi sancionada a Lei Ordinária n.º 1.155/2001, que estabeleceu normas sobre o uso e a ocupação do solo na vila.

Porém, mesmo após tantas regulamentações, seguiram-se inaugurando loteamentos sem a devida legalização e construções que desrespeitavam a normativa. Essa normativa, mesmo após a implantação do plano diretor, ainda caminhava mais dentro de um entendimento de métodos e parâmetros construtivos da comunidade do que, necessariamente, conforme as diretrizes estabelecidas pelas novas legislações.

Esse entendimento diz muito, também, sobre a própria reconfiguração da paisagem cultural (figura 18) da vila, onde a transformação sociocultural acarretou uma ampliação sobre os padrões construtivos para a comunidade e para o turismo. Esse padrão que, como já citado, é mais aplicado através de um entendimento geral da comunidade – construções de tijolo aparente -, se sobrepôs à arquitetura vernacular local.

Neste âmbito, vê-se então que a própria autenticidade local é ressignificada, ou até mesmo posta em cheque, através da adoção de novos padrões construtivos e do abandono de técnicas mais conectadas a uma arquitetura rural local – arquitetura vernacular. Entende-se, portanto, que essa “nova” paisagem carrega símbolos e signos que se ligam mais aos seus usos e explorações contemporâneos, mas que tem na sua própria constituição uma ambiguidade, visto que ela visa representar uma paisagem rural, mas optou por utilizar modos construtivos conectados a um senso comum do rural, e não mais a imagem rural da realidade local. Reconfigurando, assim, o próprio *sentido de lugar*, agora,

certamente “autoconsciente” (RELPH, 1976), visto que a sua produção está diretamente relacionada a um modelo construtivo que visa atingir o turista.



Figura 18 - Construção vernacular em comparação a construção nos moldes atuais. Fonte: Autor, 2019.

Outra medida protetiva dessa época foi a implantação do Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca (2008), plano esse que, desde então, tem sido atualizado. A última atualização foi em julho de 2019, quando o número de turistas foi para mil pessoas por dia. Abaixo, o gráfico (Figura 19) ilustra a evolução da visitação turística no parque do ano de 2006 ao ano de 2014, ano em que houve a revisão do plano de manejo, assim, aumentando o número de visitas diárias, número este que se manteve até o final de 2018.



Figura 19- Gráfico de visitação no Parque Estadual do Ibitipoca - 2006 a 2014. Fonte: Adendo ao Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca, IEF(2004, Anexo V).

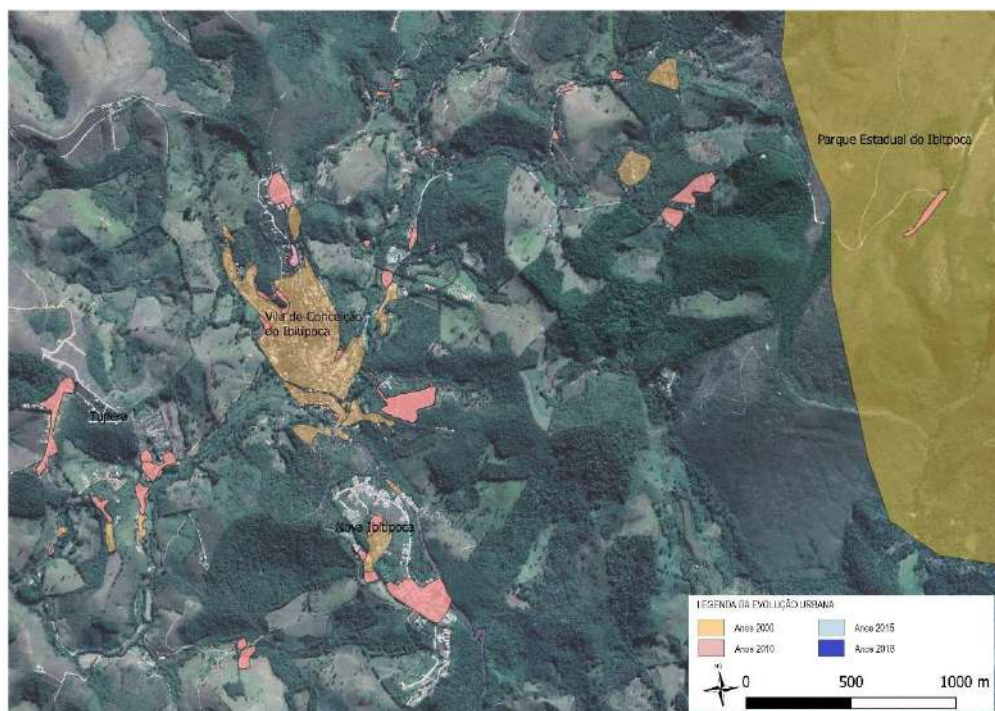


Figura 20 - Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000 e 2010. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google)

Além do crescimento desordenado da área urbana (figura 20), Creston (2014) identificou problemas de ordem infraestrutural que atingem a região, visto que, em períodos de alta temporada – feriados e eventos – a vila sofre com a falta de luz e água e congestionamento de carros; bem como da dificuldade permanente de manejo de lixo, pois este é descartado principalmente em cursos d’água ou é queimado (CRESTON, 2014).

Os problemas identificados por Creston (2014) seguem sem solução. O manejo do lixo e do esgoto prevalece como o grande desafio, colocando-se como um contrassenso em um local que tem na valorização da natureza sua principal bandeira, mas não aplica sistemas de manejo de resíduos que prezem por uma compreensão circular dos recursos.⁴⁵

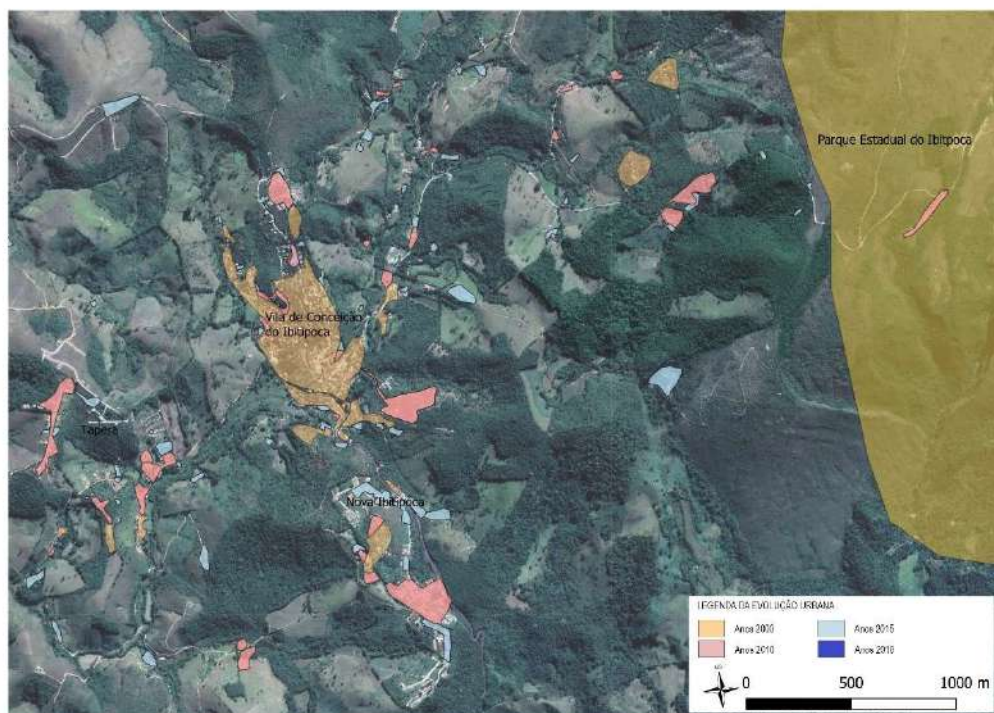


Figura 21 - Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000, 2010 e 2015. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google)

Com relação ao controle da expansão urbana (figura 21) – fiscalização sobre as construções e loteamentos – a prefeitura de Lima Duarte, no ano de 2017, começou a multar as construções sem alvará.⁴⁶ Além disso, é visível a preocupação em divulgar que os loteamentos são legalizados, já que logo na chegada à vila se veem muitas placas, com esse mesmo destaque: “loteamento legalizado”.

Isso se devo, também, à sanção da lei que amplia a regulamentação sobre os loteamentos e as construções, obrigando ambos a terem alvará para

⁴⁵ É importante ressaltar que, no mês de fevereiro, iniciou-se uma coleta de dados nas casas à margem do Rio Conceição, para a implantação do tratamento de esgoto. Essa coleta foi realizada com a ajuda do voluntariado do Parque Estadual do Ibitipoca e da AMAI.

⁴⁶ Projeto de Lei Ordinária n.º 035/2017, um adendo a Lei Ordinária n.º 1.155/2001.

construção/implantação, sob pena de multa. Segundo os dados fornecidos (figura 22) pela Prefeitura de Lima Duarte, essa medida surtiu efeito, assim, provocando um aumento no número de construções regulamentadas desde então.

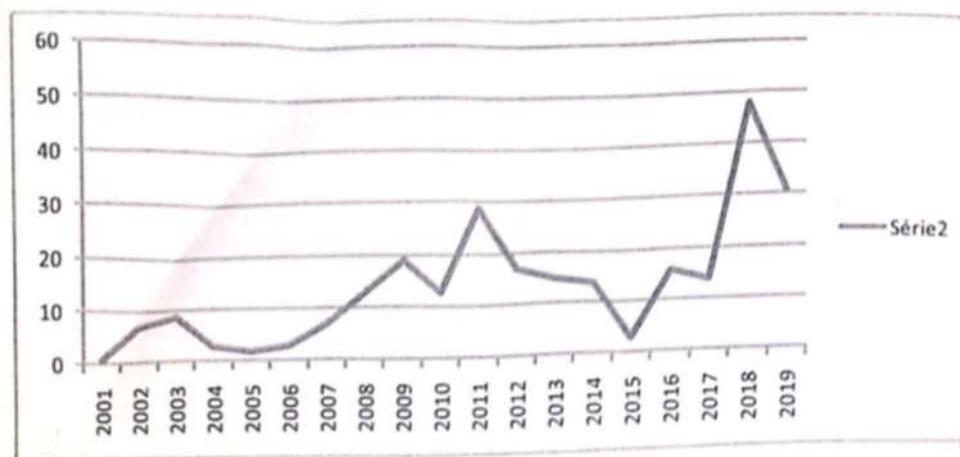


Figura 22 - Gráfico do número de alvarás fornecidos desde 2001 até o ano de 2019, onde se pode observar um aumento exponencial do número de edificações regulares desde 2017 Fonte: Prefeitura de Lima Duarte – MG (2019).

A ampliação da infraestrutura para instalações turísticas conformou na vila e, especialmente em seus arredores, extensas áreas desabitadas, que são frequentadas apenas nos finais de semana e feriados e são constituídas, principalmente, por casas de veraneio (figura 23). Essa infraestrutura permite ao arraial receber um número de turista que multiplica muito o número total de habitantes da vila. E, como forma de equalizar a demanda turística crescente, outros roteiros turísticos surgiram na região – tanto em áreas privadas como públicas – sendo grande parte deles acessado a partir da Vila de Conceição do Ibitipoca. Entre eles há um novo parque⁴⁷, que foi criado no ano de 2018 e está em vias de abrir, na mesma região de Ibitipoca (G1.GLOBO, 2019).

⁴⁷ É o Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira, que abarca os municípios de Lima Duarte, Olaria, Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde (Figura 4). Ele possui 4.200 hectares e uma configuração e potencial turístico iguais ao do Parque Estadual de Ibitipoca.

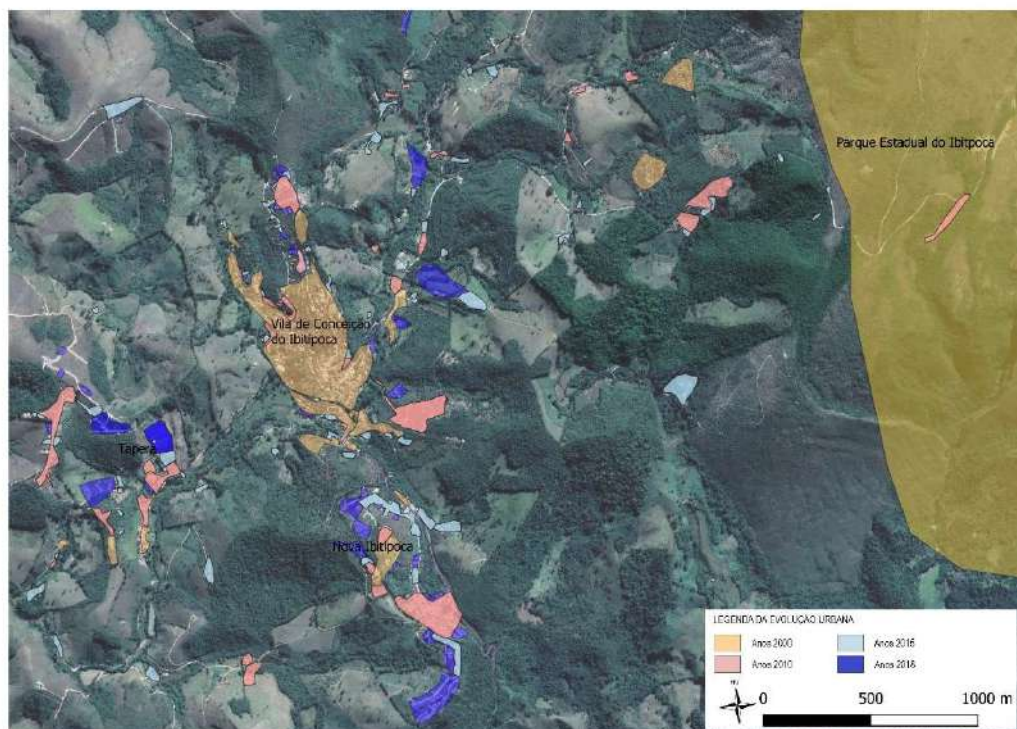


Figura 23 - Fotografia aérea da vila e arredores em 2018 demarcando área existente em 2000, 2010, 2015 e 2018. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google).

Além da expansão dos roteiros externos, trilhas, há muito tempo fechadas dentro do parque, estão sendo reabertas. Isso está ocorrendo devido a uma nova compreensão sobre a visitação nessa área, fruto da troca de gestão do Parque Estadual do Ibitipoca. A nova gestão compreende que o turismo está predominantemente relacionado à experiência e, por isso, preza por qualificar essa experiência, assim, controlando o acesso a áreas de grande interesse do público – como a trilha para a Janela do Céu – investindo em programas de educação do visitante por meio de voluntários para educação ambiental.

4.1.2. Conclusão

Com isso, percebe-se que as alterações na paisagem atingem tanto a paisagem construída quanto a natural, seja por novas formas de ocupação – ou controle delas – ou por alterações físicas. Nesse âmbito, as alterações físicas são algo que aparecem na paisagem de forma consciente e que contam a história social, política e econômica de uma região (BESSE, 2006, p.68). Elas confirmam que a paisagem, além de carregar o valor estético já dado pelo campo das artes,

tem também o valor de artefato (BESSE, 2006, p.68), de algo construído, pouco a pouco, no decurso do tempo, por ações do homem e da natureza.

Isso foi exatamente o que se viu nas últimas três décadas do arraial, um modelo econômico arraigado ao turismo e que segue em expansão. Além disso, percebeu-se uma crescente tentativa de controle e regulamentação dos impactos da exploração turística, especialmente os relacionados à paisagem e à infraestrutura (sistema de esgoto, alteração da paisagem, lixo, barulho, estacionamento) ainda sem muito sucesso.

Vê-se então que o desenvolvimento turístico trouxe uma dicotomia à vila, já que se tornou uma importante fonte de renda à população nativa, mas impôs novos sistemas paisagísticos e sociais que reconfiguram a própria paisagem cultural. Nesse ínterim, o “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976) acabou por se estabelecer e manter-se desde os anos de 2000, visto que, já nessa década, o turismo já se tinha consolidado como a principal prática econômica local; e a “paisagedade turística” vinha consolidando-se como nova expressão do real. Posto isso, apresenta-se, a seguir, o quadro resumo da análise da trajetória histórica da vila e as alterações no seu *sentido de lugar* (tabela 5).

Tabela 4 - Tabela resumo da análise da transformação do sentido de lugar com base na trajetória histórica da vila.

LINHA DO TEMPO - TURISMO, PAISAGEM E SENTIDO DE LUGAR - VILA DE CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA-MG				
Datas	Turismo	Paisagem	Níveis de interação com Lugar	Sentido de Lugar
1960	Turista romântico e peregrinos	Paisagem cultural rural	"Interioridade existencial"	Inconsciente
1970	Turista romântico e peregrinos	Paisagem cultural rural	"Interioridade existencial" - "Interioridade empática"	Inconsciente
1980	Turista romântico e peregrinos	Paisagem cultural rural/ paisagem eventual	"Interioridade existencial" - "Interioridade empática"	Inconsciente
1990	Turismo de massa - Turismo de bens posicionais	Paisagem cultural rural/ Paisagem eventual	"Interioridade existencial" "Interioridade empática" "Interioridade comportamental" "Externalidade acidental"	Inconsciente/ Autoconsciente
2000	Turismo de massa - Turismo de bens posicionais	Paisagem turística	"Interioridade existencial" "Interioridade empática" "Interioridade comportamental" "Externalidade acidental" "Externalidade objetiva"	Autoconsciente
2010	Turismo de massa - Turismo de bens posicionais	Paisagem turística	"Interioridade existencial" "Interioridade empática" "Interioridade comportamental" "Externalidade acidental" "Externalidade objetiva"	Autoconsciente
2020	Turismo de massa - Turismo de bens posicionais	Paisagem turística	"Interioridade existencial" "Interioridade empática" "Interioridade comportamental" "Externalidade acidental" "Externalidade objetiva"	Autoconsciente

Fonte: Autor, 2020.

4.2. Paisagem construída e sentido de lugar

Durante as caminhadas pela vila⁴⁸, foi possível observar que há certa setorização de usos tanto na área urbana quanto rural – usos que também foram observados por Gonzaga (2017) dentro do perímetro urbano –, e que esta pesquisa utiliza. Tal setorização organiza a cidade de acordo com a sua ocupação, demarcando as áreas histórica, comercial, de veraneio e de nativos (GONZAGA, 2017). Porém esta pesquisa pretendeu expandir essa demarcação, para tanto, incorporando também a área rural da vila, conformada nesta análise pelas áreas da Nova Ibitipoca, Tapera e entorno do parque (figura 24).

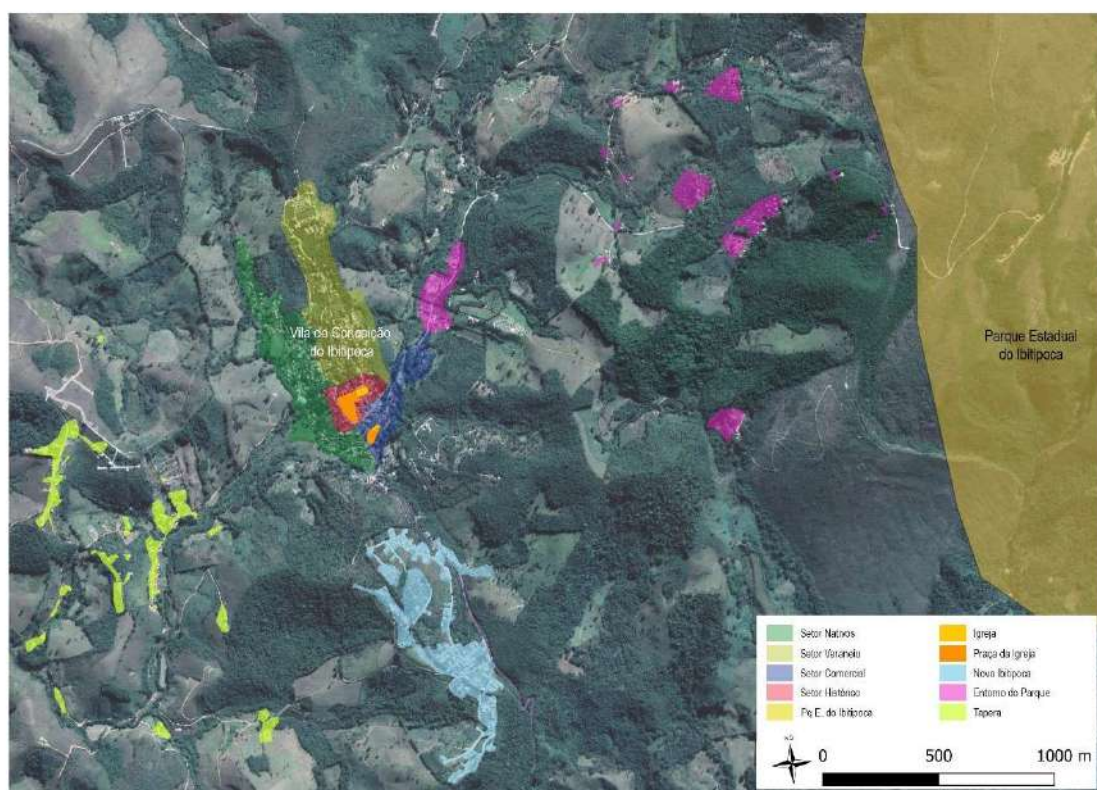


Figura 24 - Mapa de setorização de usos e ocupação observado na vila e na sua zona rural. Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2019 (elaborado a partir do Google).

⁴⁸ Para ver os trajetos realizados, Apêndice II.

A partir dessa setorização, dos dados levantados por Gonzaga (2017) – em que são expostas as épocas de ocupação de cada um deles – e apoiada pelo Relatório Fotográfico – Apêndice II – desenvolveu-se uma análise do *sentido de lugar* predominante, segundo definido por Relph (1976).

4.2.1. Setor histórico

O setor histórico da Vila, segundo Gonzaga (2017, p. 121), é o mais antigo e sofreu poucas alterações desde a criação da Vila. Ele está fortemente conectado à fundação do arraial e à religiosidade, visto que concentra as duas igrejas da Vila.

Esse espaço foi produzido e mantém-se como representação da conexão dos moradores com o *lugar*, pois reúne os valores de “cosmos” – centralidade religiosa, pois conta com as igrejas – e de centralidade urbana –, pois é um local de comunhão da comunidade. Isso se dá, principalmente, porque ele foi um espaço lentamente construído pela comunidade e para a comunidade, sendo produzido, portanto, por usuários de perfil de “interioridade existencial” (RELPH, 1976), usuários que são do *lugar*, e sente-se parte deste de maneira muito forte.

Ele representa os valores da comunidade, seus modos de construir, sua história e sua forte ligação com a religiosidade, já que abriga boa parte da arquitetura vernacular remanescente. Os seus espaços são ocupados por festas tradicionais e contam um pouco da história local. Ele concebe, com bastante destaque, a paisagem cultural com a qual aquela comunidade iniciou. Por isso, esse é um setor que possui, predominantemente, o “sentido de lugar inconsciente” (RELPH, 1976).

4.2.2. Setor comercial

A ocupação do setor comercial teve sua expansão a partir da década de 1980 (GONZAGA, 2017, p. 121), sendo produzida tanto por nativos quanto pessoas de fora – isto é, por “pertencentes” e por “forasteiros” (RELPH, 1976). Suas edificações são uma mistura de construções vernaculares e construções que intenciam uma rusticidade planejada, a qual é tão importante a “paisagem turística” (RONAI, 2015) da Vila. Esse é um espaço produzido para o turista.

Esse público percebe o *lugar*, sobretudo, em três níveis, “externalidade acidental”, “interioridade comportamental” (RELPH, 1976) e “interioridade empática” (RELPH, 1976), pois percebe naquele espaço: um cenário no qual se pode fruir de uma imagem/paisagem que representa aconchego e rusticidade; os limites do espaço e circula dentro deles, mas não se aprofunda nos seus símbolos; até mesmo o espaço e seus limites e signos estando abertos a ele, mas sem se sentir parte daquele lugar.

Por ser um espaço produzido para um público que não possui uma conexão com o *lugar* e com seus símbolos, bem como por se utilizar de métodos construtivos que estão mais relacionados a uma “paisagedade turística” (RONAI, 2015), este é um setor que representa um “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976). Ele foi produzido com o intuito de transmitir uma mensagem a um público direcionado, os turistas. Um público que vê valor na rusticidade, mas que não necessariamente possui uma conexão com os modos de construção vernaculares, ele direciona a leitura e não se abre para as diversas leituras, como ocorre com um local que concentra um “sentido de lugar inconsciente” (RELPH, 1976).

4.2.3. Setor nativo e região da tapera

A área ocupada pelos nativos, segundo a demarcação de Gonzaga (2017, p.121), foi ocupada a partir da década de 1960 e segue em expansão até os dias de hoje. A área do perímetro urbano⁴⁹ é de fato ocupada, predominantemente, por nativos, contendo algumas poucas pousadas, casas de veraneio e quartos de aluguel. Porém, ao sair do perímetro urbano da Vila, seguindo em direção da região conhecida por “Tapera”⁵⁰, o perfil de ocupação se altera. Representando um dos vetores de crescimento da Vila, ela contém edificações para veraneio, tanto em condomínios rurais quanto no perímetro urbano. No primeiro trecho, saindo da vila – ainda no perímetro urbano e seguindo em direção da zona rural – vê-se uma diversidade de pequenas casas de aluguel que, muitas vezes, desrespeitam normas construtivas determinadas, utilizando-se da subdivisão de lotes e da falta de recuos laterais.

⁴⁹ Área demarcada por Gonzaga (2017).

⁵⁰ Nome dado por uma antiga fazenda existente na região.

No segundo trecho, já na zona rural, os condomínios rurais são predominantes. Nesse trecho, há muitas casas de veraneio de padrão elevado que exploram a rica vista ao horizonte e o sossego como parte da “paisagedade turística” (RONAI, 2015) da região.

Por isso, acredita-se que há no trecho inicial, ainda no perímetro urbano – onde concentra-se boa parte das habitações da população nativa – um “sentido de lugar inconsciente” (RELPH, 1976), característico de um *lugar* que foi produzido lentamente para a habitação das pessoas, sem muito planejamento, mas reflete muitos de seus símbolos e significados. E, sobre o qual, há uma grande conexão, pois ele está fortemente ligado às suas rotinas.

Já no segundo trecho, na zona rural, há, sem dúvida, um “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976), visto que, assim como o setor comercial, é uma área que se direciona a um público específico que procura determinada “paisagedade” (RONAI, 2015). Essa área concentra edificações de tijolo aparente, um símbolo de rusticidade que não está relacionado diretamente aos modos de construção local, e sim a um método construtivo que veio a predominar a partir da implantação do turismo – anos 2000.

4.2.4. Setor de veraneio

O setor de veraneio iniciou sua ocupação entre as décadas de 1970 e 1990 (GONZAGA, 2017), todavia, mesmo tendo uma vista privilegiada da cidade, não foi ocupado por nativos, pois possui também o cemitério da cidade. Esse trecho, assim como a segunda parte da região da “Tapera”, é repleto de casas de alto padrão, em sua maioria, desabitadas e que prezam por uma simbologia de rusticidade e que não se ligam à arquitetura vernacular local. Este trecho se estabeleceu como vetor de expansão turística porque conta com uma forte conexão com o horizonte e era uma área central na vila que não era ocupada.

Esse setor concentra o *sentido de lugar*, predominantemente, “autoconsciente” (RELPH, 1976), pois foi produzido intencionando apenas a “paisagedade turística” tão almejada pelo público que frequenta a vila nos fins de semana e feriados.

4.2.5.Nova Ibitipoca

A ocupação dessa região de Ibitipoca iniciou no final da década de 1990, com pousadas e o primeiro loteamento para construção de casas de veraneio da Vila. Por isso e pela regulamentação ainda insipiente na época, é uma região que possui alto adensamento, um local onde se vê muita subdivisão de lotes, e pouca preocupação com a legislação local. As casas são, em sua maioria, de padrão médio e utilizam o tijolo aparente como método construtivo.

Essa área, assim como o setor de veraneio na Vila, é uma área que possui um “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976), que não pretende representar a diversidade de *sentidos de lugar* que existe na Vila, e sim reproduzir um modelo de ocupação para um público específico, o turista.

4.2.6.Entorno do Parque

Na zona rural e, em parte, na zona de amortecimento do parque, esse entorno é uma área repleta de fazendas, hotéis e pousadas. Espaços que hoje são produzidos para os turistas, mas que são uma mistura de construções vernaculares preexistentes na região e novas construções. Por isso, o sentido de lugar desse setor é misto – “sentido de lugar inconsciente” e “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976), podendo ser delimitado com mais especificidade quando são demarcados pequenos trechos.

4.2.7.Conclusão

Diante do exposto, percebeu-se que o “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976) é predominante na paisagem da vila e que isso se dá devido à forma que essa paisagem é gerada, visto que o objetivo dessa paisagem é produzir um lugar que seja eficiente e adequado aos usos aos quais se propõe (habitar, deslocar-se, alimentar-se). Essa paisagem pública é produzida de acordo com o que especialistas e investidores consideram adequado e, por isso, é uma paisagem sem identidade e autenticidade – ou mesmo detém uma representatividade restrita a um grupo de usuários somente. Ela, por conseguinte, não reflete os valores da comunidade como um todo e não gera o comprometimento necessário para que haja engajamento (RELPH, 1976) (figura 25).

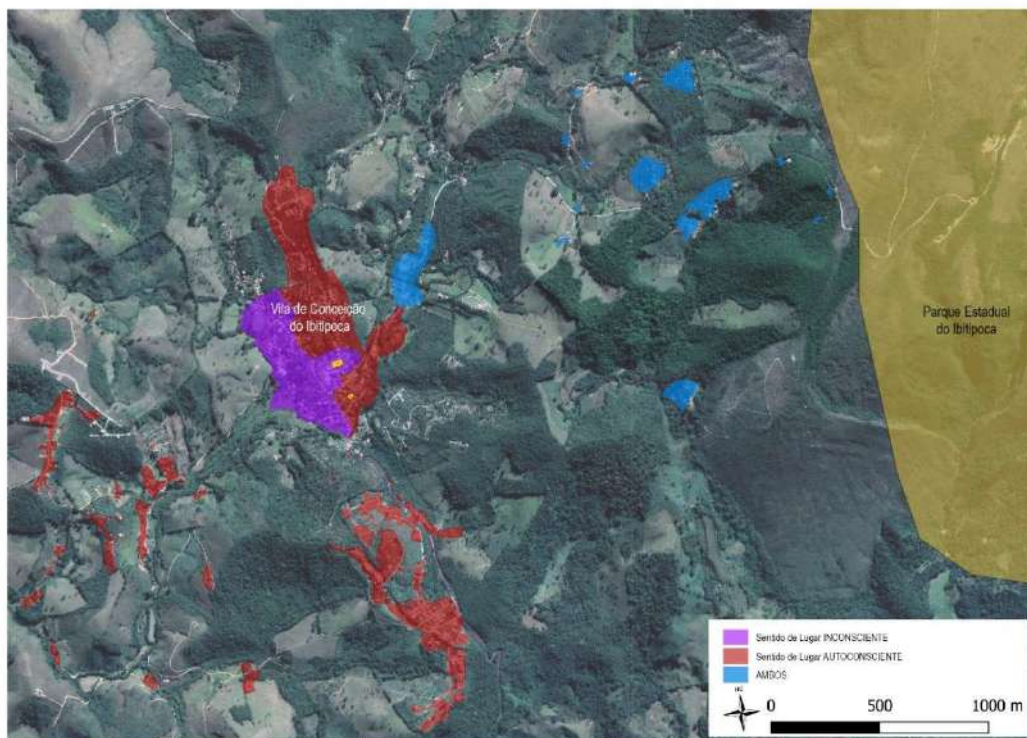


Figura 25 - Mapa dos Sentidos de Lugar percebidos na Vila.
Fonte: Google Earth, 2018. Elaboração: Autor, 2020 (elaborado a partir do Google).

4.3. Análise dos núcleos de sentido

Depois da ampla análise sobre o *lugar*, esta etapa se concentra nas pessoas e nos seus atos – conforme metodologia delimitada na introdução deste capítulo. Para tal, foram utilizadas as entrevistas e as pesquisas de observação realizadas durante o trabalho de campo a fim de apreender a experiência das pessoas nos espaços da vila e do parque.

Dessa maneira, foram extraídas das anotações do trabalho de campo, os itens mais relevantes, que foram organizados em uma planilha – derivada da planilha de metodologia apresentada na introdução deste trabalho.

Para organização das informações coletadas, utilizou-se das categorias de análise definidas segundo os elementos compositores do sentido de lugar de Relph (1976, 2007), identificando também a origem da afirmação/ato – turista, forasteiro, nativo, investidor e poder público – e o número de afirmações que continham esse conteúdo. A partir dessa organização, aplicou-se uma seleção dos conteúdos mais relevantes – seja pela importância da afirmação, seja pela

quantidade de afirmações. E, a partir dessa seleção e da interpretação das afirmações restantes, delimitaram-se dois núcleos de sentido que expressam a experiência e o sentimento das pessoas em relação ao *lugar* (figura 26).

TABELA DE SEPARAÇÃO DE NÚCLEOS DE SENTIDO						
CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	NÚCLEO DE SENTIDO	NÚMERO DE AFIRMAÇÕES	IDEIAS	GRUPO DE ANÁLISE
Paisagem/Natureza/ Arquitetura	PAISAGEM NATURAL	TURISTA	Veio visitar a cidade pela primeira vez e conheceu apenas o parque.	10	TURISMO, ATRATIVIDADE E EXPERIÊNCIA	1
			Na primeira visita fez a trilha da janela do céu.	10		
		FORASTEIRO/ INICIATIVA PRIVADA	Mudou-se para Ibitipoca por causa da natureza.	4		
	PAISAGEM CULTURAL	NATIVO/ FORASTEIRO	O turismo causou a perda de festas tradicionais, por exemplo a quaresma.	5	IDENTIDADE TURISMO DE MASSA DESENVOLVIMENTO	1
	PAISAGEM CONSTRUÍDA/ INFRAESTRUTURA	FORASTEIRO/ INICIATIVA PRIVADA	Lotes maiores valorizam a vila. Falta de regulamentação para a subdivisão de lotes.	5		
		NATIVO/ FORASTEIRO	Preocupação com o crescimento da vila a longo prazo	6		
		OBSERVAÇÃO	Durante a semana o movimento principal é a construção civil.	3		
		FORASTEIRO/ PODER PÚBLICO/ NATIVO	A estrada é uma barreira para o crescimento do turismo, mas melhorar acessibilidade pode destruir a vila.	7		
História Identidade/ Memória	-	NATIVO	Algumas festas estão sendo retomadas e integrando também turistas.	1		
USOS E PRÁTICAS ESPACIAIS	-	TURISTA/INICIATIVA PRIVADA	Gosta dos grandes shows na Vila.	4	TURISMO, ATRATIVIDADE E EXPERIÊNCIA	2
		TURISTA	Os grandes shows não condizem com o "clima" da Vila. O perfil das pessoas é diferente.	4		
		OBSERVAÇÃO	Uso do parque como lugar de fruição da paisagem como cenário para fotografia.	-		
		PODER PÚBLICO	O parque recebe um amplo espectro de turistas.	1		
SINESTESIA/ CULTURA	-	OBSERVAÇÃO	Algumas pessoas com mais de 50 anos.	-		
		OBSERVAÇÃO	Muitos adultos jovens (aproximadamente 30 anos) com e sem filhos (crianças a partir de 3 anos)	14		
		PERFIL DO VISITANTE	Muitas pessoas da região que visitam o parque com frequência.	14		
		FORASTEIRO	Muitos se mudam para a Vila pelo sonho de morar em um lugar pequeno e tranquilo.	4	IDENTIDADE TURISMO DE MASSA DESENVOLVIMENTO	1
		NATIVO/ FORASTEIRO	O turismo melhorou a vida da comunidade de Ibitipoca.	7		
		FORASTEIRO/ INICIATIVA PRIVADA	Associa a alteração da paisagem a uma mudança cultural. "A comunidade esta trazendo a cidade para a Vila."	5		

Figura 26 - Tabela desenvolvida para a análise do estudo de campo e criação dos núcleos de sentido. Fonte: Autor, 2019.

4.3.1. Grupo 1 – Identidade, turismo de massa e desenvolvimento

Através do estudo, pôde-se perceber que visitantes e moradores, nativos e forasteiros, identificam uma forte transformação na vila desde a implantação do turismo e o seu crescimento, especialmente a partir dos anos de 1990, quando a dependência econômica por ele se aprofundou.

A alteração da paisagem natural e construída da vila é bastante citada e ainda é fonte de preocupação quando se fala do futuro da paisagem local, visto que a velocidade dessas alterações tem se expandido à medida que o turismo se desenvolve e o mercado imobiliário se aquece. Pontos como a legislação sobre a dimensão mínima sobre dos lotes, a subdivisão ilegal destes – que ainda é muito comum – são recorrentes quando se fala na paisagem construída.

Outro ponto que também é bastante comentado é a discussão sobre a melhoria do acesso à vila, que ainda é precário. Ele é bastante polêmico na comunidade, visto que poderia acelerar, ainda mais, o crescimento urbano e turístico, impactando no perfil do turista, na diminuição da sazonalidade⁵¹ e na possível ampliação do mercado de aluguel da localidade. Sua controvérsia se dá, por parte de alguns moradores, arraigada na ideia de que o que atrai o turista é a característica rural, e o isolamento faz parte dessa característica.⁵²

Essa hipótese é confirmada por Urry (1996), que destaca existir uma atração pelo rural e vernacular na sociedade contemporânea; sendo essa atração ligada à renovação da concepção de cidade advinda do padrão urbano moderno. E, nesse âmbito, entende-se aqui que a vila representaria, para alguns visitantes e moradores, o *tempo em espaço*. Isto é, a vila é “tempo lugarizado” (OLIVEIRA, 2016), pois a sensação que se tem ao visitá-la é de um retorno no tempo e a outras formas de cidade e modos de vida, que são escassos na contemporaneidade, mas que tem um *sentido de lugar*, seja pela história contada (CERTEAU, 2005) ou pela história já vivida pelo visitante.

⁵¹ Este claramente é um ponto positivo para a comunidade.

⁵² Conforme já foi citado no subcapítulo 4.1, a dificuldade de acesso já foi divulgada como um valor, no início da implantação do turismo. Além disso, essa mesma dificuldade trouxe para a vila um importante evento de enduro de carros e motos em 1994, o Ibitipoca Offroad.

Por isso, acredita-se que “trazer a cidade para a vila” não seja apenas uma transformação infraestrutural, mas também uma transformação cultural. E esta já vem ocorrendo desde que a comunidade local foi cedendo o seu tempo e seu espaço aos turistas – que ocupam seu tempo com o trabalho e seus espaços com os veículos durante os feriados –, assim, dificultando a realização das festas religiosas tradicionais (BEDIM, 2008).

Porém, durante a pesquisa de campo, identificou-se que algumas festas têm sido retomadas, mesmo que de maneira tímida. Como, por exemplo, a procissão ao Cruzeiro⁵³, localizado na trilha para a Janela do Céu, que é realizada no mês de maio – quando não é cobrada entrada dos nativos no parque. Nesta festividade, a comunidade caminha até lá, onde faz orações, canta e compartilha um lanche. Essa manifestação tem contado, recentemente, com a participação de alguns turistas, mas não há, por parte do mercado de exploração turística, uma leitura sobre seu valor e sua possível exploração.

Diante do exposto, percebeu-se que a alteração do espaço-tempo na vila ameaça o “*sentido de lugar inconsciente*” (RELPH, 1976) da comunidade, alterando a compreensão dos nativos e, por conseguinte, dos visitantes sobre o *lugar*, tomando um espaço de segurança do “pertencente” (RELPH, 1976) e os seus signos – a paisagem, o aconchego do rural, as festas tradicionais. Ocupando-o com a cultura de massa, pasteurizando os espaços e oferecendo a mesma mistura de experiências de outros lugares (RELPH, 1976, p. 90).

A influência desta dita cultura de massa, em Ibitipoca, relaciona-se a um modelo de exploração turística que, de fato, trouxe prosperidade para a população local, mas que tem seu foco não na manutenção dos saberes e da cultura locais, mas, sim, na criação de mais e mais vagas de hospedagem. Além disso, o desmonte da cultura local, de forma intencional ou não, e a sua associação com uma cultura de massa que ocupa esses vácuos minam as manifestações tradicionais, enfraquecendo os vínculos da comunidade com o *lugar* e seus modos de vida, tornando os lugares efêmeros e instáveis (RELPH, 1976, p. 33).

O restabelecimento das festas locais aparece, aqui, como um recurso na manutenção da paisagem cultural e da identidade (FAGERLANDE, 2015), como uma forma de cercear a cultura local e não permitir que a “cidade invada a vila”,

⁵³ Citada com alegria por uma das entrevistadas durante a pesquisa de campo.

mesmo diante de um processo de expansão urbana ainda mais intenso. Mostrando-se como um caminho que se pode apoiar em um modelo desenvolvimento turístico empático aos símbolos do lugar⁵⁴, acarretando na manutenção de um “*sentido de lugar inconsciente*” (RELPH, 1976), ocupando os espaços que hoje são invadidos pela cultura de massa, pelos carros e pelo trabalho, mas mantendo o turismo como fonte de renda principal da comunidade local.

4.3.2. Grupo 2- Turismo, atratividade e experiência

O *sentido do lugar* apreendido pelo visitante e pelo morador está também relacionado com a forma de experimentar os espaços e a maneira como os outros se relacionam com ele. Isso é o olhar mútuo, uma experiência multissensorial do espaço, que altera a forma como turistas e moradores experimentam esse mesmo espaço (LARSEN, s.d.). A partir desta leitura, percebeu-se a importância de alguns pontos citados/observados na pesquisa de campo: a interação das pessoas com os espaços do parque, e a realização de grandes eventos na vila, de variados perfis, e o amplo espectro de turistas que visitam a região.

Os grandes eventos não têm ligação com a cultura local e são *shows*, festivais de música, cinema e um enduro de motocicletas e automóveis⁵⁵ realizado na vila e em suas imediações, muitos deles já bastante tradicionais. Além desses festivais, outros grandes *shows* têm acontecido de maneira randômica e parte deles tem ocorrido em feriados, o que é um ponto polêmico, pois esse é um momento que já haveria bastante visitação e, portanto, não necessitaria de um atrativo extra.

Profissionais do turismo da região dizem que o perfil de turista que frequenta esses eventos não prioriza a fruição da paisagem e pouco traz de consumo para a vila, a não ser na ocupação de casas de aluguel e pousadas. Esses eventos randômicos trazem um público que tem, no espaço, apenas um pano de

⁵⁴ Aqui se faz referência ao Turismo de Base Comunitária, modelo de exploração turística analisado no Capítulo 2, que tem, no entendimento da cultura e da comunidade local, a sua referência para um projeto de desenvolvimento empático ao *lugar*.

⁵⁵ O enduro de motocicletas e automóveis, como supracitado, é o Ibitipoca Offroad, que foi um vetor de crescimento para a vila, pois trouxe visibilidade para a localidade turística já que é realizado desde 1989.

fundo para a realização das suas atividades e não compartilham dos significados do lugar, este é o perfil de usuário que possui uma interação do tipo “exterioridade incidental” (RELPH, 1976).

Essa forma de interação revela muito sobre a essência do *lugar* apreendida e, conseqüentemente, comunicada através dela, pois a forma que é tomada pelos visitantes transforma, inclusive, a experiência de quem tem um nível de interação mais profundo com o *lugar*. E isso porque ela pode acarretar a desvalorização dos signos e símbolos locais, por parte do turista, e em conseqüente falta de investimento na manutenção destes, dessa forma, provocando uma alteração no *sentido do lugar* do local, tão importante para a própria exploração turística.

Além disso, outras formas de interação com o lugar foram analisadas, uma delas são os turistas frequentes, pessoas que moram na região e que acompanharam a transformação da paisagem construída e natural, pois visitam a vila e o parque há muitos anos. Eles possuem um nível de percepção mais profunda sobre a essência do *lugar*, visto que entendem para além dos limites físicos do espaço, estando abertos, também, à leitura dos seus signos. Esses turistas têm um perfil de utilização de “interioridade empática” (RELPH, 1976).

Ainda analisando as formas de utilização do espaço, foi observada outra forma de interação com os usos das áreas do parque. Neste notou-se que muitas pessoas iam aos atrativos apenas para serem fotografadas e pouco interagiam com os seus recursos naturais, percebendo os espaços apenas através ou por uma câmera fotográfica. Elas disfrutavam de alguns espaços para uma foto e logo seguiam para a próxima atração, sem se abrirem a uma conexão mais profunda com o *lugar*, sem mesmo fruírem da paisagem. Para essas pessoas, o parque torna-se um cenário para sua atividade principal, que é registrar o momento, a si mesmo e aos amigos, e a paisagem do parque é percebida de maneira superficial, estabelecendo um modelo de interação denominado “externalidade acidental” por Relph (1976).

Essa mesma utilização ocorre na visita à Janela do Céu.⁵⁶ Ela é o maior motivo das visitas ao parque⁵⁷ e tornou-se a sua marca (figura 33). Acredita-se que a visitar represente um tipo de *status*, visto que a paisagem deslumbrante do topo da montanha demonstra a coragem e resistência física de quem desbravou e caminhou muito para “ter o privilégio” de conhecer esse lugar.

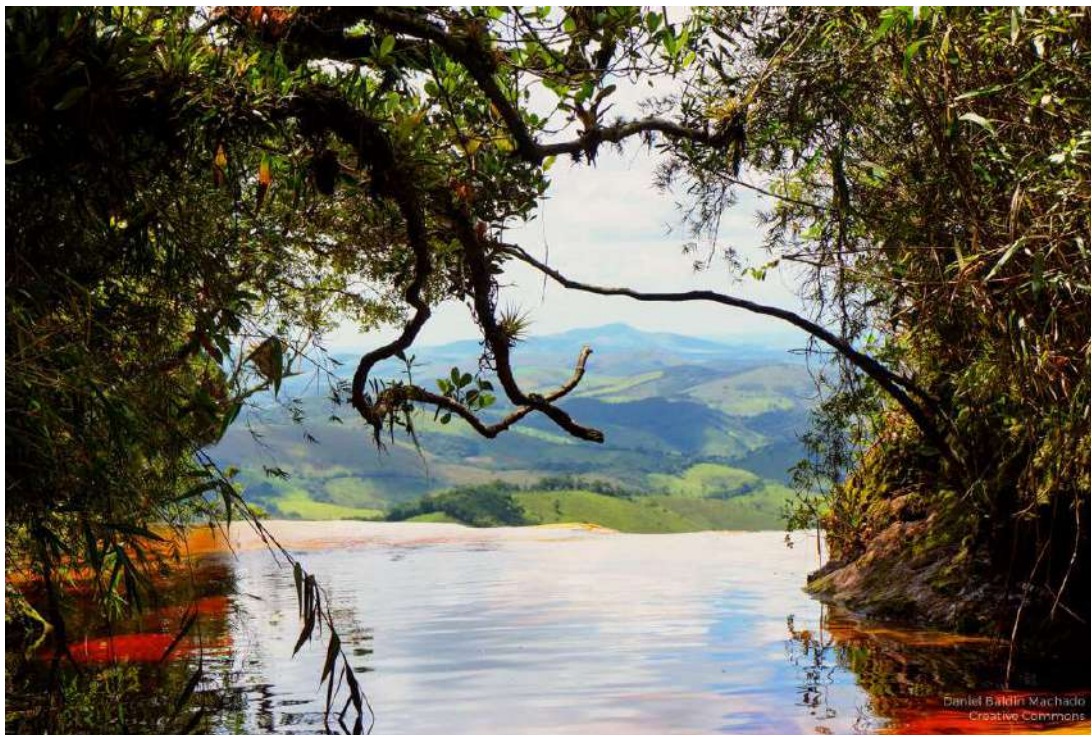


Figura 33 - Vista janela do Céu. Fonte: Dois passos, 2020.

Acredita-se que isso se deva à inserção da vila e do parque em uma “paisagedade turística”, que é apoiada por uma cultura da imagem que altera a chave inicial do estabelecimento do turismo – que era a apreciação estética pela natureza e a representação da vida fora da humanidade (BUDD, 2011) – e valoriza os lugares como cenários.

Entende-se, portanto, que não há problema em utilizar o espaço como cenário, mas compreender que essa utilização pode enfraquecer os vínculos com o

⁵⁶ Mirante e poço localizado na parte de cima de uma cachoeira dentro do Parque Estadual do Ibitipoca. O circuito completo que a inclui tem 16 km de caminhada.

⁵⁷ Em altas temporadas, o tempo de espera chegava a duas horas na fila para tirar apenas uma foto no mirante (G1. Globo.com, 2019). Porém, após a mudança de gestão do parque, a visita à Janela do Céu passou a ter limite diário de visitantes e horário limite para o início da trilha. Essas medidas diminuíram a superlotação e melhoraram a segurança do local, visto que possui um espaço reduzido e que possui grande procura.

lugar é essencial para a manutenção do *sentido do lugar*, tão caro ao sistema turístico, como exposto no núcleo precedente.

Além dos já citados perfis de turistas, durante as visitas de campo pode-se constatar que o parque e a vila recebem uma enorme variedade de visitantes. Estes são compostos: desde montanhistas experientes, excursões de jovens e adolescentes, casais e grupos de amigos, até famílias com crianças pequenas e idosos. Nesse âmbito, comprova-se que, assim como colocado pela diretora do Parque Estadual do Ibitipoca durante a entrevista, o parque e a vila recebem um amplo espectro de turistas, e estes possuem níveis diversos de interação com o *lugar*, já que para alguns a visitação de locais com esse perfil é comum e para outros esta viagem representa a sua primeira experiência/vivência deste tipo.

Este é um ponto relevante a ser abordado, pois, juntamente com as formas de utilização dos espaços do parque, analisadas acima, define a forma como ocorre a interação de cada um dos perfis de visitante. A interação é definida pela experiência de cada um deles e influencia na experiência do todo (LARSEN, s.d.). Por isso, destaca-se a importância de espaços que estimulem e informem os visitantes sobre os sítios e suas histórias, estreitando assim os laços de quem não é “pertencente” e permitindo que a utilização e interação diversa nesses espaços não interfira no *sentido de lugar* da localidade (RELPH, 1976).

4.4. Tabela de metodologia e resultados concluída

Neste subcapítulo apresenta-se a tabela (Tabela 6) exibida na introdução, com as questões levantadas pelo trabalho e as respostas encontradas durante a análise.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	TÉCNICAS DE PESQUISA	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS OBTIDOS
Identificar o impacto do crescimento da atividade turística no desenvolvimento urbano desta localidade e, por conseguinte, o seu impacto na paisagem natural e construída dessa cidade e a sua consequente influência no sentido de lugar da localidade.	Análise do crescimento urbano e uso e ocupação do solo	Paisagem/Natureza/Arquitetura	Pesquisa documental e iconográfica e pesquisa de Observação.	Mapeamento do uso e ocupação do solo da Vila.	Amplio crescimento urbano, clara setorização das ocupações pela comunidade e pelos turistas.
	Análise geral das alterações na paisagem construída.	Paisagem/Natureza/Arquitetura História Identidade/ Memória	Pesquisa documental e iconográfica e pesquisa de Observação.	A paisagem construída condiz com a paisagem cultural que a Vila carrega?	Avançada expansão urbana, seguindo os parâmetros de entendimento da comunidade, mas ainda subvertendo as normas legais.
	Análise do uso e apropriação dos espaços públicos, naturais e urbanos, pelos moradores e turistas.	Usos e práticas Espaciais	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	Como ocorre o uso dos espaços públicos da Vila e do Parque.	Interações de profundidades variadas, necessitando de informações para serem reforçadas
	Elencar a valoração afetiva dos espaços públicos da Vila e do Parque para visitantes e moradores.	Usos e práticas Espaciais História Identidade/ Memória	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	Entender quais são os espaços de valor para turistas e moradores.	Interações de profundidades variadas, necessitando de informações para serem reforçadas
	Análise dos eventos promovidos pelo turismo. Qual a importância deles na apropriação/valoração dos espaços públicos pelos turistas?	Usos e práticas Espaciais	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	Compreender se realmente há uma promoção da apropriação do espaço através dos eventos.	As valorações variam de acordo com os eventos e o perfil do turista.
	Análise e levantamento dos rituais e modos de vida rurais ainda presentes na rotina da Vila.	Usos e práticas Espaciais História Identidade/ Memória	Pesquisa de Observação, entrevistas semi-estruturadas.	A paisagem cultural conformada por eles, é lida pelos turistas? Ou permanece fechada na comunidade? Qual a importância desses rituais na apropriação/valoração dos espaços?	Ainda é fechada na comunidade, podendo ser integrada ao turismo através de incentivos. A maioria dos rituais não acontecem mais, mas há um movimento para sua retomada.
	Traçar um perfil do visitante e morador.	Sinestesia/ Cultura	Cruzamento de dados de outras pesquisas já realizadas. Entrevistas semi-estruturadas.	Compreender quem são as pessoas entrevistadas e cruzar com os dados acima.	Visitantes de perfis muito variado, possibilitando assim uma leitura da paisagem e do sentido do lugar de forma muito ampla.
	Elencar os principais atrativos e identificar novos atrativos.	Sinestesia/ Cultura	Cruzamento de dados de outras pesquisas já realizadas. Entrevistas semi-estruturadas.	Enumerar os atrativos principais, e analisar sua congruência com os espaços afetivos a serem identificados.	Atrativos principal a natureza ou os eventos, atrativo secundário a vila.

Tabela 5 - Metodologia e Resultados concluídos. Fonte: Autor, 2020.

5 Considerações finais

O turismo encontrou, na sociedade contemporânea, seu meio de expansão. E, baseado na separação tempo-espacial, promovida pelo aprofundamento da modernidade, e na dissolução de barreiras entre os diversos universos do saber e da cultura, incorporou quase tudo ao âmbito da fruição. O seu crescimento como prática atingiu e transformou comunidades tradicionais que tiveram suas identidades alteradas para caberem em um padrão de exploração e desenvolvimento. A compreensão sobre o processo predatório desse modelo fez surgir outros moldes para a prática turística, que se colocam mais empáticos à cultura e à paisagem local, assim, entendendo que a valorização do *lugar* é um préstimo não só à comunidade local, mas também à atividade turística.

A valorização do *lugar* se mistura com o enaltecimento da paisagem cultural, elemento central para a prática turística, mas que é, também, por ela reconfigurada. A paisagem cultural dos lugares conforma assim a sua “paisagedade turística”, isto é, o recorte e a valorização de características específicas dos lugares a partir do seu potencial de fruição. Porém a interpretação dessas características ocorre de maneira particular para cada observador, ela representa a sua leitura do real, ela é a sua experiência.

A experiência nos lugares e a forma como se lê as estruturas físicas, os usos e a cultura e os relacionamentos com a vivência definem o *sentido de lugar*. Este mesmo *sentido de lugar* determina, portanto, o interesse por um destino turístico. O *sentido de lugar* pode ser produzido de forma “inconsciente” pela interação da paisagem, história, rotina e cultura de quem o usufrui – tendo como base um sentimento de pertencimento, ou pode ser produzido “conscientemente” (RELPH, 1976) –, recortando as interpretações que os observadores pretendem, assim, confundindo-se com a própria “paisagedade turística” (RONAI, 2015).

Nas análises sobre a Vila de Conceição do Ibitipoca, tentou-se delimitar a experiência do *lugar* por parte de turistas e moradores – nativos ou forasteiros – captando as suas interpretações do real e as suas leituras sobre o *sentido de lugar*

de Ibitipoca. Para tanto, conclui-se que, além da base teórico-metodológica adotada, as técnicas de pesquisa utilizadas foram essenciais para a possibilidade de leitura das diversas interpretações do real de seus atores. Destaca-se, nesse quadro, a importância da realização das pesquisas de observação e das entrevistas, assim, captando para além da configuração e da identidade dos espaços baseada em uma leitura paisagística, mas abrangendo seus usos e interpretações.

As interpretações do espaço, por meio da leitura da evolução histórica da vila, desde a implementação do turismo, destacaram que o *sentido de lugar*, como um valor mutante, sofreu grande alteração desde a criação do Parque Estadual de Ibitipoca, em 1973. Perdendo o seu valor de “inconsciente” (RELPH, 1976), desconectando os nativos da própria terra e transferindo a produção do espaço para um novo ator, o investidor – forasteiro ou nativo – que, agora, interpreta os signos do *lugar* como um compositor de preço. Dessa forma, constatou-se que o “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976) se estabeleceu como o novo real.

Ainda sobre as análises da estrutura do espaço, o aprofundamento sobre os diversos setores da vila – fruto das pesquisas de observação – tanto na zona urbana como rural – foi fundamental para compreender de que forma o *sentido de lugar* se manifesta nos diversos espaços da vila. Nessas análises, apontou-se que o “sentido de lugar autoconsciente” (RELPH, 1976) é predominante, revelando uma nova leitura sobre uma paisagem que se pretende rural, mas que tem, em suas formas de exploração e usos, uma característica urbana.

Porém a leitura das estruturas físicas do espaço não bastava para uma real captação do *sentido de lugar*. Por isso, foi necessária uma aproximação aos usos e às interpretações do espaço pelas pessoas, detentoras da experiência do real. E, nesse aprofundamento, observou-se que a transformação do espaço-tempo rural para o espaço-tempo urbano, associada às alterações na paisagem, aprofundou ainda mais a desconexão da identidade tão valiosa à “paisagedade” da Vila de Conceição do Ibitipoca.

Diante do exposto, conclui-se que um controle nos modelos de exploração da terra, por meio de regulamentações que compreendam os modos tradicionais (pré-turísticos) de uso e ocupação do solo, suas conexões com a paisagem cultural e a reintegração das formas vernaculares de construção, expressas através da implantação de um plano diretor de desenvolvimento urbano e regional, somado

ao equilíbrio dos modelos de desenvolvimento turístico representado pelo Turismo de Base Comunitária apresentam-se como uma primeira camada para a manutenção ou, até mesmo, um restabelecimento do *sentido de lugar* autêntico. Desenhando um cenário em que a população tradicional, em conjunto com a nova população local formada pelos “forasteiros”, empodera-se de uma legislação e de um modelo econômico e turístico que aprofunda a autenticidade do *lugar*, e consequentemente, o seu *sentido de lugar*.

Ademais, as formas de ocupação dos espaços pela comunidade e pelo turista formariam uma segunda camada. Esta se daria a partir da compreensão e da conservação dos espaços de vínculo afetivo para a comunidade, assim, fortalecendo manifestações tradicionais e estimulando, nos turistas, a percepção sobre as especificidades do *lugar* – mediante a história oral ou de centros de memória. Em associação a isso, o estímulo e a interação dos turistas com o *lugar*: promovendo eventos que incentivem a apropriação do espaço de maneira mais profunda, programas de educação ambiental e a previsão de um ambiente urbano mais arborizado que estimule a caminhabilidade da vila mostram-se como um caminho para esta segunda camada, que tem seu foco nas pessoas, em seus atos e nas diversas interações que um espaço turístico oferece.

6 Referências

- ALVES, M. B., **Turismo e Desenvolvimento Local: a qualidade de vida sob a ótica da população do Arraial de Conceição do Ibitipoca – MG.** Turismo em Análise, Vol. 25, nº3, 2014.
- BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade. In: BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SAN SOLO, Davis G. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1998.
- BEDIM, B.P., TUBALDINI, M.A.S. **A chegada do “outsider” ao rural-paraíso: novos atores e relações sociais e econômicas no contexto turístico da Serra do Ibitipoca (MG).** Agrária, São Paulo, N°5, 2006.
- _____, **O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG) [manuscrito]: simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”,** 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais.
- BENTO, L.C.M., **Parque Estadual do Ibitipoca/MG: potencial geoturístico e proposta de leitura do seu geopatrimônio por meio da interpretação ambiental,** 2014. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia.
- BELTRÃO, C. L., **Educação Ambiental em RPPNs: O caso de Lima Duarte – MG.** Monografia (Centro de Excelência em Turismo – CET) Universidade de Brasília – UnB, 2007.
- BESSE, J. M. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia.** Trad. Vladimir Bertalini. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Estudos; 230). Título original: Voir la terre
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global, **R. RAÍE GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Poder Judiciário do estado de Minas Gerais; **Ação Civil Pública Autos** nº: 0019392-07.2014, Lima Duarte, 2014.

BUSCACIO, A.P.M., et al. **Plano Diretor de organização territorial e desenvolvimento do turismo em Conceição de Ibitipoca**, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2000.

BUDD, M. A. Apreciação estética da natureza. Trad. A. Verissimo Serrão. In: **FILOSOFIA da Paisagem. Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BURSZTYN, I., BARTHOLO, R., DELAMARO, M., Turismo para quem? In: BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SANSOLO, Davis G. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CASTRIOTA, B.L. Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas In: Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (1. : 2010 : Belo Horizonte, BH) [Anais do ...] / **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto** ; coordenação editorial Leonardo Barci Castriota, Mônica de Medeiros Mongelli. – Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017 501 p. – (Anais, n. 6 ; v. 1)

CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CORIOLOANO, L.N.M.T., **O real e o imaginário nos espaços turísticos**. In: ROSENDAHL, Z., CORREA, R. L. (org), Paisagem, imaginário e espaço. EdUERJ, 2001.

CORNER, J. Recovering landscape as a critical cultural practice. **Recovering landscape: essays in contemporary landscape architecture**. p.1–26, New York: Princeton Architectural Press, 1999.

CRESTON, H.T., **Turismo e preservação em Ibitipoca/MG: olhares diversos**. Belo Horizonte, 2014. 151p. Dissertação (Programa de Mestrado

em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Universidade Federal de Minas Gerais.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DELGADO, A. M., **Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município**. Juiz de Fora: Edição do autor, 1962.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHAL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DUTRA, R.C.A., **Maneiras de fazer, modos de proceder**: a tradição reinventada do Pão de Canela na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n° 38, 2012.

ENGEL, L.M. **Da montanha ao mar**: Vivenciando diversas paisagens. Juiz de Fora, 2009. Monografia (Conclusão de Graduação) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Juiz de Fora.

FAGERLANDE, S. M. R.. **A Construção da Imagem em Cidades Turísticas**: Tematização e cenarização em colônias estrangeiras no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2015.

GALVÃO, D.F., DUPAS, F., OTÊNIO, M., **Representações sociais e sua relação com a qualidade de água em comunidades do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, MG-Brasil**, Revista do Departamento de Geografia-USP, São Paulo, V.31, 2016.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp Fundação, 1991.

GONZAGA, F. G., **Da paisagem cultural à cultura da paisagem**: uma leitura integral do ambiente construído da Vila Conceição de Ibitipoca – MG. Juiz de Fora, 2017, 173p. Dissertação (mestrado acadêmico) - Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLZER, W. **O lugar na geografia humanista**. Revista Território. Rio de Janeiro. ano IV, n° 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

_____. Mundo e Lugar: Ensaio de geografia fenomenológica. In: JR, M.E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2016.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Rio de Janeiro: **Revista Território**, 2(3), 77-85, 1997.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lima-duarte/historico>> Acesso em: 3 abr. 2019.

JUNIOR, B.A.T., COLLET, H.D., VILHENA, C.F., IASBIK, A.F., COSTA, P.T.L., OLIVEIRA, J.C.L. **Adendo ao plano de manejo do Parque Estadual do Ibitipoca** – Atualização do estudo de capacidade de carga contido no programa de visitação – Encarte 2”. Parque Estadual do Ibitipoca, Instituto Estadual de Florestas. Novembro, 2014.

JR. M. E. Lugar enquanto circunstancialidade. In: JR, M.E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2016.

LARSEN, J., **The Turist Gaze 3.0**. Disponível em: <https://rucforsk.ruc.dk/ws/files/54167464/JLLew_4488_c24_main_4_2.pdf>, Acesso em: 10 fev. 2019.

LADEIRA, A.S., et al. **O perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb)**, Lima Duarte, MG. Sociedade de Investigações Florestais. Viçosa-MG, v.31, n. 6, p.1091-1098, 2007.

LIMA DUARTE (Município), **Dossiê Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca**, Prefeitura Municipal de Lima Duarte, Lima Duarte, 1998.

LIMA DUARTE (Município), **Lei nº 1.155/2001**, Estabelece Normas Referentes a Organização da Ocupação e Uso do Solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca e Dá Outras Providências.

LIMA DUARTE (Município), **Projeto de Lei Ordinária nº 035/2017**, Altera a Lei Ordinária nº. 1.155/2001, que Estabelece Normas Referentes a Organização da Ocupação e Uso do Solo do Distrito de Conceição de Ibitipoca e Dá Outras Providências.

MALPAS, J. **The problem of landscape**. Munich, 2004.

_____. **Ethos and Topos: Towards a Topographic Ethics**.

MEINIG, D.W. **O olho que observa: dez versões da mesma cena.** Espaço e cultura. UERJ, nº 13, jan-jun, 2002, p. 35-46.

MINAYO, M. C. D. S. (.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos).

MINAS GERAIS (Estado), **Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca**, Fundação Joao Pinheiro, Governo de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NOR, S. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. In: **PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS** - N. 32 - SÃO PAULO - P. 119 - 128 – 2013.

NORBERG-SHULZ, C. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K (org); **Uma nova agenda para a arquitetura**, Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NUMMER, A.R., et al. **Potencial geoturístico do Parque Estadual da Serra do Ibitipoca, Sudeste do Estado de Minas Gerais.** Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Rio de Janeiro, Vol. 35, 2012.

OLIVEIRA, L. O sentido de lugar. In: JR, M.E.; HOLZER,W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, C.S., **Estrutura e distribuição espacial dos geoambientes na paisagem entre a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Serra Negra e o Parque Estadual do Ibitipoca.** Bol. Goia. Geogr. (Online), Goiânia, V.36, nº3, 2016.

Parque Estadual de Ibitipoca é liberado para receber 1 mil visitantes por dia após novo acordo. **G1 Zona da Mata**, O Globo, 12 jul. 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/07/12/parque-estadual-de-ibitipoca-e-liberado-para-receber-1-mil-visitantes-por-dia-apo/>> Acesso em: 10 ago. 2019

QUEIROZ, S.A., **Turismo de paisagem.**, trad. A. Verissimo Serrão, in Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Uma Manual, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

REIS, V. Parque mais procurado de MG reduz visitação pela metade e espera ações para garantir “turismo sustentável”. **Globo**. Rio de Janeiro, 26 mar. 2019. Desafio Natureza. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/26/parque-mais-procurado-de-mg-reduz-visitacao-pela-metade-e-espera-aco-es-para-garantir-turismo-sustentavel.ghtml>> Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Novo parque e roteiros particulares são apostas para explorar limitação do total de turistas em Ibitipoca. **Globo**. Rio de Janeiro, 26 mar. 2019. Desafio Natureza. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/28/novo-parque-e-roteiros-particulares-sao-apostas-para-explorar-limitacao-do-total-de-turistas-em-ibitipoca.ghtml>> Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Vila sofre com mudanças no Parque do Ibitipoca e faz apelo para conciliar turismo, natureza e jeitinho mineiro. **Globo**. Rio de Janeiro, 26 mar. 2019. Desafio Natureza. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/27/vila-sofre-com-mudancas-no-parque-do-ibitipoca-e-faz-apelo-para-conciliar-turismo-natureza-e-jeitinho-mineiro.ghtml>> Acesso em: 31 mar. 2019.

RELPH, E. **Spirit of Place and Sense of Place in Virtual Realities**. Eletronic publishing at University Libraries. 2007. Disponível em: <<https://scholar.lib.vt.edu/ejournals/SPT/v10n3/relph.html>> Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. A pragmatic Sense of Place. Disponível em: <https://www.academia.edu/35463917/A_Pragmatic_Sense_of_Place> Acesso em: 5 maio. 2019.

_____. **Place and Placelessness**. Londres: Pion, 1976.

_____. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: JR, M.E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2016.

RAMA, S. Paisagem e Arte - Imagem e instalação. Trad. A. Verissimo Serrão. In: **FILOSOFIA e Arquitetura da Paisagem. Um Manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

REZENDE, R.F., VALLEJO, L.R., **Conceição do Ibitipoca/MG, o Arraial e o Parque**: desenvolvimento de diferentes atividades no entorno e conservação da biodiversidade In: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia

Física Aplicada, I Congresso Nacional de Geografia Física, 2017, Campinas – SP, p. 1236-1248.

RODRIGUES, V.B., LUZ, T.R., **Circuito Estrada Real no Estado de Minas Gerais**: Influência dos traços culturais brasileiros na gestão de pessoas em organizações hoteleiras. Revista Turismo & Desenvolvimento, n°21/22, 2014.

RONAI, M., **Paisagens II**. GEOgraphia, Ano 17, n° 34, 247-261, 2015.

ROSSI, A., **A arquitetura da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2016.

SÁ, L., **O regresso da natureza à experiência estética.**, trad. A. Verissimo Serrão, in Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Uma Manual, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

SIMMEL, G. A filosofia da paisagem. In: ROSA, M. S. J. (org); **Textos Clássicos de Filosofia**. Corvilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

SOUZA, M. L. DE. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SAUER, C., A morfologia da paisagem. In: CORREA, R.L., ROSENDAHAL, Z. (org.); **Paisagem, tempo e cultura**. EdUERJ: Rio de Janeiro, 1998..

TUAN, YI-FU. **Space and Place – The perspective of experience**. 8a. edição. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, Coleção Megalópolis, 1996.

_____, LARSEN, J., **The Tourist Gaze 3.0**. 2ª. Edição. Chennai: Sage, 2011.

Apêndices I – Detalhes sobre a pesquisa de campo e perguntas das entrevistas semiestruturadas

Foram entrevistadas 63 pessoas ao todo. As entrevistas ocorreram sempre de maneira informal, mediante a minha apresentação como pesquisadora e a explanação sobre os objetivos da pesquisa e a instituição a qual faço parte. Após a apresentação, eu questionava o entrevistado sobre os pontos que listei abaixo, mas, muitas vezes, eles seguiam falando de outros assuntos que não estavam previstos nas minhas perguntas e que muito colaboraram para uma visão holística do sentimento daquelas pessoas em relação ao *lugar*.

No caso da abordagem de turistas, após a minha apresentação, eu os questionava, inicialmente, se era a primeira visita, o que havia os atraído lá e etc. De maneira geral, a entrevista nestes grupos ocorria de maneira mais formal – salvo algumas exceções de pessoas que acabei me aproximando durante os passeios no Parque e a estadia na Pousada.

Já com os nativos, as entrevistas ocorreram com mais informalidade, as vezes alguns deles iniciavam a conversa simplesmente por me verem caminhando pela vila, em outras, eu mesma os procurava. Eu introduzia a conversa com a minha apresentação e uma pergunta e assim ela se desenvolvia, trazendo à tona memórias, que eu mal precisava solicitar. Em alguns momentos eu interferia e ia guiando a conversa, para aprofundar neste ou naquele ponto.

Da mesma maneira ocorria com os chamados forasteiros, onde tive experiências de mais formalidade outras de mais informalidade. A conversa sempre começavam por relatar a sua chegada à Vila - onde eu questionava os motivos que os levaram até lá – e tentava compreender a sua visão da vila e da comunidade hoje. Outro ponto muito abordado pelos dois grupos, eram os incômodos com o lugar suas irregularidades de necessidades.

Algumas pessoas foram extremamente receptivas e outras nem tanto, mas ao final via-se que todos ficavam felizes em colaborar.

Seguem abaixo as perguntas que foram realizadas durante as pesquisas de campo:

Poder público (gerência do Parque Estadual do Ibitipoca):

1. O desenvolvimento turístico trouxe muitas mudanças na paisagem de Ibitipoca?
2. Quais são as ações de controle sobre a paisagem construída e natural da Vila e do Parque?
3. O sentimento das pessoas em relação à Vila se alterou com o desenvolvimento turístico?
4. Que locais hoje são importantes para o turismo (áreas de evento e fruição)?
5. O perfil médio dos visitantes se alterou ao longo tempo?
6. Quais são os desafios para sua gestão? Quais são as prioridades?
7. Você pretende aumentar a quantidade de visitantes diários ao parque?
8. As trilhas e as formas de uso do parque se modificaram de acordo com a ocupação turística?

Poder público (Prefeitura e Secretarias):

9. O desenvolvimento turístico trouxe muitas mudanças na paisagem de Ibitipoca?
10. Quais são as ações de controle sobre a paisagem construída e natural da Vila?
11. Os espaços públicos na Vila sofreram alteração de uso ao longo do desenvolvimento turístico?
12. O sentimento das pessoas em relação à Vila se alterou com o desenvolvimento turístico?
13. Que locais hoje são importantes para o turismo (áreas de evento e fruição)?

Moradores nativos:

1. Você acha que se mantêm ainda os eventos tradições da comunidade precedente ao turismo? Se sim, quais? Eles são importantes para você?
2. Quais são os eventos favoritos para você hoje?
3. Com o turismo, o seu sentimento em relação a Ibitipoca e a sua paisagem mudou? Se sim, por quê? Em que sentido?
4. Que lugares da Vila, seu entorno, ou do Parque você costuma frequentar?
5. Há hoje algum espaço na Vila, no seu entorno, ou no Parque seja muito especial para você?

Moradores de outras cidades (forasteiros):

1. O que te atraiu em Ibitipoca para fazê-la torna a sua casa?
2. Quais são os eventos favoritos para você hoje?
3. Com o turismo, o seu sentimento em relação a Ibitipoca e a sua paisagem mudou? Se sim, por quê? Em que sentido?
4. Que lugares da Vila, seu entorno, ou do Parque você costuma frequentar?
5. Há hoje algum espaço na Vila, no seu entorno, ou no Parque seja muito especial para você?

Turistas:

1. De onde você é?
2. Quantos anos?
3. Quem te acompanha?
4. O que te atraiu em Ibitipoca?
5. Que lugares você foi aqui? Na vila e no parque.
6. Que lugar você mais gostou aqui?
7. Você já veio outras vezes? Vê alguma alteração na paisagem?
8. Se sim, qual a sua avaliação da alteração?

Apêndices II – Relatório fotográfico complementar ao subcapítulo 4.2

Para que se compreenda de que maneira foram realizadas a pesquisa de observação e o levantamento fotográfico exposto abaixo, indica-se no mapa subsequente os trajetos realizados dentro da área urbana da vila (figura 34).

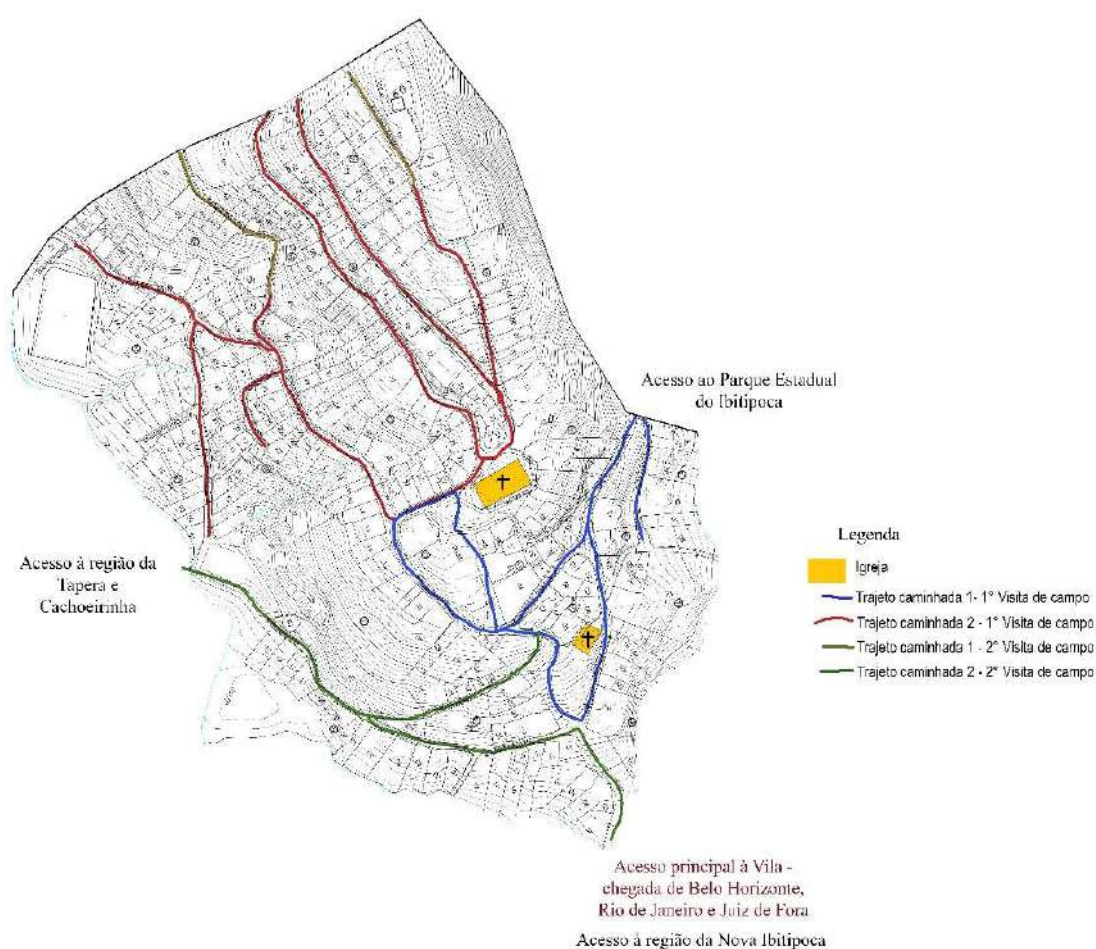


Figura 34 - Mapa da área urbana da vila com os trajetos realizados na pesquisa de campo. Fonte: Prefeitura da Lima Duarte adaptado pelo autor, 2020.

Setor Histórico



Figura 35 - Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.



Figura 36 - Rua lateral a praça da Matriz, na foto um exemplar de arquitetura vernacular ao fundo. Fonte: Autor, 2019.



Figura 37 - Igreja Matriz. Fonte: Autor, 2019.



Figura 38 - Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.



Figura 40 - Continuação da Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.



Figura 39 - Rua lateral a praça da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Autor, 2019.



Figura 42 - Arquitetura vernacular no entorno da Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.



Figura 41 - Arquitetura vernacular na lateral da Praça da Matriz. Fonte: Autor, 2019.



Figura 43 - Arquitetura vernacular na lateral da Igreja Matriz. Fonte: Autor, 2019.

Setor Veraneio



Figura 45 - Rua que dá acesso a Igreja Matriz. Fonte: Autor, 2019.



Figura 44 - Rua abaixo da rua da foto anterior, edificação com um modelo de construção bem distante do vernacular. Fonte: Autor, 2019.



Figura 47- Outro ângulo da edificação anterior. Fonte: Autor, 2019.



Figura 46 - Edificação fora dos padrões construtivos normativos vigentes. Fonte: Autor, 2019.



Figura 48 - Arquitetura fora do padrão construtivo normativo. Fonte: 2019.



Figura 49 - Casa de veraneio. Fonte: Autor, 2019.



Figura 51 - Residência desrespeitando o padrão normativo construtivo. Fonte: Autor, 2019.



Figura 50 - Edificações nativas em meio a edificações hoteleiras. Fonte: Autor, 2019.

Setor Nativo



Figura 52 - Início do setor de nativos, vista de uma das poucas pousadas da região. Fonte: Autor, 2019.



Figura 53 - Edificação no início do setor de nativos. Fonte: Autor, 2019.



Figura 55 - Expansão urbana mais recente da zona de nativos.
Fonte: Autor, 2019.



Figura 54 - Edificação na zona de nativos. **Fonte: Autor, 2019.**



Figura 57 - Expansão urbana mais recente da zona de nativos. Fonte: Autor, 2019.



Figura 56 - Rua do setor de nativos que acessa o setor de veraneio. Fonte: Autor, 2019.

Figura 58 - Setor de nativos, ao fundo e no alto setor de veraneio.
Fonte: Autor, 2019.



Figura 59 - Setor de nativos, fim da área calçada e quadra poliesportiva.
Fonte: Autor, 2019.

Setor Comercial



Figura 61 - Trecho que segue para o Parque Estadual do Ibitipoca. Fonte: Autor, 2019.



Figura 60 - Uma das lojas de material de construção da cidade. Fonte: Autor, 2019.



Figura 63 - Bares e lojas. Fonte: Autor, 2019.



Figura 62- Bares e lojas. Fonte: Autor, 2019.



Figura 64 – Edificação comercial abaixo de um hotel Fonte: Autor, 2019.

Nova Ibitipoca



Figura 66 - Vista da Nova Ibitipoca da zona de veraneio. Fonte: Autor, 2019.



Figura 65 - Vista da Nova Ibitipoca da zona de veraneio. Fonte: Autor, 2019.



Figura 68 - Adensamento urbano na região da Nova Ibitipoca. Fonte: Autor, 2019.



Figura 67 - Construções de veraneio na Nova Ibitipoca. Fonte: Autor, 2019.



Figura 70 - Adensamento na região da Nova Ibitipoca. Fonte: Autor, 2019.



Figura 69 - Subdivisão de lotes. Fonte: Autor, 2019.

Tapera



Figura 71 - Trecho com casas de veraneio e de nativos. Fonte: Autor, 2019.



Figura 72 - Residências de nativos. Fonte: Autor, 2019.



Figura 74 - Entrada de um condomínio rural. Fonte: Autor, 2019.



Figura 73 - Casa de veraneio, condomínio rural. Fonte: Autor, 2019.